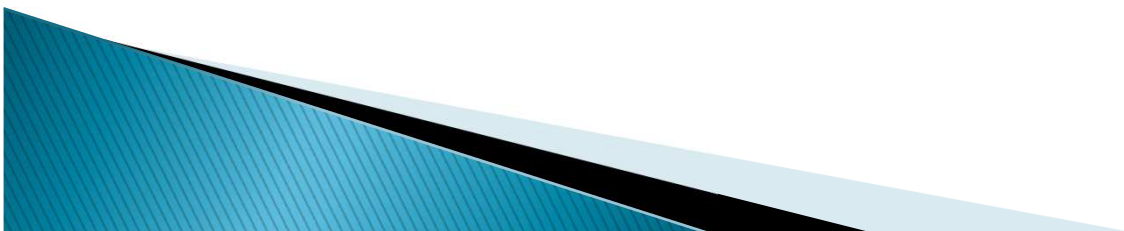


TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

REGRAS PARA 2019 e 2020



O presente material de estudo foi elaborado a partir de considerações gerais das legislações tributária, contábil e societária vigentes. Deste modo, recomenda-se que o mesmo não seja utilizado, isoladamente, para cobrir situações específicas, uma vez que a aplicação dos princípios apresentados depende das particularidades que cada situação requer. Recomenda-se ainda, que antes de qualquer decisão a ser tomada em relação ao conteúdo desta apresentação seja obtida a segurança necessária para cada caso específico e, havendo necessidade, se busque assistência profissional.



INSTRUTOR

Liviel Floresta, Contador, Economista, Auditor Independente, Sócio-Diretor da empresa Floresta Auditores Independentes, responsável técnico junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, membro da Câmara de Auditores Independentes do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com especialização em Auditoria e Perícia pela PUC-GO, Consultor da área tributária, especialista em Imposto de Renda, Professor da Matéria em Cursos e Seminários ministrados em Goiás e outros Estados, atuando há vários anos nas Áreas de Auditoria e Consultoria; foi presidente do CRC-GO e vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade.



Nossos serviços:

- ✓ Auditoria;
- ✓ Assessoria tributária;
- ✓ Recuperação de tributos e contencioso tributário;
- ✓ Reorganização Societária (Constituição de Holdings patrimonial e sucessória, cisão, fusão e incorporação);
- ✓ Consultoria contábil e Planejamento tributário.

Liviel Floresta

Rua T-30 N° 1.092 - Setor Bueno - Goiânia-GO

Fone/Fax: (62) 3285-4008

e-mail: liviel@florestaauditores.com.br

www.florestaauditores.com.br



LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

Histórico Legislação Societária

- ✓ Decreto - Lei 2.627, de 1.940;
- ✓ Lei 6.404, de 1976;
- ✓ Lei 6.385, de 1976;
- ✓ Lei 11.638, de 2007;
- ✓ Lei 11.941, de 2009, artigos 37 e 38; e
- ✓ Lei 12.249, de 2010: **São Atribuições do CFC:** “Regular acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional”.



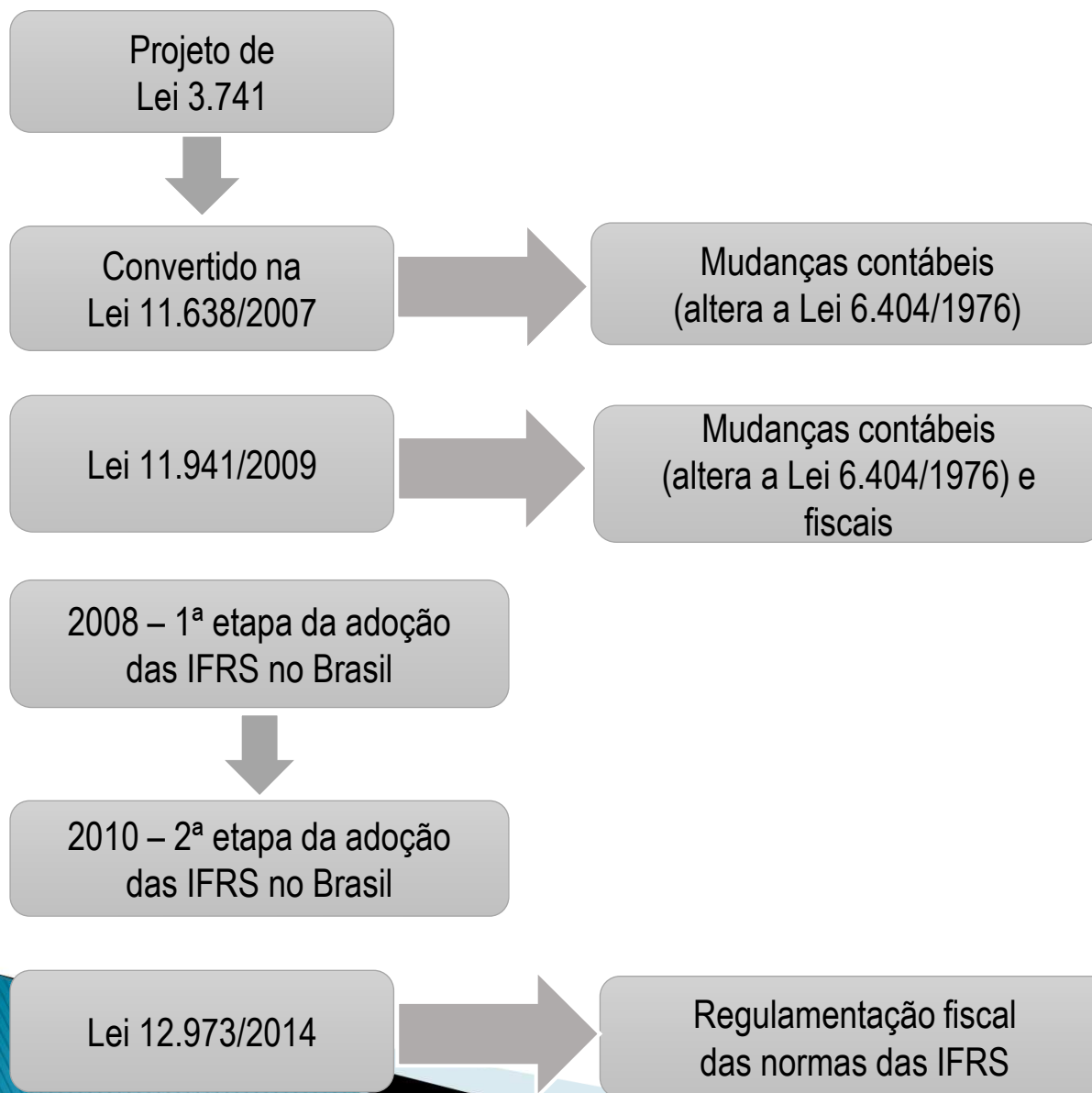
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

Histórico Legislação Tributária

- ✓ Decreto - Lei 1.598, de 1977;
- ✓ Lei 11.941, de 2009 (Exceto artigos 37 e 38);
- ✓ Lei 12.973, de 2014;
- ✓ Decreto 9.580, de 2018 (RIR)
- ✓ IN RFB 1.700, de 2017;
- ✓ IN RFB 1.753, de 2017; e
- ✓ IN RFB 1.881, de 2019.



HISTÓRICO DAS IFRS NO BRASIL



LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

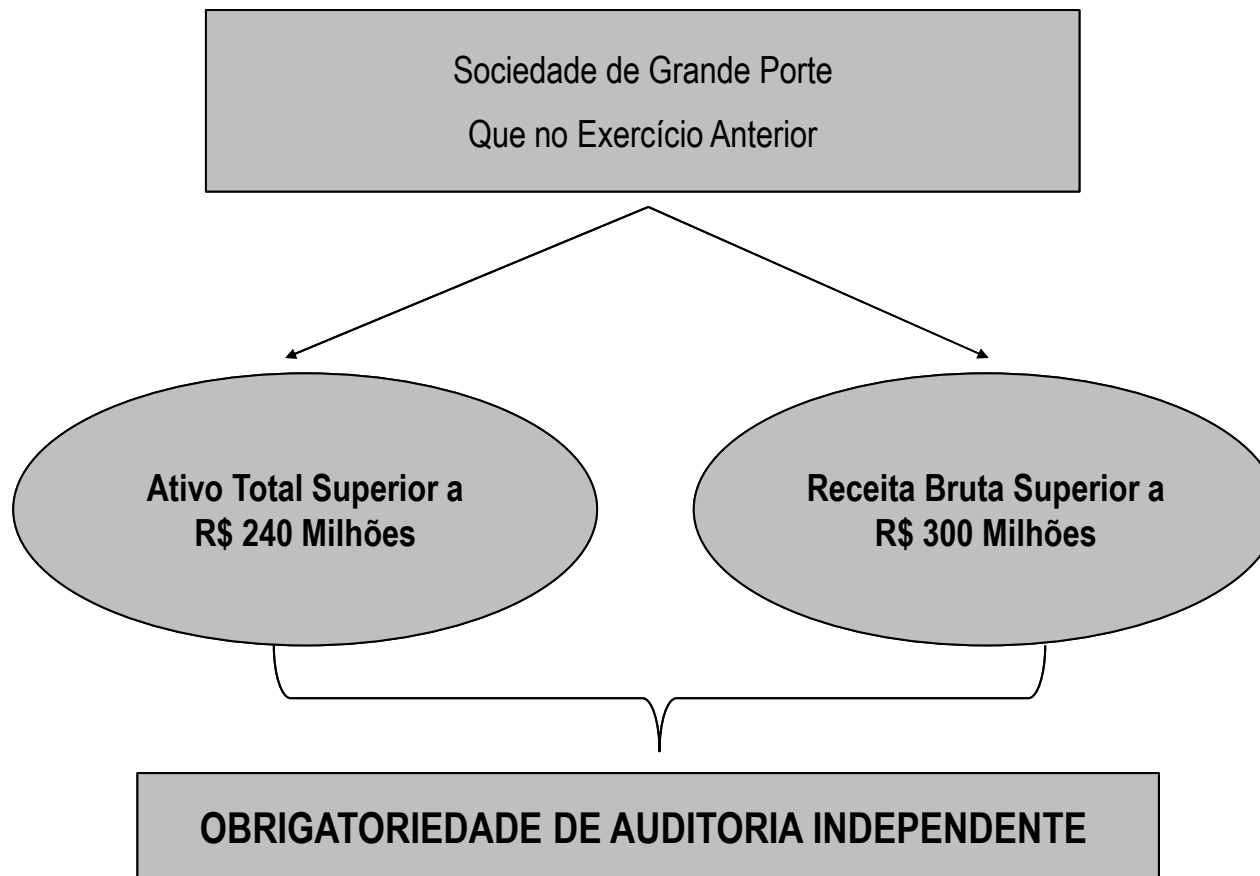
- ✓ Legislação Societária Brasileira;
- ✓ Os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores: CFC, CVM, BACEN, SUSEP, ANEEL, ANS, ANTT, etc.; e
- ✓ Práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

Aplicação Regra Geral (Convergência):

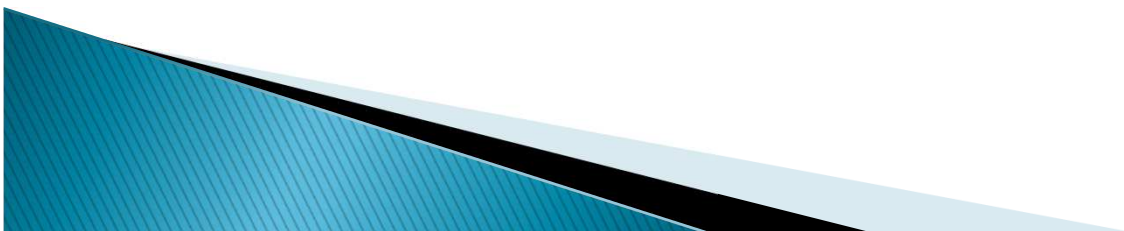
- ✓ Empresas Reguladas (Cias. de Capital Aberto, Instituições Financeiras, Seguradoras entre outras) - Observar normas estabelecidas pelos respectivos reguladores.
- ✓ Empresas de Grande Porte - observar todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC recepcionados pelo regulador CFC;
- ✓ Empresas de Pequeno e Médio Porte, não enquadradas nos itens acima mencionados, observar o CPC PME - Resolução CFC 1255, de 2009, NBC TG 1000 (R1);
- ✓ ME e EPP (LC 123/2006), adotar a ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC 1.418, de 2012, em complemento foi editada OTG 1000;
- ✓ Entidade Fechada de Previdência Complementar, aplicar ITG 2001;
- ✓ Entidades sem finalidade de lucros, aplicar ITG 2002 (R1);
- ✓ Entidade desportiva, aplicar ITG 2003 (R1); e
- ✓ Entidade Cooperativa, aplicar ITG 2004, a partir de 01.01.2018.

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA



Artigo 3º, Lei 11.638, de 28.12.2007

BREVE HISTÓRICO DO RTT



RTT

- ✓ Foi instituído o RTT pelo artigo 15 (Lei 11.941/09), com o objetivo de garantir a neutralidade tributária, na aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei 11.941/09;
- ✓ O RTT teve vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária;
- ✓ Aplicável as Pessoas Jurídicas Tributadas com base no Lucro Real e no Lucro Presumido;
- ✓ Aplicável ao Imposto de Renda, CSLL e às Contribuições para o PIS e COFINS;
- ✓ Foi extinto em 2015, por força do Inciso X, artigo 117 da Lei 12.973, de 2014;
- ✓ O contribuinte pode optar pela extinção do RTT, a partir de 01.01.2014;
- ✓ Essa opção manifestada por meio da DCTF relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto de 2014;
- ✓ Confirmação ou alteração a opção na DCTF referente ao mês de dezembro de 2014.

ATOS LEGAIS



ATOS LEGAIS

Escrituração contábil digital - ECD

- ✓ Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007;
- ✓ Decreto 8.683, de 2016, que altera o Decreto 1.800, de 1996;
- ✓ Decreto 9.555, de 2018, Dispõe s/ autenticação de livros de PJ não sujeitas ao registro do comércio;
- ✓ IN RFB 1.774, de 22.12.2017;
- ✓ ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil
- ✓ CTG 2001 (R3) - Define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);
- ✓ Comunicado Técnico IBRACON – CT 02/2017; e
- ✓ CTSC 03 – Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados referentes ao Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD.

ATOS LEGAIS

Instrução Normativa RFB 1.753, de 30.10.2017

- ✓ Dispõe sobre os procedimentos para anular os efeitos dos atos administrativos emitidos com base em competência atribuída por lei comercial que contemplem modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis.
- ✓ A modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores a 12 de novembro de 2013, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.
- ✓ Essa instrução normativa é acompanhada de 04 (quatro) anexos, que estabelecem procedimentos relativos a ajustes a serem efetuados na base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS para garantir a neutralidade tributária na apuração desses tributos.

ATOS LEGAIS

Instrução Normativa RFB 1.717, de 18.07.2017

- ✓ Estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- ✓ Estabelece (artigo 161A), que no caso de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL, o pedido de restituição e a declaração de compensação serão recepcionados pela RFB **somente depois da confirmação da transmissão da ECF**, na qual se encontre demonstrado o direito creditório, de acordo com o período de apuração.

ATOS LEGAIS

Instrução Normativa RFB 1.717, de 18.07.2017

- ✓ Aplica-se, inclusive, aos casos de apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação.
- ✓ No caso de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL apurado trimestralmente, a restrição acima será aplicada somente depois do encerramento do respectivo ano-calendário.



ATOS LEGAIS

Instrução Normativa RFB 1.881, de 03.04.2019

- ✓ Inclui nova redação e altera vários dispositivos da Instrução Normativa RFB 1.700, de 2017, que dispõe sobre IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS e para COFINS.

Instrução Normativa RFB 1.889, de 06.05.2019

- ✓ Altera a Instrução Normativa RFB 1.753, de 30.10.2017, que dispõe sobre os procedimentos para anular os efeitos dos atos administrativos emitidos com base em competência atribuída por lei comercial que contemplem modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis.
- ✓ A IN RFB 1.753, de 2017, passou a vigorar acrescida do Anexo V, que estabelece procedimentos relativos ao CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.



ATOS LEGAIS

Instrução Normativa RFB 1.888, de 03.05.2019

- ✓ Institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com **CRIPTOATIVOS** à Secretaria Especial da RFB;
- ✓ Considera-se **CRIPTOATIVO**: a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal;
- ✓ As informações deverão ser prestadas sempre que o valor mensal das operações, isolado ou conjuntamente, ultrapassar R\$ 30.000,00.



ATOS LEGAIS

IN RFB 1.848, de 28.11.2018; e IN RFB 1903, de 24.07.2019

- ✓ Alteram a IN SRF 83, de 2001, nela incluindo os artigos 23A e 23B:

LCDPR

- ✓ A partir do ano-calendário de 2019 o produtor rural que auferir, durante o ano, receita bruta total da atividade rural superior a R\$ 4.800.000,00 deverá entregar, arquivo digital com a escrituração do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR);
- ✓ O leiaute 1.2 e o manual de preenchimento do LCDPR foi divulgado pelo ADE COPES 6, de 17.09.2019;



ATOS LEGAIS

IN RFB 1.848, de 28.11.2018; e IN RFB 1903, de 24.07.2019

LCDPR

- ✓ A entrega do arquivo digital que contém o LCDPR deverá ser realizada até o final do prazo de entrega da DIRPF no respectivo ano-calendário;
- ✓ O contribuinte que auferir, no ano-calendário, receita bruta total da atividade rural inferior à prevista no caput poderá escriturar e entregar o LCDPR;
- ✓ Excepcionalmente, para o ano-calendário de 2019, o limite para obrigatoriedade de entrega do LCDPR será de R\$ 7.200.000,00.

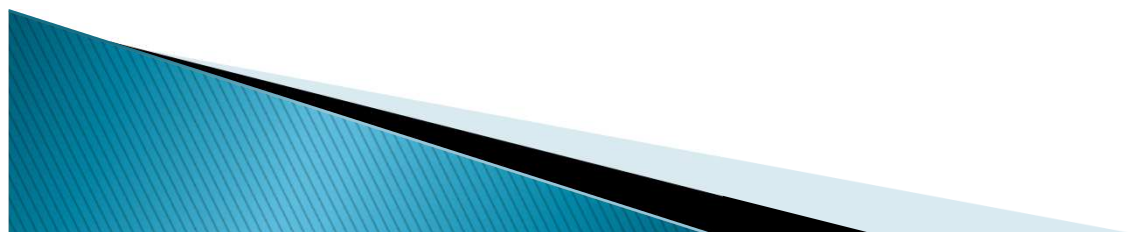


ATOS LEGAIS

IN RFB 1.848, DE 28.11.2018; e IN RFB 1.903, de 24.07.2019

LCDPR - Blocos

Bloco	Nome do Bloco	Descrição do Bloco
O	Abertura e Identificação.	Abre o arquivo, identifica a pessoa física, os imóveis rurais, as contas bancárias e referencia o período do LCDPR.
Q	Demonstrativo do Resultado da atividade Rural.	Apresenta o demonstrativo do resultado da atividade rural.
9	Identificação do Contador e Encerramento do Arquivo Digital.	Identifica o Contador e encerra o arquivo digital.



ATOS LEGAIS

IN RFB 1.848, DE 28.11.2018; e IN RFB 1.903, de 24.07.2019

LCDPR – Bloco 0

Registro	Nome do Registro
0000	Abertura do arquivo digital e identificação da pessoa física
0010	Parâmetro de tributação
0030	Dados cadastrais
0040	Cadastro dos imóveis rurais
0045	Cadastro de terceiros
0050	Cadastro das contas bancárias do produtor rural



ATOS LEGAIS

IN RFB 1.848, DE 28.11.2018; e IN RFB 1.903, de 24.07.2019

LCDPR – Bloco Q

Registro	Nome do Registro
Q100	Demonstrativo do resultado da atividade rural
Q200	Resumo mensal do demonstrativo do resultado da atividade rural

Bloco 9999

9999	Identificação do contador e encerramento do arquivo digital
------	---




ATOS LEGAIS

Lei 13.874, de 20.09.2019

- ✓ Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo regulador e; altera diversos dispositivos legais;

Principais dispositivos alterados:

- ✓ Lei 10.406, de 2002 (CC);
 - ✓ Lei 12.682, de 2012 que dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meios eletrônicos;
 - ✓ Lei 9.934, de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins;
 - ✓ Decreto 5.452, de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- 

ATOS LEGAIS

Lei 13.874, de 20.09.2019

Art. 7º A Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 421.** A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.” (NR)

Neste sentido, os incisos I, II e III do artigo **421A**, dispõe:

- I - as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução;
- II - a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e
- III - a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

ATOS LEGAIS

Lei 13.874, de 20.09.2019

Art. 7º A Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.980-A. Dispõe sobre EIRELI.....

.....

§7º Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, hipótese em que não se confundirá, em qualquer situação, com o patrimônio do titular que a constitui, ressalvados os casos de fraude **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019).**



ATOS LEGAIS

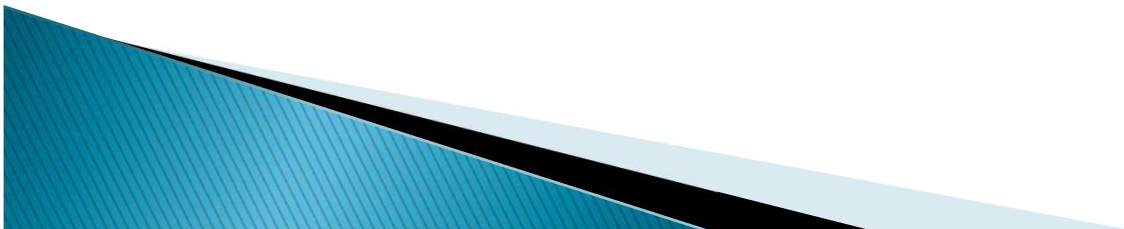
Lei 13.874, de 20.09.2019

Art. 7º A Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas ([Incluído pela Lei 13.874, de 2019](#));

§ 2º Se for unipessoal, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social ([Incluído pela Lei 13.874, de 2019](#)).



ATOS LEGAIS

Instrução Normativa RFB 1.911, de 11.10.2019

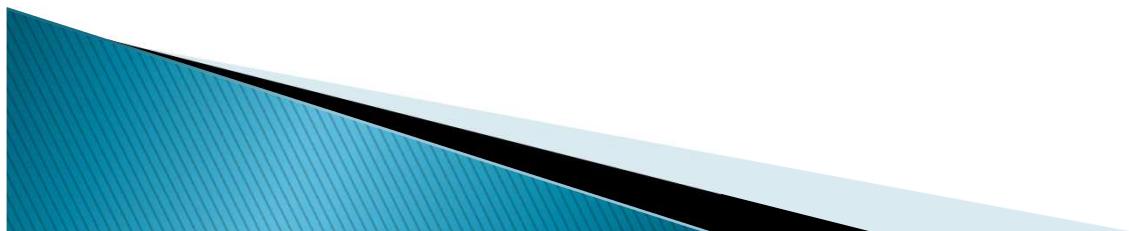
- ✓ Consolida a regulamentação normativa da RFB para o PIS/Psep e para COFINS.
- ✓ Regulamenta a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.



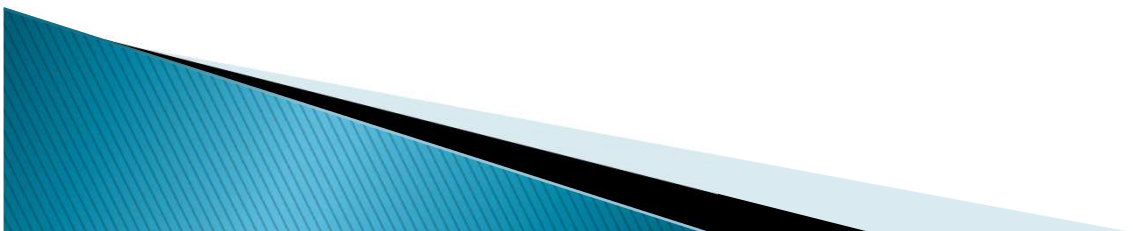
ATOS LEGAIS

Lei 13.970, de 26.12.2019

- ✓ Altera a Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e a Lei 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre do tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha vida (PMCMV)



RECEITAS



RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes

Essa norma dispõe sobre a receita de contrato com cliente, foi aprovada em 25.11.2016, **REVOGA** a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- ✓ NBC TG 17 – Contratos de Construção;
- ✓ ITG 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário;
- ✓ NBC TG 30 – Receitas;
- ✓ ITG 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes;
- ✓ Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes

A NBC TG 47, define cinco etapas que devem ser observadas para identificação, reconhecimento e mensuração de receitas de contratos com clientes:

- ✓ 1ª Etapa Identificação de contrato com cliente;
- ✓ 2ª Etapa Identificação das obrigações contratuais de performance;
- ✓ 3ª Etapa Determinação do preço da transação;
- ✓ 4ª Etapa Alocação do valor do contrato nas obrigações de performance; e
- ✓ 5ª Etapa Reconhecimento da receita.

RECEITAS - DEFINIÇÃO FISCAL

Conceito de Receita Bruta:

Lei 12.973, de 2014

Receita Bruta

(art. 12, DL 1.598/1977)

Produto da venda de bens

Preço da prestação de serviços

Resultado auferido nas operações de conta alheia

As receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos itens anteriores

RECEITAS - DEFINIÇÃO FISCAL

RECEITA BRUTA

1 - Aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica

Salvo disposição em contrário, a receita bruta será reconhecida no período de apuração em que for configurada a aquisição de sua disponibilidade econômica ou jurídica, independentemente da avaliação quanto à probabilidade de não recebimento do valor pactuado ou contratado.

2 - Hipótese de exportação

Na hipótese da exportação de bens para o exterior, a receita bruta será determinada pela conversão, para reais, de seu valor expresso em moeda estrangeira à taxa de câmbio fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, para compra, em vigor na data de embarque dos bens para o exterior, nos termos da legislação tributária.

3 - Procedimento contábil diferente do estabelecido pela legislação tributária

Se for adotado procedimento contábil do qual resulte valor de receita bruta ou momento de reconhecimento dessa receita diferente do estabelecido pela legislação tributária, a pessoa jurídica deverá registrar a diferença mediante lançamento a débito ou a crédito em conta específica de ajuste da receita bruta, que será considerada no cálculo da receita líquida.

RECEITAS - DEFINIÇÃO FISCAL

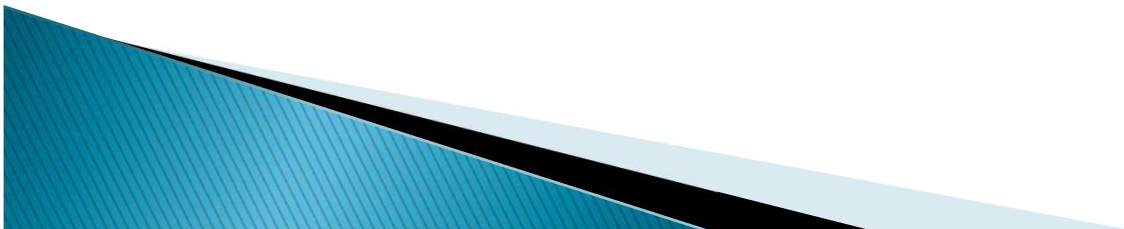
RECEITA BRUTA

4 - Ajuste da receita bruta

A conta de ajuste da receita bruta será analítica e registrará os lançamentos em último nível, devendo ser criada de acordo com a origem da diferença verificada ou, de forma alternativa, a pessoa jurídica poderá criar uma única conta, desde que mantenha detalhamento específico, por origem, dos valores nela registrados, que permita a identificação da operação da qual seja decorrente.

5 - Procedimentos descritos no Anexo IV da IN RFB 1.753, de 2017

O disposto nos itens 3 e 4 acima, aplica-se, inclusive, aos procedimentos contábeis relacionados nos itens 1 a 3 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017, relativos ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.



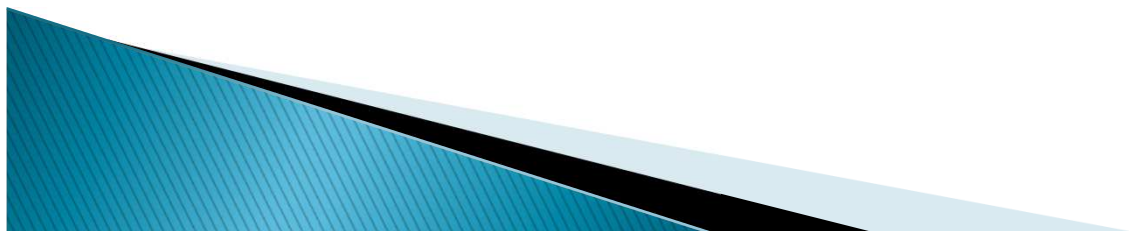
TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

REGRAS PARA 2019 e 2020



TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

- ✓ **LUCRO REAL;**
- ✓ **LUCRO PRESUMIDO OU ARBITRADO;**
- ✓ **SIMPLES NACIONAL.**



TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO

- ✓ Opcional;
- ✓ Aplicável as incorporações imobiliárias;
- ✓ Instituído pela Lei 10.931/2004;
- ✓ Regulamentado pela IN RFB 1.435, de 30.12.2013.

Artigos 486 a 495, do Decreto 9.580, RIR/2018

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO

- ✓ Regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias objeto de patrimônio de afetação (pagamento mensal **equivalente a 4%** das receitas mensais recebidas, que corresponderá ao pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS);

RET - PMCMV

- ✓ Regime especial de tributação aplicável às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) - será **equivalente a 1%** das receitas mensais recebidas, que corresponderá ao pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (até 21.06.2015 aplicável ao patrimônio afetado e ao prestador de serviços de construção).
- ✓ O regime descrito no parágrafo anterior, é aplicável às incorporadoras (§ 6º Art. 4º, Lei 10.931, de 2004) e às construtoras contratadas (Art. 2º, Lei 12.024, de 2009), **e vigorou até 31.12.2018.**
- ✓ Aplicável aos imóveis do PMCMV afetados ou não, percentual de 1%, a partir de 22.06.2015

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – PMCMV – Lei 13.970, DE 26.12.2019 – Revigora regime

- ✓ A nova redação do § 6º, Art. 4º, Lei 10.931, de 2004, estabelece que **fica mantido** o regime para os projetos de incorporação de imóveis de interesse social, **desde que, até 31.12.2018**, a incorporação tenha sido registrada no cartório de imóveis ou tenha sido assinado o contrato de construção, e será aplicado até o recebimento integral das vendas de todas unidades.
- ✓ A nova redação do Art. 2º da Li 12.024, de 2009, dispõe que a empresa construtora que tenha sido **contratada ou tenha obras iniciadas até 31.12.2018**, fica autorizada em caráter opcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos equivalente a 1% da receita bruta mensal do respectivo contrato de construção, até a sua extinção, e no caso de comercialização da unidade, até a quitação do preço do imóvel.

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – PMCMV - Lei 13.970, DE 26.12.2019 - Novo Regime a partir de 2020

A Lei 13.970, de 2019, incluiu no texto da Lei 12.024, de 2009 o Artigo 2ºA, que trata da construção e comercialização de imóveis no âmbito do PMCMV, da seguinte forma:

- ✓ a empresa construtora contratada, ou que tenha obras iniciadas para construir unidades habitacionais de valor de até R\$ 124.000,00, no âmbito do PMCMV, fica autorizada, em caráter opcional efetuar o pagamento unificado de tributos equivalente a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de construção; e
- ✓ caso a empresa construa unidades habitacionais para vendê-las prontas, o pagamento unificado de tributos será equivalente a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de alienação.

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Histórico Percentual - RET

- ✓ Até março de 2009, foi 7%;
- ✓ A partir de abril de 2009 reduzido para 6%;
- ✓ Em dezembro de 2012 foi reduzido para 4% (MP 601/2012, não apreciada no prazo pelo Congresso Nacional, perdeu vigência a partir de 13.06.2013);
- ✓ Em julho de 2013, editada Lei 12.844 restabelecendo o percentual de 4%, com efeitos retroativos a 04 de junho de 2013.

Textos legais alterados e incluídos

- ✓ Lei 13.097, de 2015, altera o § 6º do art. 4º da Lei 10.931, de 2004, e o artigo 2º da Lei 12.024, de 2009;
- ✓ Lei 13.137, de 2015, inclui o § 7º no art. 2º da Lei 12.024, de 2009;
- ✓ Lei 13.970, de 26.12.2019, altera o § 6º do art. 4º, e inclui o artigo 11A, na Lei 10.931, de 2004; e altera o artigo 2º, e inclui o artigo 2ºA, na Lei 12.024, de 2009.

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUIÇÕES IMUNES

- ✓ Templos de qualquer culto;
- ✓ Partidos políticos;
- ✓ Entidades sindicais dos trabalhadores; e
- ✓ Instituições de educação e de assistência social.

Art. 150 CF, de 1988 e Arts. 179 a 183, Decreto 9.580, RIR/2018

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUIÇÕES ISENTAS

- ✓ Ficam isentas do imposto sobre a renda as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Arts. 184 a 192, Decreto 9.580, RIR/2018

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

NÃO INCIDENCIA

- ✓ As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência do imposto sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Arts. 193 a 195, Decreto 9.580, RIR/2018

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Apuração trimestral

- ✓ A partir do ano-calendário de 1997, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas será determinado com base no Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observada a legislação vigente.

Apuração Anual

- ✓ A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto em cada mês sobre a base de cálculo estimada (Com base na receita bruta ou mediante levantamento de balanços/balancetes intermediários de suspensão ou redução). Exercida essa opção, deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano-calendário.

Artigos 210, 217 a 219, do Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 31, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Vantagens e Desvantagens

Lucro Real x Lucro Presumido

Lucro Real Anual x Lucro Real Trimestral

Lucro Presumido x Simples Nacional

RET Opção aplicável às incorporações imobiliárias

LUCRO PRESUMIDO

Artigos 587 a 601, do Decreto 9.580, RIR/2018 e Arts. 214 a 225, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO PRESUMIDO

- ✓ Forma de Tributação Simplificada;
- ✓ Regime de Competência ou de Caixa;
- ✓ Excetua-se do regime de competência os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os de renda variável, que serão acrescidos à base de cálculo do lucro presumido por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação;
- ✓ O regime abrange o pagamento de todos os tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL).

EXERCÍCIO DA OPÇÃO

- ✓ Será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário. É irretratável para todo o ano.

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS AUTORIZADAS A OPTAR

- ✓ Poderão optar pela tributação com base no Lucro Presumido, as pessoas jurídicas que não estão obrigadas a apurar o Lucro Real, cuja receita total, acrescida dos demais resultados e dos ganhos de capital, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00, ou a R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses (Esse limite passou a vigorar, a partir de 1º de janeiro de .2014, por força do artigo 7º da Lei 12.814, de 16.05.2013, que alterou o artigo 13, da Lei 9.718, de 1998).
- ✓ Poderão optar, durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido (Lei 9.964, de 10 de abril de 2000), as pessoas jurídicas e as sociedades em conta de participação que se encontram nas situações descritas nas alíneas "a", "d", "e", e "f" do tópico pessoas jurídicas impedidas de optar.

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS IMPEDIDAS DE OPTAR

Estão impedidas de exercer a opção pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido, a partir do ano-calendário de 1999, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

- a) cuja receita total, acrescida dos demais resultados e dos ganhos de capital, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses (Esse limite passou a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, por força do artigo 7º da Lei 12.814, de 16.05.2013);
- b) cujas atividades sejam de instituições financeiras e assemelhadas, tais como bancos comerciais, bancos de investimento e de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS IMPEDIDAS DE OPTAR

- c) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (Factoring);
- d) que tenham lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- e) que durante o ano-calendário tenha optado pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa;

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS IMPEDIDAS DE OPTAR

- f) que, autorizada pela legislação tributária, queiram usufruir de benefícios fiscais de isenção ou redução do imposto de renda;
- g) que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio (inciso VII, artigo 14, Lei 9.718, de 1998).

Nota:

- 1) A pessoa jurídica que, em relação ao mesmo ano-calendário, incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração pelo lucro real, conforme alínea “d”, deverá apurar o IRPJ e a CSLL sob o regime de apuração pelo lucro real trimestral a partir, inclusive, do trimestre da ocorrência do fato. (Ato Declaratório Interpretativo SRF 5, de 31.10.2001 e § 3ºA do Art. 214, IN RFB 1.700, de 2017);
- 2) Não se aplica a regra da alínea “d” à pessoa jurídica que auferir receita da exportação de mercadorias e da prestação direta de serviços no exterior; e
- 3) Também, não é considerada prestação direta de serviços àquela realizada no exterior por intermédio de filiais, sucursais, agências, representações, coligadas, controladas e outras unidades descentralizadas da pessoa jurídica que lhes sejam assemelhadas.

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS IMPEDIDAS DE OPTAR

- h) que tenham sido constituídas como sociedades de propósito específico, formadas por microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto no art. 56 da Lei complementar 123, de 2006;
- i) que emitam ações nos termos estabelecidos no art. 16 da Lei 13.043, de 2014; e
- j) as pessoas jurídicas resultantes de evento de incorporação ou fusão enquadradas nas disposições contidas nas alíneas “a” a “g” acima, ainda que qualquer incorporada ou fusionada fizesse jus ao referido regime antes da ocorrência do evento, não se lhes aplicando o disposto no art. 4º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000 (§ 4º, art. 214 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Nota: não se aplica o impedimento de que trata a alínea “j”, no caso em que a incorporadora estivesse submetida ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) antes do evento de incorporação.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

A Base de Cálculo do lucro presumido será o montante determinado pela soma das seguintes parcelas:

- I - o valor resultante da aplicação dos percentuais de que tratam os §§ 1º e 3º do art. 34 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017, sobre a receita bruta definida pelo art. 12 do decreto 1.598, de 1977, relativa a cada atividade, auferida em cada período de apuração trimestral, deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos;
- II - os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelo inciso I, auferidos no mesmo período;
- III - os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável;
- IV - os juros sobre o capital próprio auferidos;
- V - os valores recuperados, correspondentes a custos e despesas, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real ou que se refiram a período no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro presumido ou arbitrado;

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

A Base de Cálculo do Lucro Presumido será o montante determinado pela soma das seguintes parcelas:

VI - o valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o inciso I acima, sobre a parcela das receitas auferidas em cada atividade, no respectivo período de apuração, nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa, na forma prevista na Instrução Normativa RFB 1.312, de 28 de dezembro de 2012;

VII - a diferença de receita financeira calculada conforme disposto no Capítulo V e art. 58 da Instrução Normativa RFB 1.312, de 2012;

VIII - as multas ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato, considerado o IRRF como antecipação do devido no período de apuração.

Notas:

- (1) Os valores de que tratam os incisos VI e VII acima serão apurados anualmente e acrescidos à base de cálculo do último trimestre do ano-calendário, para efeitos de se determinar o imposto devido.
- (2) Para os efeitos do disposto nos incisos VI e VII acima, pessoa vinculada é a definida pelo art. 2º da Instrução Normativa RFB 1.312, de 2012.
- (3) O percentual de 8% também será aplicado sobre a receita financeira da pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Nos ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelos percentuais aplicáveis sobre a receita bruta, de que trata o inciso II acima, inclui o seguinte:

- a) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da PJ até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;
- b) os ganhos auferidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão organizado;
- c) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da PJ, deduzida dos encargos necessários à sua percepção;
- d) os juros equivalentes à taxa Selic, para títulos federais, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Nos ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelos percentuais aplicáveis sobre a receita bruta, de que trata o inciso II acima, inclui o seguinte:

- e) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre PJ ou entre pessoa jurídica e pessoa física;
- f) as receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;
- g) os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens e direitos;
- h) em relação à base de cálculo do IRPJ, a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos entregue para a formação do referido patrimônio; e
- i) em relação à base de cálculo da CSLL, o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

I - Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,6%
II - Receita auferida: a) na prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). b) na prestação de serviços de transporte de carga; c) nas atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda; e d) na atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra; e e) na revenda de mercadorias, venda de produtos, e outras atividades que se enquadrem neste item.	8,0%

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO Base de Cálculo (IRPJ)

III - Receita auferida: a) na prestação dos demais serviços de transporte;	16%
IV - Receita auferida: a) na prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada; b) na intermediação de negócios; c) na administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; d) na construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais; e) na construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais; f) pelas factorings; g) na coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte;	32%

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Base de Cálculo (IRPJ)

IV - Receita auferida:	
h) na exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, em atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos;	32%
i) na prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e	
j) na prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada acima.	

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Pessoas Jurídicas Exclusivamente Prestadoras de Serviços (Redução do Percentual)

- ✓ As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, mencionados nas alíneas “b”, “c”, “d”, “f”, “g” e “j” acima (Inciso IV), cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, poderão utilizar, na determinação da parcela da base de cálculo do imposto sobre a renda com base no Lucro Presumido, o percentual de 16% .
- ✓ A pessoa jurídica que houver utilizado o percentual de 16% para o pagamento trimestral do imposto, cuja receita bruta acumulada até determinado trimestre do ano-calendário exceder o limite de R\$ 120.000,00, ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto postergado, apurada em relação a cada trimestre transcorrido.
- ✓ Cabe destacar, que a diferença deverá ser paga em quota única até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorrer o excesso. Quando paga neste prazo, a diferença apurada será recolhida sem acréscimos.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Conceito de Receita Bruta – Atividade Imobiliária

- ✓ Nas atividades imobiliárias, para fins tributários, o conceito de receita bruta foi definido pelo artigo 30 da Lei 8.981, de 1995, o qual encontra-se redigido da seguinte forma:

“Art. 30. As pessoas jurídicas que explorem atividades imobiliárias relativa a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, deverão considerar como receita bruta o montante efetivamente recebido, relativo às unidades imobiliárias vendidas”.

Receita Financeira apurada por meio de índice ou coeficientes previsto em contrato

- ✓ Receita Financeira na atividade imobiliária, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previsto em contrato, na determinação do lucro presumido, a aplicação do percentual de 8% tem suporte no § 4º do artigo 15 da Lei 9.249, de 1995.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Tratamento do AVP no Lucro Presumido

- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, incluem-se na receita bruta a que se refere o inciso I acima.
- ✓ Os valores decorrentes do referido ajuste a valor presente, apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento da receita bruta, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo do lucro presumido.
- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, **incluem-se nas receitas** relativas aos incisos II a VIII acima descritos, independentemente da forma como estas receitas tenham sido contabilizadas.
- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento das receitas relativas aos incisos II a VIII acima descritos, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo do lucro presumido.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Variações monetárias ativas decorrentes de AVP - A. Mercantil

- ✓ No caso de pessoa jurídica arrendatária de contrato de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado, e na hipótese das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido.
- ✓ A regra acima descrita não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.
- ✓ Destaca-se que as disposições acima mencionadas, também se aplicam aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Tratamento da Avaliação a Valor Justo – AVJ no Presumido

O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não integrará a base de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido no período de apuração (art. 217 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017):

- I - relativo à avaliação com base no valor justo, caso seja registrado diretamente em conta de receita; ou
 - II - em que seja reclassificado como receita, caso seja inicialmente registrado em conta de patrimônio líquido.
- ✓ Na apuração dos ganhos de capital na apuração do lucro presumido, o aumento ou redução no valor do ativo registrado em contrapartida a ganho ou perda decorrente de sua avaliação com base no valor justo não será considerado como parte integrante do valor contábil. Essa regra não se aplica caso o ganho relativo ao aumento no valor do ativo tenha sido anteriormente computado na base de cálculo do imposto.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Contratos de Concessão de Serviços Públicos

No caso de contratos de concessão de serviços públicos:

I - **exclui-se** da receita bruta definida pelo artigo 12 do Decreto 1.598/1977 a receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo intangível representativo de direito de exploração; e

II - **integram** a receita bruta, definida pelo artigo 12 do Decreto 1.598/1977, os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, vinculados aos ativos financeiros a receber pela prestação dos serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Contratos de Concessão de Serviços Públicos – Ganho de Capital na alienação do intangível

O ganho de capital na alienação do ativo intangível representativo de direito de exploração em contratos de concessão de serviços públicos (inciso I acima) corresponderá à diferença positiva entre o valor da alienação e o valor dos custos incorridos na sua obtenção, deduzido da correspondente amortização. Para calcular o valor a deduzir, a concessionária deverá:

- a) determinar a relação entre a amortização acumulada do ativo intangível e o valor do mesmo ativo intangível sem considerar eventuais amortizações anteriores e perdas estimadas por redução ao valor recuperável;
- b) aplicar a proporção obtida na forma prevista na alínea “a” ao valor dos custos incorridos na obtenção do ativo intangível.

Os mencionados custos incorridos são os custos diretos e indiretos incorridos na execução dos serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Apuração do Ganho de capital

- ✓ O ganho de capital nas alienações de ativos não circulantes investimentos, imobilizados e intangíveis corresponderá à diferença positiva entre o valor da alienação e o respectivo valor contábil (apuração do ganho, vide capítulo Regime de Estimativa).
- ✓ Para fins de apuração do ganho de capital, poderão ser considerados no valor contábil, e na proporção deste, os respectivos valores decorrentes dos efeitos do ajuste a valor presente de que trata o inciso III do caput do art. 184 da Lei 6.404, de 1976.
- ✓ Nesta hipótese, para obter a parcela a ser considerada no valor contábil do ativo, a pessoa jurídica terá que calcular inicialmente o quociente entre: (1) o valor contábil do ativo na data da alienação, e (2) o valor do mesmo ativo sem considerar eventuais realizações anteriores, inclusive mediante depreciação, amortização ou exaustão, e a perda estimada por redução ao valor recuperável.
- ✓ A parcela a ser considerada no valor contábil do ativo corresponderá ao produto: (1) dos valores decorrentes do ajuste a valor presente com (2) o quociente acima descrito.

LUCRO PRESUMIDO

EXEMPLO:

1. Venda de veículo em 02.01.2020 no valor de R\$ 140.000,00, observado os seguintes dados:
2. Data de aquisição: 02.01.2018
3. Custo de aquisição.....R\$ 200.000,00
4. Ajuste a valor presente.....R\$ 40.000,00
5. Valor contábil na data da aquisição.....R\$ 160.000,00
6. Depreciação (40% - 20% a.a).....R\$ 64.000,00
7. Valor contábil na data da alienação (R\$ 160.000,00 – R\$ 64.000,00).....R\$ 96.000,00

SOLUÇÃO:

(a) Cálculo do quociente

$$\frac{\text{Valor contábil na data da alienação}}{\text{Valor contábil na data da aquisição}} = \frac{\text{R\$ 96.000,00}}{\text{R\$ 160.000,00}} = 0,6$$

(b) Parcela a ser considerada no valor contábil do ativo (veículo)

$$\diamond \text{ AVP} \times \text{Q} = \text{R\$ 40.000,00} \times 0,6 = \text{R\$ 24.000,00}$$

(c) Valor contábil do veículo acrescido do AVP = R\$ 96.000,00 + R\$ 24.000,00 = **R\$ 120.000,00**

(d) Apuração do Ganho de Capital

$$\diamond \text{ Valor da alienação} - \text{Valor contábil} = \text{R\$ 140.000,00} - \text{R\$ 120.000,00} = \text{R\$ 20.000,00}$$

$$\text{Ganho de Capital} = \text{R\$ 20.000,00}$$

(e) Valor a ser acrescido ao lucro presumido: **R\$ 20.000,00**

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Apuração do Ganho de capital

- ✓ Para fins de apuração do ganho de capital nas alienações de ativos não circulantes investimentos, imobilizados e intangíveis, **é vedado o cômputo de qualquer parcela a título de encargos associados a empréstimos**, registrados como custo.
- ✓ Para fins da neutralidade tributária prevista na legislação vigente, deverá ser considerada no valor contábil eventual diferença entre o valor do ativo na contabilidade societária e o valor do ativo mensurado de acordo com os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 observada na data da adoção inicial da Lei 12.973/2014.
- ✓ Na apuração do ganho de capital, os valores acrescidos em virtude de reavaliação somente poderão ser computados como parte integrante dos custos de aquisição dos bens e direitos se a empresa comprovar que os valores acrescidos foram computados na determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Receitas Financeiras de Variações Monetárias

- ✓ As receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, quando da liquidação da correspondente operação.
- ✓ À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias acima poderão ser consideradas segundo o regime de competência, o qual será aplicado a todo o ano-calendário.
- ✓ As receitas acima referidas, originadas dos saldos de juros a apropriar decorrentes de AVP não integrarão as bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Rendimentos de Renda Fixa e Ganhos em Renda Variável

- ✓ Os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável serão acrescidos às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido no período de apuração da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação, não lhes sendo aplicável o regime de competência.
- ✓ Relativamente aos ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável, o IRPJ sobre os resultados positivos mensais apurados em cada um dos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao do encerramento do período de apuração serão determinados e pagos em separado, nos termos da legislação específica, dispensado o recolhimento em separado relativamente ao 3º (terceiro) mês do período de apuração.
- ✓ Os ganhos líquidos acima referidos relativos a todo o trimestre de apuração serão computados na determinação do lucro presumido e do resultado presumido, e o montante do imposto pago será considerado antecipação, compensável com o devido no encerramento do período de apuração.

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Mudança do Lucro Real para Lucro Presumido

A pessoa jurídica que, até o ano-calendário anterior, houver sido tributada com base no lucro real deverá adicionar à base de cálculo do imposto sobre a renda e da CSLL, correspondente ao primeiro período de apuração no qual houver optado pela tributação com base no lucro presumido, os saldos dos valores cuja tributação havia diferido, independentemente da necessidade de controle na parte B do e-Lalur e do e-Lacs.

A regra acima descrita aplica-se inclusive aos valores controlados por meio de subcontas referentes:

I - às diferenças na adoção inicial dos arts. 1º, 2º, 4º a 71 da Lei 12.973, de 2014, de que tratam os arts. 294 a 296 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017; e

II - à avaliação de ativos ou passivos com base no valor justo.

Art. 593, Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 219 IN RFB
1700, de 14.03.2017

LUCRO PRESUMIDO/CÁLCULO

ALÍQUOTA

- ✓ 15% sobre a base de cálculo.

ADICIONAL

- ✓ 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo trimestre;
- ✓ O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitida quaisquer deduções;
- ✓ É vedada a aplicação de qualquer parcela do imposto devido em incentivos fiscais.



LUCRO PRESUMIDO/DEDUÇÕES

DEDUÇÕES DO IMPOSTO

Para efeito de pagamento, a pessoa jurídica optante pelo Lucro Presumido, poderá deduzir, do IRPJ apurado em cada trimestre:

- ✓ o imposto de renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram à base de cálculo do imposto devido.



LUCRO PRESUMIDO / CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Aplica-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

BASE DE CÁLCULO

A Base de Cálculo da CSLL corresponderá à soma dos seguintes valores:

- ✓ 12% da receita bruta auferida no período de apuração, exceto na prestação de serviços em geral;
- ✓ 32% da receita bruta auferida no período, referente a prestação de serviços em geral;
- ✓ Os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977.

LUCRO PRESUMIDO / CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

DEDUÇÕES DA CSLL

Para efeitos de pagamento, a Pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL apurada em cada trimestre o valor:

- ✓ da CSLL retida na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo da contribuição devida; e
- ✓ do bônus de adimplência fiscal disciplinado pelo artigo 38 da Lei 10.637, de 2002, e pelos artigos 271 e 276 da Instrução Normativa RFB 1.700, de 14.03.2017.

LUCRO PRESUMIDO / CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Mudança do regime de caixa para competência

- ✓ A pessoa jurídica optante pelo lucro presumido que adota o regime de caixa e passar a adotar o regime de competência, deverá reconhecer no mês de dezembro do ano-calendário anterior as receitas auferidas e ainda não recebidas.

Optante pelo lucro presumido que durante o ano torna-se obrigado ao lucro real

- ✓ A pessoa jurídica optante pelo lucro presumido que durante o ano-calendário incorrer na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real, deverá oferecer à tributação as receitas auferidas e ainda não recebidas;
- ✓ Na hipótese do parágrafo acima, as receitas auferidas e ainda não recebidas deverão ser adicionadas às receitas do período de apuração anterior, e a diferença apurada, deverá ser recolhida, sem multa ou juros moratórios, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que incorreu na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real.

Art. 223A, IN RFB 1700, de 14.03.2017

LUCRO PRESUMIDO – DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido deverá manter (Art. 600, Decreto 9.580, de 2018):

- (i) escrituração contábil nos termos da legislação em vigor;
- (ii) Livro de Registro de Inventário, contendo o registro dos estoques existentes no término do ano-calendário;
- (iii) Em boa guarda e ordem a documentação, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes;
- (iv) O item (i) não se aplica à pessoa jurídica, que mantiver livro-caixa, no qual deverá contemplar toda movimentação financeira, inclusive bancária.

Art. 600 Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 225, IN RFB
1.700, de 14.03.2017

PRAZO DE ENTREGA DA ECF

- ✓ A ECF será transmitida anualmente ao SPED **até o último dia útil do mês de julho** do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira (Incluído pela IN RFB 1.633, de 03.05.2016).

LUCRO PRESUMIDO

MUDANÇA DO LUCRO PRESUMIDO PARA LUCRO REAL

- ✓ A pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido que, em período de apuração imediatamente posterior, passar a ser tributada pelo lucro real deverá incluir na base de cálculo do imposto apurado pelo lucro presumido os ganhos decorrentes de avaliação com base no valor justo, que façam parte do valor contábil, e na proporção deste, relativos aos ativos constantes em seu patrimônio.
- ✓ A tributação dos ganhos poderá ser diferida para os períodos de apuração em que a pessoa jurídica for tributada pelo lucro real, desde que observados os procedimentos e requisitos relativos ao controle por meio de subcontas.

Arts. 594 e 396 Decreto 9.580, RIR/2018 e Arts. 119 e 220, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO PRESUMIDO

MUDANÇA DO LUCRO PRESUMIDO PARA LUCRO REAL

- ✓ As perdas verificadas decorrentes de AVJ somente poderão ser computadas na determinação do lucro real dos períodos de apuração posteriores se observados os procedimentos e requisitos relativos ao controle por meio de subcontas.
- ✓ O disposto neste item aplica-se, também, na hipótese de avaliação com base no valor justo de passivos relacionados a ativos ainda não totalmente realizados na data de transição para o lucro real.



LUCRO PRESUMIDO

PREENCHIMENTO DO DARF

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido que apuram o imposto por períodos trimestrais, deverão preencher o DARF **relativo ao imposto de cada trimestre**, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas em Geral tributadas pelo Lucro Presumido	
▪ Imposto de Renda	2089
▪ Contribuição social sobre o Lucro - CSLL	2372

LUCRO ARBITRADO

Artigos 602 a 613, do Decreto 9.580, RIR/2018) e Arts. 226 a 237, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO ARBITRADO

- ✓ Lucro Arbitrado é uma forma de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL em que a incidência trimestral desses tributos, é arbitrada, pelo próprio contribuinte ou, de ofício pelo fisco;
- ✓ É aplicável pela autoridade tributária quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do Lucro Real ou Presumido, conforme o caso. Quando conhecida a receita bruta, e, desde que ocorrida qualquer das hipóteses de arbitramento previstas na legislação fiscal, o contribuinte poderá efetuar o pagamento do imposto de renda correspondente com base nas regras do Lucro Arbitrado;
- ✓ Essa forma de tributação, não representa penalidade, pode até ser mais vantajosa para o contribuinte que, impossibilitado de optar pelo Lucro Presumido, seja pelo limite de receita, ou em decorrência dos demais impedimentos previstos, não mantenha escrituração na forma estabelecida pelas leis comerciais e fiscais.

LUCRO ARBITRADO

ASPECTOS GERAIS

- ✓ Forma de apuração em que o Imposto de Renda e CSLL são devidos trimestralmente no decorrer do ano-calendário;
- ✓ Arbitramento pelo próprio contribuinte ou, de ofício, pela fiscalização da Receita Federal;
- ✓ O lucro arbitrado será determinado pelo regime de competência;
- ✓ Excetuam-se do regime de competência os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os de renda variável, que serão acrescidos à base de cálculo do lucro arbitrado por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação, bem como, os lucros derivados das atividades de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de loteamento de terrenos e de incorporação de prédios em condomínio, os quais serão tributados na proporção da receita recebida ou cujo recebimento esteja previsto para o próprio trimestre.

LUCRO ARBITRADO

ASPECTOS GERAIS

- ✓ A apuração do IR com base no lucro arbitrado abrangerá todos os trimestres do ano-calendário, assegurada a tributação com base no lucro real relativa aos trimestres não submetidos ao arbitramento, se a pessoa jurídica dispuser de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal que demonstre o lucro real dos períodos não abrangidos por aquela modalidade de tributação;
- ✓ A PJ que, em qualquer trimestre do ano-calendário, tiver seu lucro arbitrado, poderá optar pela tributação com base no lucro presumido relativamente aos demais trimestres desse ano-calendário, desde que não obrigada à apuração do lucro real.

LUCRO ARBITRADO

HIPÓTESES DE ARBITRAMENTO

O imposto sobre a renda devido será exigido a cada trimestre, no decorrer do ano-calendário, com base nos critérios do lucro arbitrado, quando:

- I - o contribuinte, obrigado à tributação com base no lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal;
- II - a escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraude ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive a bancária; ou determinar o lucro real;
- III - o contribuinte, não obrigado à tributação com base no lucro real, deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou o livro Caixa, nos quais deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária;
- IV - o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no lucro presumido;

LUCRO ARBITRADO

HIPÓTESES DE ARBITRAMENTO

V - o comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de cumprir o disposto no art. 201 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017;

VI - o contribuinte não manter, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro Razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário;

VII - o contribuinte não escriturar ou deixar de apresentar à autoridade tributária as informações necessárias para gerar o FCONT por meio do Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o FCONT de que trata a Instrução Normativa RFB 967, de 15.10.2009, no caso de pessoas jurídicas sujeitas ao RTT e tributadas com base no lucro real; ou

VIII - o contribuinte não escriturar ou deixar de apresentar à autoridade tributária a ECF.

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo (Quando conhecida a receita bruta)

O lucro arbitrado, quando conhecida a receita bruta, será o montante determinado pela soma das seguintes parcelas:

- I - o valor resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos (pelo artigo 16 da Lei 9.249, de 1995 e art. 33 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017) sobre a receita bruta definida pelo art. 12 do Decreto 1.598/1977, de cada atividade, auferida em cada período de apuração trimestral, deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, acrescidos de 20%;
- II - os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelo inciso I, auferidos no mesmo período.
- III - os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável;
- IV - os juros sobre o capital próprio auferidos;

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo (Quando conhecida a receita bruta)

V - os valores recuperados, correspondentes a custos e despesas, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real ou que se refiram a período no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro presumido ou arbitrado;

VI - o valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o inciso I sobre a parcela das receitas auferidas em cada atividade, no respectivo período de apuração, nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa, na forma prevista na Instrução Normativa RFB 1.312, de 2012;

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo (Quando conhecida a receita bruta)

VII - a diferença de receita financeira calculada conforme disposto no Capítulo V e art. 58 da Instrução Normativa RFB 1.312, de 2012;

VIII - as multas ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato, considerado o IRRF como antecipação do devido no período de apuração.

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Nos ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelos percentuais aplicáveis sobre a receita bruta, de que trata o inciso II acima, inclui o seguinte:

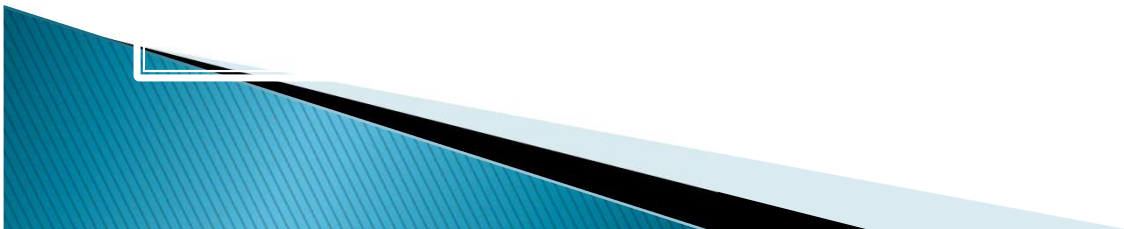
- a) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da PJ até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;
- b) os ganhos auferidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão organizado;
- c) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da PJ, deduzida dos encargos necessários à sua percepção;
- d) os juros equivalentes à taxa Selic, para títulos federais, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Nos ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelos percentuais aplicáveis sobre a receita bruta, de que trata o inciso II acima, inclui o seguinte:

- e) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre PJ ou entre pessoa jurídica e pessoa física;
- f) as receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;
- g) os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens e direitos;
- h) em relação à base de cálculo do IRPJ, a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos entregue para a formação do referido patrimônio;
- i) em relação à base de cálculo da CSLL, o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio.



LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo (Inciso I)

I - na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;	1,92%
II - Receita auferida: a) na prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); b) na prestação de serviços de transporte de carga; c) nas atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda; d) na atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra; e e) na revenda de mercadorias, venda de produtos, e outras atividades que se enquadrem neste item.	9,6%

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo

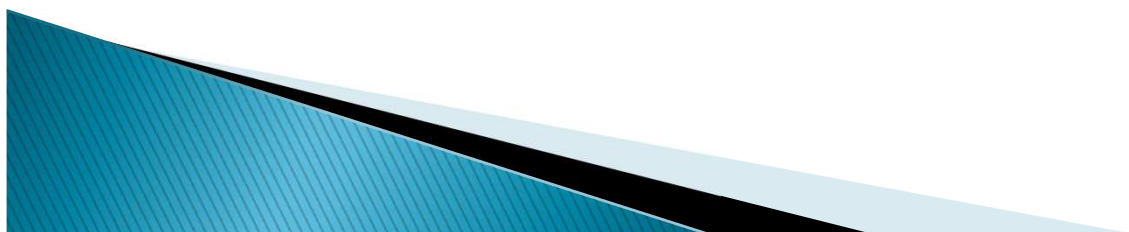
III - prestação dos demais serviços de transporte;	19,2%
IV - Receita auferida: a) na prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada; b) na intermediação de negócios; c) na administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; d) na construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais; e) na construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais; f) pelas factorings; g) na coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte;	38,4%

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo

IV – Receita auferida:	
h) na exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos;	38,4%
i) na prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e	
j) na prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada neste subitem.	



LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Pessoas Jurídicas Exclusivamente Prestadoras de Serviços (Redução do Percentual)

- ✓ As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, mencionadas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “f”, “g” e “j” acima, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, poderão utilizar, para determinação do lucro arbitrado trimestral, o percentual de 19,2%;
- ✓ A pessoa jurídica que houver utilizado o percentual de 19,2% para o pagamento trimestral do imposto, cuja receita bruta acumulada até um determinado trimestre do ano-calendário exceder ao limite de R\$ 120.000,00, ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto postergado, apurada em relação a cada trimestre transcorrido;
- ✓ Cabe destacar, que a diferença deverá ser paga em quota única até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorrer o excesso. Quando paga neste prazo, a diferença apurada será recolhida sem acréscimos.

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Instituições Financeiras e Equiparadas

- ✓ Nas atividades desenvolvidas por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta, o percentual de arbitramento será de 45%.

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Situações Especiais Vinculadas ao Lucro Arbitrado

- ✓ AVP e AVJ;
- ✓ Variações monetárias ativas decorrentes de AVP - A. Mercantil;
- ✓ Contratos de Concessão de Serviços Públicos, Apuração do Ganho de capital;
- ✓ Receitas financeiras decorrentes de variações monetárias em função da taxa de câmbio; e
- ✓ Rendimentos de renda fixa e ganhos em renda variável.

Nota: Para essas situações especiais, adotar as mesmas regras contidas no tópico do Lucro Presumido.

LUCRO ARBITRADO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO ARBITRADO

Base de Cálculo Quando Não Conhecida a Receita Bruta

- ✓ O lucro arbitrado das pessoas jurídicas, correspondente a cada trimestre, quando não conhecida a receita bruta, será determinado através de procedimento de ofício, mediante a aplicação de uma das alternativas de cálculo de que trata o artigo 232 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

LUCRO ARBITRADO

Alíquota

- ✓ O imposto devido em cada trimestre será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo.

Adicional

- ✓ 10% sobre a parcela do lucro arbitrado que exceder R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo trimestre de apuração.

Vedada aplicação em incentivos fiscais

- ✓ É vedada a aplicação de qualquer parcela do imposto devido em incentivos fiscais.

Dedução do imposto

- ✓ A pessoa jurídica poderá deduzir, do IRPJ apurado em cada trimestre, o imposto sobre a renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

LUCRO ARBITRADO/CSLL

Aplica-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

BASE DE CÁLCULO

A Base de Cálculo da CSLL corresponderá à soma dos seguintes valores:

- ✓ 12% da receita bruta auferida no período de apuração, exceto na prestação de serviços em geral;
- ✓ 32% da receita bruta auferida no período, referente a prestação de serviços em geral;
- ✓ Os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977.

LUCRO ARBITRADO

Mudança do Lucro Real para Lucro Arbitrado

- ✓ A pessoa jurídica que, até o período de apuração anterior, houver sido tributada com base no lucro real deverá adicionar à base de cálculo do IRPJ e CSLL, correspondente ao primeiro período de apuração no qual for tributada com base no lucro arbitrado, os saldos dos valores cuja tributação havia diferido, independentemente da necessidade de controle na parte B do e-Lalur e do e-Lacs (art. 231, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

A regra acima descrita aplica-se inclusive aos valores controlados por meio de subcontas referentes:

- ✓ I - às diferenças na adoção inicial dos arts. 1º, 2º, 4º a 71 da Lei 12.973, de 2014, de que tratam os arts. 294 a 296, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017; e
- ✓ II - à avaliação de ativos ou passivos com base no valor justo de que tratam os artigos 97 a 101 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

LUCRO ARBITRADO

PREENCHIMENTO DO DARF

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Arbitrado que apuram o imposto por períodos trimestrais, deverão preencher o DARF **relativo ao imposto de cada trimestre**, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas em Geral tributadas pelo Lucro Arbitrado	
▪ Imposto de Renda	5625
▪ Contribuição social sobre o Lucro - CSLL	2372

TÓPICOS ESPECÍFICOS

- Lucro Real



IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO



IMOBILIZADO / DEPRECIÇÃO

CLASSIFICAÇÃO NO IMOBILIZADO

- ✓ O inciso IV do artigo 179 da Lei 6.404, de 1976, define a classificação das contas no Ativo Imobilizado, ou seja:
- ✓ Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens (Redação dada pela Lei 11.638, de 2007).
- ✓ O CPC 27 – Ativo Imobilizado, foi recepcionado pela Resolução CFC 1.177/09, NBC TG 27 (Resolução 1.329/11). Em 11.12.2013 consolidada como NBC TG 27 (R1), em 21/11/2014 passa a ser NBC TG 27 (R2), aplicando-se aos exercícios iniciados, a partir de 2015, em 23.10.2015. passa a ser NBC TG 27 (R3) aplicando-se aos exercícios iniciados, a partir de 01/01/2016, e em 24.11.2017 passa a ser NBC TG 27 (R4), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2018;
- ✓ A NBC TG 27, conceitua imobilizado como um ativo tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período.

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

IMOBILIZADO AVALIAÇÃO

- ✓ Artigo 183 da Lei 6.404/76 - No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios: V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.
- ✓ Adoção pela primeira vez, das normas internacionais (CPCs homologados pelos reguladores), há possibilidade de empregar o valor justo como custo atribuído (deemed cost) para ajustar os saldos iniciais subavaliados ou superavaliados.

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

DEPRECIAÇÃO

O § 2º, artigo 183 da Lei 6.404/76, dispõe que, a diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:

- ✓ depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;
- ✓ amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;
- ✓ exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.
- ✓ Vale ressaltar que o § 3º, dispõe sobre o teste de recuperabilidade.

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

NBC TG 27 e ITG 10

Algumas Definições:

- ✓ Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- ✓ Valor depreciável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.
- ✓ Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.
- ✓ Valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

Pequenas e Médias Empresas

- ✓ CPC – PME – Seção 17 (NBC TG 1000 (R1))

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

LEGISLAÇÃO FISCAL

- ✓ A tendência das empresas em geral sempre foi no sentido de adotar as taxas admitidas pela legislação fiscal;
- ✓ Os critérios básicos da legislação fiscal estão consolidados nos artigos 317 a 329 do Decreto 9.580, de 2018 (Novo RIR);
- ✓ A Receita Federal por meio do Anexo III da IN RFB 1.700, de 14.03.2017, lista relação de bens com prazo de vida útil e taxas de depreciação;
- ✓ O fisco admite adoção de taxas diferentes daquelas por ele listadas, desde que suportadas por laudo pericial do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (§ 2º, Art. 124 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Arts. 121 a 124, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

LEGISLAÇÃO FISCAL

- ✓ Atividade rural, os bens do ativo não circulante imobilizado, exceto terra nua, adquiridos para uso na atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano de aquisição (Art. 325, Decreto 9.580, de 2018 e Art. 260, IN RFB 1.700, de 14.03.2017);
- ✓ Bens adquiridos usados, a taxa anual será fixada tendo em vista o maior dos seguintes prazos (Art. 322, Decreto 9.580, de 2018):
- ✓ a metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo; ou
- ✓ O restante da vida útil, considerada esta em relação à primeira instalação para utilização do bem.

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

DEPRECIAÇÃO Societária x Fiscal – e-Lalur e e-Lacs

- ✓ Caso a quota de depreciação registrada na contabilidade do contribuinte seja menor do que aquela calculada com base no Anexo III da IN RFB 1700, de 14.03.2017, a diferença poderá ser excluída do lucro líquido na apuração do Lucro Real e do resultado ajustado, com registro na parte “B” do e-Lalur e do e-Lacs do valor excluído, observando-se que o valor acumulado das quotas não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem;
- ✓ A partir do período de apuração em que o montante acumulado das quotas de depreciação computado na determinação do lucro real e resultado ajustado atingir o valor do custo de aquisição do bem, o valor da depreciação registrada a escrituração comercial, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e do resultado ajustado, com a respectiva baixa na parte “B” do e-Lalur e do e-Lacs.

Art. 321, Decreto 5980, de 2018 (RIR) e Art. 124, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

Exemplo: Taxa de depreciação fiscal maior que a contábil

1	Custo de aquisição de um determinado bem (Veículo 8703, Anexo III, IN RFB 1.700, de 2017)	200.000,00
2	Vida útil do bem (RFB)	5 anos
3	Taxa de depreciação fiscal (Anexo III, IN RFB 1.700/17)	20%
4	Vida útil do bem (Societário)	10 anos
5	Taxa de depreciação contábil (Societário)	10%
6	Valor residual	40.000,00
7	Valor depreciável (1 - 6)	160.000,00

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

Demonstrativo - Taxa de depreciação fiscal maior que a contábil				
Ano-calendário	Taxa fiscal 20%	Taxa Contábil 10%	Diferença a adicionar no e-Lacs e e-Lalur	Diferença a excluir no e-Lacs e e-Lalur
20x1	40.000,00	16.000,00		24.000,00
20x2	40.000,00	16.000,00		24.000,00
20x3	40.000,00	16.000,00		24.000,00
20x4	40.000,00	16.000,00		24.000,00
20x5	40.000,00	16.000,00		24.000,00
Subtotal	200.000,00	80.000,00		120.000,00
20x6		16.000,00	16.000,00	
20x7		16.000,00	16.000,00	
20x8		16.000,00	16.000,00	
20x9		16.000,00	16.000,00	
20x10		16.000,00	16.000,00	
Total	200.000,00	160.000,00	80.000,00	120.000,00

(6) valor residual é o valor estimado que se obteria com a venda do ativo ao final de sua vida útil.

(7) valor depreciável é o custo do ativo, menos seu valor residual

Nota: no exemplo apresentado, não foram considerados os tributos diferidos relativos a diferenças temporárias de que trata o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro ou seção 29 do CPC PME.

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO / DESPESAS OPERACIONAIS

Sobre o assunto, o artigo 313 do Decreto 9580, de 2018 (Novo RIR), dispõe da seguinte forma:

- ✓ O custo de aquisição de bens do ativo não circulante classificado como imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) ou prazo de vida útil não superior a 1 (um) ano.
- ✓ Salvo disposições especiais, o custo dos bens adquiridos ou das melhorias realizadas, cuja vida útil ultrapasse o período de 1 (um) ano, deverá ser ativado para ser depreciado ou amortizado.
- ✓ Art. 120, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

CUSTOS ESTIMADOS DE DESMONTAGENS

O artigo 346 do Decreto 9580, de 2018 (Novo RIR), dispõe sobre os gastos com desmontagens e retirada de item do ativo imobilizado, nos seguintes termos:

Os gastos de desmontagem e retirada de item de ativo imobilizado ou restauração do local em que está situado **somente** serão dedutíveis quando efetivamente incorridos.

Caso constitua provisão para gastos de desmontagem e retirada de item de ativo imobilizado ou restauração do local em que está situado, a pessoa jurídica **deverá proceder ao ajuste no lucro líquido** para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado, no período de apuração em que o imobilizado for realizado, inclusive por depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.

Eventuais efeitos contabilizados no resultado, provenientes de ajustes na provisão ou de atualização de seu valor, não serão computados na determinação do lucro real e do resultado ajustado.

NOTA:

CPC 27 (R4) alínea “c” do item 16 e item 18;

CPC – PME Seção 17, alínea “c” do item 17.10

VENDA DE INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO OU INTANGÍVEL

Vendas a Longo Prazo - Ganho de Capital

- ✓ Nas vendas de bens do ativo não circulante classificados como investimentos, imobilizado ou intangível, para recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do exercício social seguinte ao da contratação, o contribuinte poderá, para efeitos de determinar o lucro real e o resultado ajustado, reconhecer o lucro na proporção da parcela do preço recebida em cada período de apuração.

Art. 503 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR), e § 2º, Art. 200 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

DESAPROPRIAÇÃO

Desapropriação para fins de reforma agrária

- ✓ Fica Isento do imposto sobre a renda o ganho obtido nas operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- ✓ Aplicam-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

Constituição Federal, Art. 184, § 5º, Art. 505, Decreto 9.580, de 2018 (RIR)

TESTE DE RECUPERABILIDADE



TESTE DE RECUPERABILIDADE

Recepção do CPC 01 pelo Regulador CFC

- ✓ Resolução CFC 1.110, de 29.11.2007, NBC T 19.10, aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008;
- ✓ Resolução CFC 1.292, de 20.08.2010 (Revoga a 1.110/2007), NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010;
- ✓ Alterada e consolidada em 11.12.2013 como NBC TG 01 (R1), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2013;
- ✓ Alterada e consolidada em 11.04.2014 como NBC TG 01 (R2), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2014;
- ✓ Alterada e consolidada em 23.10.2015 como NBC TG 01 (R3), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2016;
- ✓ Alterada e consolidada em 24.11.2017 como NBC TG 01 (R4), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2018.

TESTE DE RECUPERABILIDADE

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - CPC PME

Redução ao valor recuperável de ativos - Seção 27

- ✓ Resolução CFC 1.255, de 10.12.2009, NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas, em vigor para aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010;
- ✓ Alterada e consolidada em 21 de outubro de 2016, como NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas, produzindo efeitos, a partir de 1º de janeiro de 2017.



TESTE DE RECUPERABILIDADE

MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

Definição Item 6 – CPC 01

Valor Recuperável

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Se o valor recuperável for maior
que o valor contábil,...

... não haverá desvalorização a
ser reconhecida.

Se a empresa manter um ativo
para venda, não há valor em uso.

TESTE DE RECUPERABILIDADE

Outras definições do CPC 01

- ✓ **Perda por desvalorização** é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- ✓ **Valor em uso** é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou unidade geradora de caixa.
- ✓ **Valor contábil** é montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- ✓ **Valor justo** é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

TESTE DE RECUPERABILIDADE

APLICAÇÃO AO FINAL DE CADA EXERCÍCIO, DO TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

(TESTE DE IMPAIRMENT)

CPC 01

- ✓ Para a verificação da recuperabilidade considera-se o valor justo líquido de despesa de venda, ou valor de uso (Valor Presente dos fluxos de caixa futuros estimados), dos dois o maior, para comparação com o valor contábil;
- ✓ Registro Contábil a Débito de Resultado do Exercício e a Crédito de Provisão para Perdas por Desvalorização.

Texto Legal:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam (Redação dada pela Lei 11.941, de 2009):

I- registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II - revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

TESTE DE RECUPERABILIDADE

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Exemplo 1

Valor contábil	Valor em uso	Valor de venda menos custos de venda	Valor de venda	Fluxos de caixa não descontados
R\$ 100.000	R\$ 90.000	R\$ 78.000	R\$ 86.000	R\$ 112.000

TESTE DE RECUPERABILIDADE

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

PERGUNTA:

- Qual é o valor da provisão para perdas por desvalorização?

RESPOSTA:

- Valor contábil (R\$ 100.000) menos o valor recuperável (R\$ 90.000) = Valor da provisão R\$ 10.000, visto que é o maior valor entre o valor de venda menos custos de venda (R\$ 78.000) e o valor em uso (R\$ 90.000).

Registro:

- ▶ Débito – Resultado do Exercício
- ▶ Crédito – Perdas por redução ao valor recuperável (Redutora do ativo) R\$ 10.000

Reversão:

- ▶ Débito – Perdas por redução ao valor recuperável (Redutora do ativo)
- ▶ Crédito – Reversão de perdas por redução ao valor recuperável (Resultado)

Nota: A reversão não pode exceder o valor registrado como perda.

TESTE DE RECUPERABILIDADE

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

EXEMPLO 2 - INFORMAÇÕES:

- 1.1 - O valor contábil do bem (Máquina) é R\$ 53.000,00, o valor de venda é R\$ 45.000,00, e o valor de venda menos os custos da venda R\$ 39.500,00;
- 1.2 – O bem em uso (Máquina), pelo prazo de vida útil econômica, estimado em 05 (cinco) anos, a empresa poderia produzir 30.000 unidades do produto XYZ ao custo de R\$ 4,10 por unidade e vendê-lo ao preço de R\$ 6,15;
- 1.3 – A taxa de desconto empregada para colocar os fluxos futuros em valor presente é de 12% a.a.
- 1.4 – Os fluxos de caixa futuros estimados com base em relatório fundamentado por estudo técnico de acordo com a capacidade de produção, durante a vida útil são os seguintes:

Ano	Quantidade unidades	Preço (Venda – Custo) R\$	Fluxos de Caixa Estimado R\$	Vr. Presente dos Fluxos Estimados R\$
X.1	8.400	2,05	17.220,00	15.375,00
X.2	7.200	2,05	14.760,00	11.766,58
X.3	6.000	2,05	12.300,00	8.754,90
X.4	4.800	2,05	9.840,00	6.253,50
X.5	3.600	2,05	7.380,00	4.187,61
Total	30.000	-	61.500,00	46.337,59

TESTE DE RECUPERABILIDADE

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Valor contábil	Valor em uso	Valor de venda menos custos de venda	Valor de venda	Fluxos de caixa não descontados
R\$ 53.000,00	R\$ 46.337,59	R\$ 39.500,00	R\$ 45.000,00	R\$ 61.500,00

TESTE DE RECUPERABILIDADE

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Pergunta:

- Qual é o valor da perda por desvalorização?

Resposta:

- Valor contábil (R\$ 53.000,00) menos o valor recuperável (R\$ 46.337,59) = Valor da provisão R\$ 6.662,41 visto que é o maior valor entre o valor de venda menos custos de venda (R\$ 39.500,00) e o valor em uso (R\$ 46.337,59).

Registro:

- ▶ Débito - Resultado do Exercício
- ▶ Crédito – Perdas por redução ao valor recuperável (Redutora) R\$ 6.662,41

Reversão: Em período subsequente pode ocorrer que ao fazer o teste de recuperabilidade, seja necessário fazer a reversão, que não pode exceder o valor registrado como perda.

- ▶ Débito – Perdas por redução ao valor recuperável (Redutora)
- ▶ Crédito – Reversão de perdas por redução ao valor recuperável (Resultado)

TESTE DE RECUPERABILIDADE

ASPECTOS FISCAIS

- ✓ O contribuinte poderá reconhecer na apuração do lucro real somente os valores contabilizados como redução ao valor recuperável de ativos que não tenham sido objeto de reversão, quando ocorrer a alienação ou baixa do bem correspondente;
- ✓ No caso de alienação ou baixa de um ativo que compõe uma unidade geradora de caixa, o valor a ser reconhecido na apuração do lucro real deve ser proporcional à relação entre o valor contábil desse ativo e o total da unidade geradora de caixa à data em que foi realizado o teste de recuperabilidade;
- ✓ Para efeitos de apuração do ganho ou perda de capital, as perdas estimadas no valor de ativos deverão ser deduzidas do valor contábil do bem;
- ✓ A perda estimada deverá ser adicionada na Parte A do e-Lalur e do e-Lacs no período de apuração em que for reconhecida, e registrada na Parte B para ser excluída;
- ✓ As reversões das perdas por desvalorização de bens que foram objeto de redução ao valor recuperável de ativos não são computadas na apuração do imposto sobre a renda pessoa jurídica e da CSLL.

Art. 345, do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 129 e 130, da IN RFB 1700, de 14.03.2017

CUSTO DE EMPRÉSTIMOS NA AQUISIÇÃO DE ATIVOS QUALIFICÁVEIS



CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

Recepção do CPC 20 pelo Regulador CFC

- ✓ Resolução CFC 1.172, de 29.05.2009, NBC TG 20 (NBC T 19.22) – Custo de Empréstimos, aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2010;
- ✓ Resolução CFC 1.329, de 16.11.2011, altera siglas de NBC T 19.22 para NBC TG 20;
- ✓ Resolução CFC 1.359, de 16.09.2011, altera texto da NBC TG 20;
- ✓ Alterada e consolidada em 23.10.2015 como NBC TG 20 (R1), aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2016;
- ✓ Alterada e consolidada em 24.11.2017 como NBC TG 20 (R2), aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2018.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS NA AQUISIÇÃO DE ATIVOS QUALIFICÁVEIS

- ✓ O CPC 20 (R2) – Custo de Empréstimos estabelece, que custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte dos custos de tal ativo. Destaca-se que Ativo Qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para o seu uso ou venda.
- ✓ A entidade deve cessar definitivamente a capitalização dos custos de empréstimos quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo qualificável para o seu uso ou venda estiverem completas.
- ✓ O CPC – PME seção 25 – Custo de Empréstimos, define que custo de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos. Por outro lado, o item 25.2 do referido CPC, estabelece que a entidade deve reconhecer todos os custos de empréstimos como despesa no resultado no período em que são incorridos.
- ✓ Isto posto, o custo de empréstimo na aquisição de ativo qualificável (CPC 20), de que trata a alínea “b”, § 1º do artigo 17 do Decreto 1.598/1977, redação incluída pela artigo 2º da Lei 12.973/2014, deve ser ativado pelas pessoas jurídicas sujeitas a adoção das normas IFRS completas (Full).

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS NA AQUISIÇÃO DE ATIVOS QUALIFICÁVEIS (Artigo 402 do Decreto 9.580, RIR/2018)

- ✓ Os juros e outros encargos, associados a empréstimos contraídos, especificamente ou não, para financiar a aquisição, construção ou produção de **bens classificáveis como estoques de longa maturação**, propriedade para investimento, ativo imobilizado ou ativo intangível podem ser registrados como custo do ativo adquirido, construído ou produzido.
- ✓ Os juros e outros encargos somente poderão ser registrados como custo até o momento em que o ativo estiver pronto para seu uso ou venda.
- ✓ Considera-se como encargo associado a empréstimo aquele em que o tomador deve necessariamente incorrer para fins de obtenção dos recursos.
- ✓ Os juros e outros encargos registrados como custo do ativo, **poderão ser excluídos na determinação do lucro real e do resultado ajustado do período de apuração em que forem incorridos**, devendo a exclusão ser feita na Parte A do e-Lalur e do e-Lacs e controlada, na Parte B. Neste caso os valores excluídos deverão ser adicionados, na Parte A do e-Lalur e do e-Lacs, à medida que o ativo for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.

ATIVO INTANGÍVEL



ATIVO INTANGÍVEL

Recepção do CPC 04 pelo Regulador CFC

- ✓ Resolução CFC 1.139, de 21.11.2008, NBC T 19.8 – Ativo Intangível, aplicação aos exercícios encerrados a partir de 2009;
- ✓ Resolução CFC 1.303, de 25.11.2010 (Revoga a 1.139/2008), NBC TG 04 – Ativo Intangível, aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010;
- ✓ Alterada e consolidada em 11.12.2013 como NBC TG 04 (R1), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2013;
- ✓ Alterada e consolidada em 21.11.2014 como NBC TG 04 (R2), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2015;
- ✓ Alterada e consolidada em 23.10.2015 como NBC TG 04 (R3), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2016;
- ✓ Alterada e consolidada em 24.11.2017 como NBC TG 04 (R4), aplicação aos exercícios encerrados a partir de 1º/01/2018.

ATIVO INTANGÍVEL

ATIVO INTANGÍVEL

A Lei 11.638/2007 incluiu o Inciso VI no art. 179 da Lei 6.404/1976, redigido da seguinte forma:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

- ✓ VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Algumas Definições (CPC 04 (R4)):

- ✓ **Ativo** - É um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.
- ✓ **Ativo intangível** - É um ativo não monetário identificável sem substância física.
- ✓ **Valor residual de um ativo intangível** - É o valor estimado que uma entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.
- ✓ **Vida útil é:** (a) o período de tempo no qual a entidade espera utilizar um ativo; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

ATIVO INTANGÍVEL

ATIVO INTANGÍVEL

Critério de Identificação

- ✓ Um ativo intangível satisfaz o critério de identificação quando: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações (CPC 04 (R4), item 12).
- ✓ O reconhecimento de um item como ativo intangível exige que a entidade demonstre que ele atende: (a) a definição de ativo intangível; e (b) os critérios de reconhecimento (CPC 04 (R4), item 18).

Reconhecimento de ativos intangíveis

- ✓ Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade (CPC 04 (R4), item 21).

Mensuração Inicial

- ✓ Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo (CPC 04 (R4), item 24).

ATIVO INTANGÍVEL

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada (NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Para os intangíveis na mensuração subsequente, tecnicamente há duas abordagens:

- ✓ Se há vida útil conhecida, confiavelmente determinada, utiliza-se a abordagem da amortização;
- ✓ Se não há vida útil conhecida, ou sua delimitação é impossível de se obter de modo confiável, utiliza-se a abordagem dos testes de recuperação (impairment).

Pequenas e Médias Empresas

- ✓ CPC – PME – Seção 18

ATIVO INTANGÍVEL

AMORTIZAÇÃO DO INTANGÍVEL

Os artigos 41 e 42 da Lei 12.973, de 2014, dispõe sobre Amortização do Intangível, nos seguintes termos:

Art. 41. A amortização de direitos classificados no ativo não circulante intangível é considerada dedutível na determinação do lucro real, observado o disposto no inciso III do caput do art. 13 da Lei 9.249, de 1995.

Art. 42. Poderão ser excluídos, para fins de apuração do lucro real, os gastos com desenvolvimento de inovação tecnológica referidos no inciso I do caput e no § 2º do art. 17 da Lei 11.196, de 2005, quando registrados no ativo não circulante intangível, no período de apuração em que forem incorridos e observado o disposto nos arts. 22 a 24 da referida Lei (§§ 2º e 3º, artigo 359 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR)).

Parágrafo único. O contribuinte que utilizar o benefício referido no caput deverá adicionar ao lucro líquido, para fins de apuração do lucro real, o valor da realização do ativo intangível, inclusive por amortização, alienação ou baixa.

ATIVO INTANGÍVEL

AMORTIZAÇÃO DO INTANGÍVEL

- ✓ A amortização de direitos classificados no ativo não circulante intangível, registrada com observância das normas contábeis, é dedutível na determinação do lucro real e do resultado ajustado, desde que o direito seja intrinsecamente relacionado com a produção ou comercialização dos bens e serviços.

Artigo 126 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica

Desenvolvimento (Ativo Intangível)

Poderão ser excluídos, para fins de apuração do lucro real, os gastos com desenvolvimento de inovação tecnológica referidos no inciso I do caput e no § 2º do art. 17 da Lei 11.196, de 2005, quando registrados no ativo não circulante intangível, no período de apuração em que forem incorridos.

Os valores que constituírem exclusão na parte A do e-Lalur e do e-Lacs em decorrência do benefício fiscal, serão registrados na parte B para serem adicionados à medida da realização do ativo, inclusive por amortização, alienação ou baixa.

Pesquisa Despesas (R)

Observado o seguinte:

- ✓ os dispêndios devem ser controlados na contabilidade em contas específicas; e
- ✓ a pessoa jurídica fica condicionada a comprovar a sua regularidade fiscal.

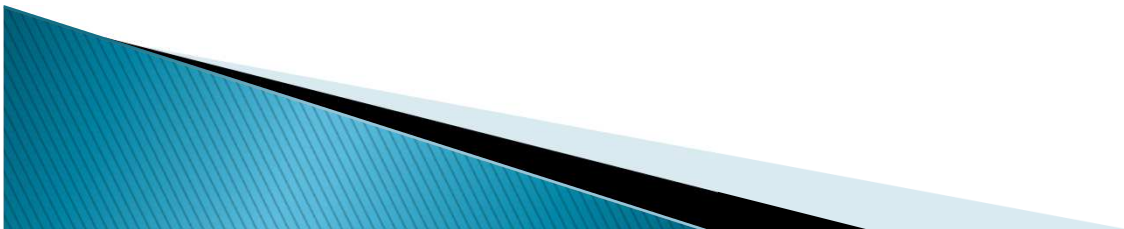
Artigo 127 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

ARRENDAMENTO MERCANTIL



ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3)) - Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019



ARRENDAMENTO MERCANTIL

Recepção do CPC 06 pelo Regulador CFC

- ✓ Resolução CFC 1.141, de 21.11.2010, aprova a NBC 10.2 - Operações de Arrendamento Mercantil, em vigor na data da sua publicação;
- ✓ Resolução CFC 1.304, de 25.11.2008, aprova a NBC TG 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aplicável aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010;
- ✓ Resolução 1.329, de 18.03.2011, alterou a sigla desta norma de NBC T 10.2 para NBC TG 06;
- ✓ Alterada e consolidada em 11.12.2013 como NBC TG 06 (R1), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- ✓ Alterada e consolidada em 23.10.2015 como NBC TG 06 (R2), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016; e
- ✓ Alterada e consolidada em 24.11.2017 como NBC TG 06 (R3), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (IFRS 16, CPC 06 - R2).

ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

- ✓ Esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos;
- ✓ IFRS 16 (CPC 06 R2 NBC TG 06 (R3)), baseia-se na abordagem do Direito de Uso do Ativo, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019;
- ✓ Substitui a versão CPC 06 R1, que vigorou até 31 de dezembro de 2018;
- ✓ Define que é o contrato, ou parte dele que transfere direito de usar um ativo (Ativo Subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação.

ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

A norma inclui todos tipos de contrato em que, se transfere o direito de uso de um ativo (os de alugueis, direitos de franquia e alguns outros contratos), **Exceto:**

- arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural;
- arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance da NBC TG 29;
- acordos de concessão de serviço dentro do alcance da ITG 01;
- licenças de propriedade intelectual dentro do alcance da NBC TG 47; e
- direitos em contratos de licenciamento no alcance da NBC TG 04 – Ativo Intangível (Ex: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais).

ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

Reconhecimento e mensuração inicial

- ✓ Na data de início, o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento;
- ✓ O ativo de Direito de Uso deve ser mensurado inicialmente ao custo, de acordo com item 24 do CPC 06 R2 (NBC TG 06 - R3), e o custo deve compreender: (i) o valor da mensuração do passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos; (ii) qualquer pagamento de arrendamento efetuado até a data de início; (iii) quaisquer custos iniciais assumidos pelo arrendatário; e iv) estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo.

ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

Reconhecimento e mensuração inicial

- ✓ O arrendatário deve inicialmente **mensurar o passivo** de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento;
- ✓ Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente;
- ✓ Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.



ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

Isenção de reconhecimento

- ✓ Novidade trazida pela IFRS 16 (CPC 06 R2 NBC TG 06 (R3)) para os arrendatários foi o fim da classificação do leasing entre operacional e financeiro, assim todas as operação devem ser reconhecidas de acordo com a abordagem do Direito de Uso do Ativo, entretanto, o IASB trouxe **duas exceções** a essa regra geral, quais sejam: **(i) a primeira** - diz respeito ao arrendamento de curto prazo, inferior a doze meses (Despesa); **(ii) a segunda** - se refere a arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (exemplos: computadores pessoais, tablets, pequenos itens de mobiliário de escritório e telefones).

ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

Mensuração subsequente

- ✓ A mensuração subsequente do ativo de direito de uso, será efetuada com base no método de custo (item 29 e 30)., método em que o arrendatário considera o custo inicial, **menos:** (i) qualquer depreciação acumulada e perdas por impairment; e (ii) corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento.
- ✓ Na mensuração subsequente, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento, observando o seguinte: (i) aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo; (ii) reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos do arrendamento; e (iii) remensurando o valor contábil para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento (remensuração do contrato).

ARRENDAMENTO MERCANTIL

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

Apresentação e divulgação

- ✓ A forma de apresentação e divulgação das operações de arrendamento nas demonstrações do arrendatário, estão descritas nos itens 47 a 60 do CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3));

Regras de transição

- ✓ As regras de transição estão relacionadas no Apêndice “C” do CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3)).

ARRENDAMENTO MERCANTIL

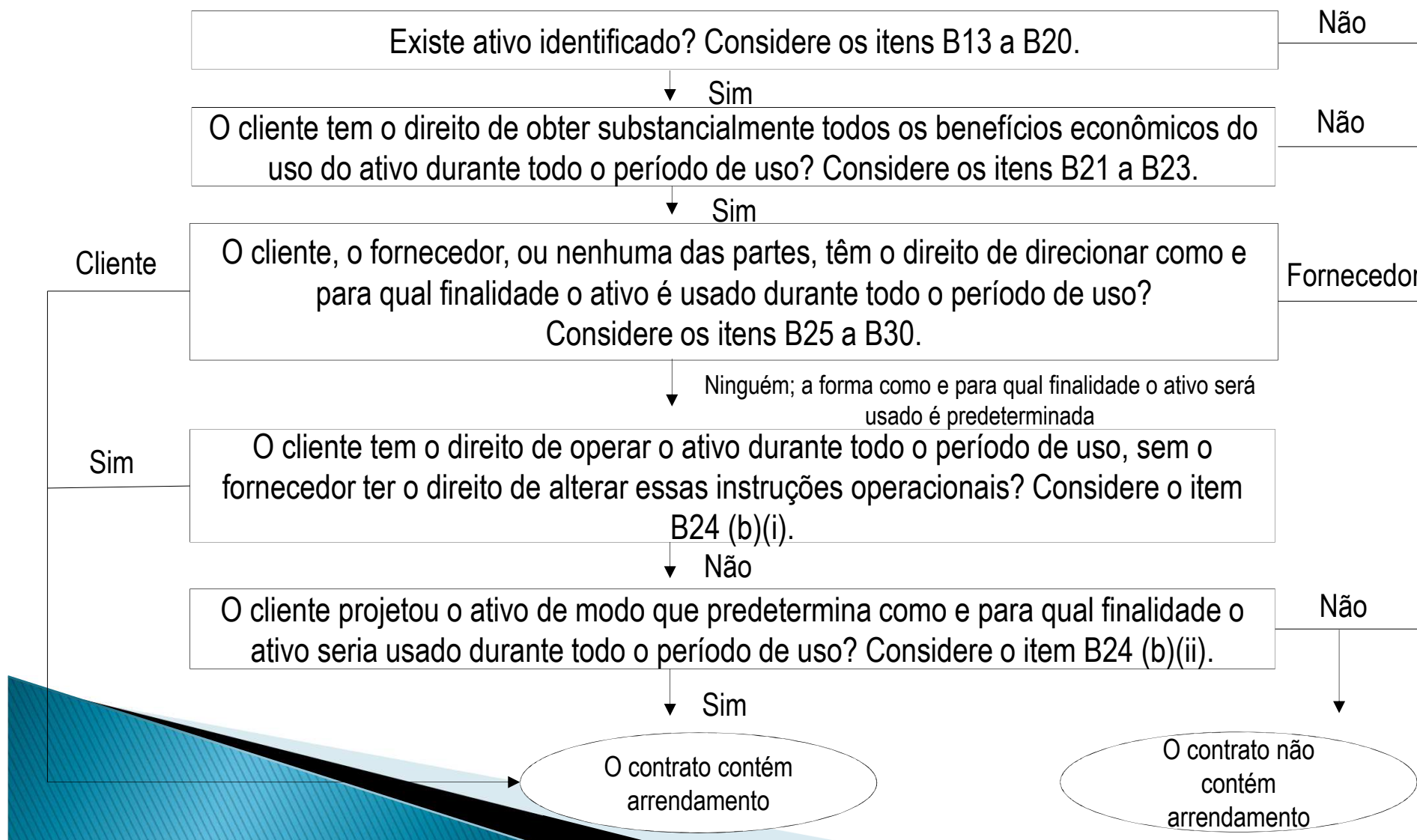
CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

Tratamento para as PME's em 2019

- ✓ O IASB nem o CPC fizeram alterações na norma contábil das PME's em razão da adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2 NBC TG 06 (R3)). Assim, a classificação do arrendamento operacional ou financeiro continua valendo para arrendadores e arrendatários, conforme disposições contidas na seção 20 do CPC PME (R1).

ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamentos Mercantis, Aluguéis e Outros Direitos de Uso



ARRENDAMENTO MERCANTIL

PESSOAS JURÍDICAS ARRENDADORAS (Aspectos Fiscais)

Novo RIR/2018, Decreto 9.580, art. 496 e 497

- ✓ Na hipótese de operações de arrendamento mercantil que não estejam sujeitas ao tratamento tributário previsto pela Lei 6.099/1974, as pessoas jurídicas arrendadoras deverão reconhecer, para fins de apuração do lucro real, o resultado relativo à operação de arrendamento mercantil proporcionalmente ao valor de cada contraprestação durante o período de vigência do contrato;
- ✓ A pessoa jurídica deverá proceder, caso seja necessário, aos ajustes ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real, no Lalur;
- ✓ O disposto acima se aplica somente às operações de arrendamento mercantil em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo;
- ✓ Entende-se por resultado a diferença entre o valor do contrato de arrendamento e somatório dos custos diretos iniciais e o custo de aquisição ou construção dos bens arrendados.

ARRENDAMENTO MERCANTIL

PESSOA JURÍDICA ARRENDATÁRIA (Aspectos Fiscais)

Novo RIR/2018, Decreto 9.580, art. 366

- ✓ Poderão ser computadas na determinação do lucro real da pessoa jurídica arrendatária as contraprestações pagas ou creditadas por força de contrato de arrendamento mercantil, referentes a bens móveis ou imóveis intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços

Indedutíveis as despesas financeiras

- ✓ São indedutíveis na determinação do lucro real as despesas financeiras incorridas pela arrendatária em contratos de arrendamento mercantil, inclusive os valores decorrentes do ajuste a valor presente, de que trata o inciso III do caput do art. 184 da Lei 6.404, de 1976.

ARRENDAMENTO MERCANTIL

PESOOAS JURÍDICAS ARRENDATÁRIAS (Aspectos Fiscais)

NA APURAÇÃO DO LUCRO REAL E DO RESULTADO AJUSTADO DA PESSOA JURÍDICA ARRENDATÁRIA

I - Poderão ser computadas as contraprestações pagas ou creditadas por força de contrato de arrendamento mercantil, referentes a bens móveis ou imóveis intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços, inclusive as despesas financeiras nelas consideradas;

II - são indedutíveis as despesas financeiras incorridas pela arrendatária, inclusive os valores decorrentes do ajuste a valor presente (AVP);

III - são vedadas as deduções de despesas/custos de depreciação, amortização e exaustão, na hipótese em que a arrendatária reconheça contabilmente o encargo (adicionadas na apuração do Lucro Real);

IV - na hipótese em que a arrendatária reconheça contabilmente o encargo, não comporão o custo de produção dos bens ou serviços os encargos de depreciação, amortização e exaustão (adicionados na apuração do Lucro Real);

V - Para efeitos do disposto no item I acima, entende-se por despesas financeira os juros computados no valor da contraprestação de arrendamento mercantil

Art. 366, Decreto 9.580, de 2018 (RIR), e Artigo 175 da
IN RFB 1.700, de 14.03.2017

DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS



DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS OU PRÉ-INDUSTRIAIS

Com relação as despesas pré-operacionais ou pré-industriais, o artigo 338 do Decreto 9.580, RIR/2018, dispõe da seguinte forma:

Art. 338 - Para fins de determinação do lucro real, não serão computadas, no período de apuração em que incorridas, as despesas (Lei 12.973, de 2014, artigo 11):

- I - de organização pré-operacionais ou pré-industriais, inclusive da fase inicial de operação, quando a empresa utilizou apenas parcialmente o seu equipamento ou as suas instalações; e
- II - de expansão das atividades industriais.

Parágrafo único. As despesas referidas no caput poderão ser excluídas para fins de determinação do lucro real, em quotas fixas mensais e no prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir:

- I - do início das operações ou da plena utilização das instalações, no caso do inciso I do caput; e
- II - do início das atividades das novas instalações, no caso do inciso II do caput.

DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS OU PRÉ-INDUSTRIAIS

- ✓ Em observância as regras contábeis em vigor, as despesas pré-operacionais, pré-industriais e de expansão de atividades industriais, devem ser registradas como despesas quando incorridas (CPC 04, item 69 e CPC PME Seção 18, alínea “b” do item 15).
- ✓ Antes da Lei 11.638/2007 essas despesas eram lançadas no diferido.

Exemplo:

- ✓ Despesas pré-operacional R\$ 70.000,00;
- ✓ Lançamento na contabilidade em despesas do exercício;
- ✓ Adição na parte “A” do e-Lalur e do e-Lacs no mês do registro;
- ✓ Controle desse valor na Parte “B”;
- ✓ Exclusão na parte ‘A” do e-Lalur e do e-Lacs, a razão de 1/60 mês após o início de atividade

§ 2º do Artigo 128 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO



JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

As Pessoas Jurídicas tributadas com base no Lucro Real, poderão considerar dedutíveis, na apuração do Lucro Real, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido (artigos 355 a 357 e 726 do Decreto 9.580, de 2018/RIR e artigos 75 a 77 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Para fins de cálculo da remuneração do capital próprio, serão consideradas exclusivamente as seguintes contas do patrimônio líquido:

- I - capital social;
- II - reservas de capital;
- II - reservas de lucros;
- IV - ações em tesouraria; e
- V - prejuízos acumulados.

- ❖ Para fins de cálculo a conta capital social, inclui todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que classificadas em contas de passivo na escrituração comercial.
- ❖ No patrimônio líquido acima mencionado não serão considerados os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial (AAP) a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei 6.404/1976.
- ❖ Aplica-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BASE DE CÁLCULO DO JCP (art. 9º, Lei 9.249/1977)

Capital Social

Reservas de Capital

Reservas de Lucros

Ações em Tesouraria

Prejuízos Acumulados

Instrumentos Patrimoniais
Outorgados Transferidos
Definitivamente

A conta capital social, prevista no inciso I do caput, inclui todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei 6.404, de 1976, ainda que classificadas em contas de passivo na escrituração comercial da pessoa jurídica

Os instrumentos patrimoniais referentes às aquisições de serviços com pagamento baseado em ações, somente serão considerados depois da transferência definitiva da sua propriedade.

Art. 75, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BASE DE CÁLCULO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Pessoas Jurídicas Não Optantes pela Adoção Antecipada da Lei 12.973, de 2014

As pessoas jurídicas não optantes pela adoção antecipada da Lei 12.973, de 2014 (art.75), para fins do cálculo dos limites previstos no art. 9º da Lei 9.249/1995, **poderão** considerar (§ 2º do artigo 14 da IN RFB 1.397/2013, com redação alterada pela IN RFB 1.492, de 17.09.2014):

- I - as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404, de 1976; e
- II - os lucros, computados antes da dedução dos juros, ou lucros acumulados e reservas de lucros, calculados de acordo com as disposições da Lei 6.404, de 1976

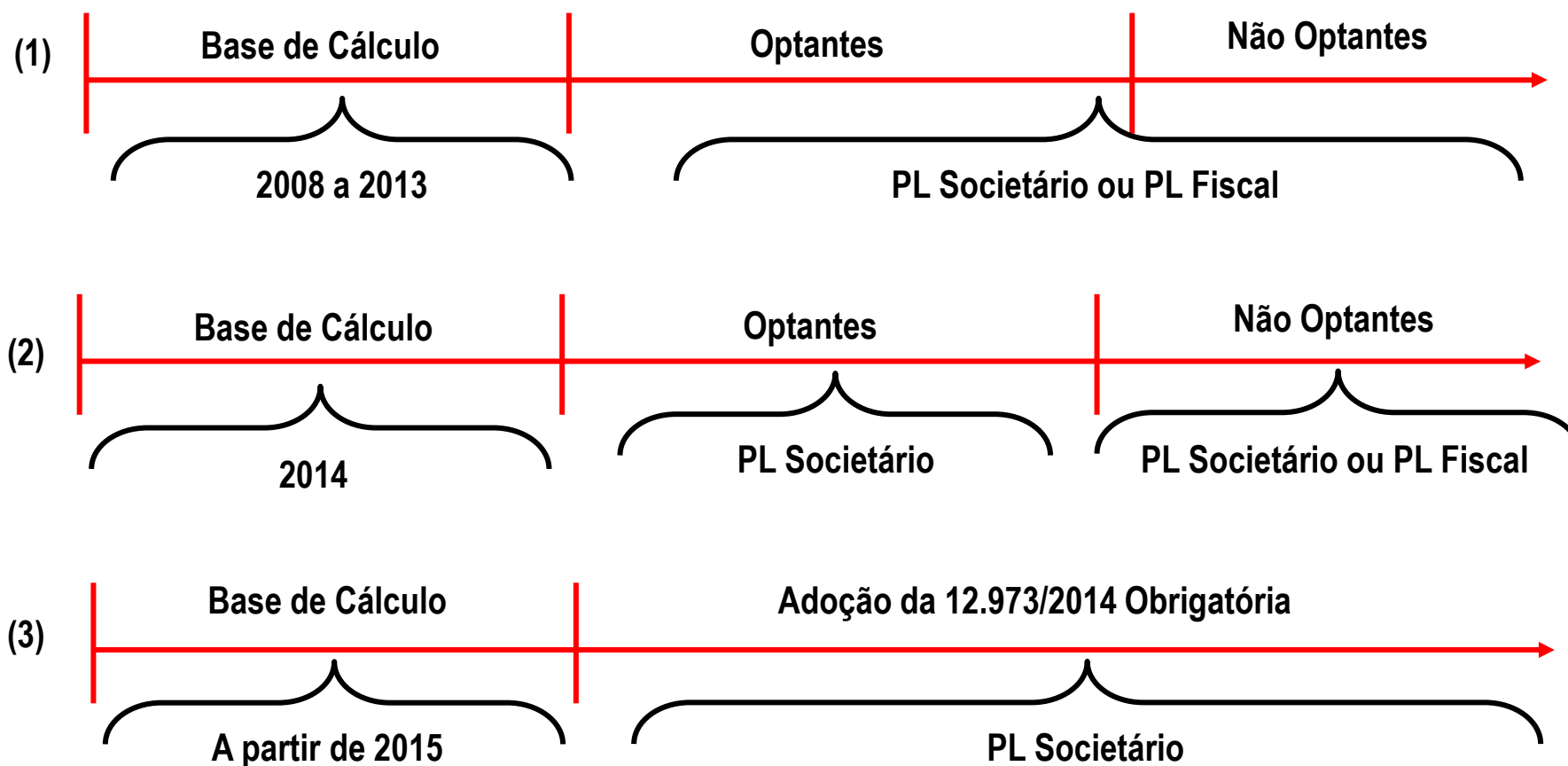
No patrimônio líquido acima mencionado não serão considerados os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial (AAP) a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei 6.404/1976 (§ 3º, artigo 14 da IN RFB 1.397/2013, com redação alterada pela IN RFB 1.492, de 17.09.2014):

Pessoas Jurídicas Optantes pela Adoção Antecipada da Lei 12.973, de 2014

As pessoas jurídicas optantes pela adoção antecipada da Lei 12.973, de 2014 (art.75), no ano-calendário de 2014, devem **obrigatoriamente** calcular os limites previstos no art. 9º da Lei 9.249, de 1995, considerando as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404, de 1976; bem como os lucros, computados antes da dedução dos juros, ou lucros acumulados e reservas de lucros, calculados de acordo com as disposições da Lei 6.404, de 1976 (§ 4º, artigo 14 da IN RFB 1.397/2013, com redação alterada pela IN RFB 1.492, de 17.09.2014):

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

RESUMO – BASE DE CÁLCULO



- No PL não serão considerados os valores relativos a conta AAP;
- A partir de 2015, observar as disposições contidas na Lei 12.973/2014.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

LIMITES A SEREM OBSERVADOS

RELATIVO AOS LUCROS

Para efeito de dedução na determinação do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, o efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionada a existência de Lucros computados antes da dedução dos juros, ou Lucros Acumulados e de Reserva de Lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, ou seja:

Limita-se a:

- a) 50% o Lucro Líquido do exercício antes da dedução desses juros; ou
- b) 50% do somatório dos Lucros Acumulados e Reserva de Lucros.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

LIMITES A SEREM OBSERVADOS

RELATIVO A TJLP

- ✓ O valor dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido da Pessoa Jurídica, são dedutíveis na determinação do Lucro Real e da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro, porém limitados a variação Pro-Rata dia, da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para efeito do limite de 50% sobre o lucro do exercício, considerando que é o lucro após a CSLL, utilizar a seguinte fórmula:

Fórmula para o Cálculo:

$$LJR = \frac{0,5 (LL - PCS)}{1 - (0,5 \times \frac{A}{100})}$$

ONDE:

LJR = Limite dos Juros Remuneratórios

LL = Lucro Líquido Antes da Contribuição Social

PCS = Provisão p/Contribuição Social

A = Alíquota da Contribuição Social

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

EXEMPLO (Quando for considerado para efeito de limite, o Lucro do Exercício)

LL = 100.000,00

PCA = 9.000,00

A = 9%

LJR = 47.643,98

$$\text{LJR} = \frac{0,5 (100.000,00 - 9.000,00)}{1 - (0,5 \times \frac{9}{100})}$$

Lucro Líquido antes C.Social

100.000,00

Juros remuneratórios

(47.643,98)

Base de Cálculo

52.356,02

Contribuição Social 9%

4.712,04

PROVA

Contribuição Social

4.712,04

Lucro antes C.Social

100.000,00

Lucro após C.S.antes juros

95.287,96

Limite 50% de 95.287,96

47.643,98

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

TAXAS FIXADAS PARA OS TRIMESTRES

Taxas fixadas para os trimestres de 2019

Período	Taxa	Embasamento
01.01.2019 a 31.03.2019	7,03%	Com. 32.969/Bacen/31.12.18
01.04.2019 a 30.06.2019	6,26%	Com. 33.331/Bacen/29.03.19
01.07.2019 a 30.09.2019	5,95%	Com. 33.789/Bacen/28.06.19
01.10.2019 a 31.12.2019	5,57%	Com. 34.329/Bacen/30.09.19

2020		
01.01.2020 a 31.03.2020	5,09%	Com. 34.985/Bacen/31.12.19

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

TAXAS FIXADAS PARA OS TRIMESTRES DE 2019

a) Cálculo Pró-Rata dia:

$$01/01/2019 \text{ a } 31/03/2019 \quad (1+0,0703)^{1/12} = 1,00567764$$

$$01/04/2019 \text{ a } 30/06/2019 \quad (1+0,0626)^{1/12} = 1,00507272$$

$$01/07/2019 \text{ a } 30/09/2019 \quad (1+0,0595)^{1/12} = 1,00482804$$

$$01/10/2019 \text{ a } 31/12/2019 \quad (1+0,0557)^{1/12} = 1,00452722$$

Resultado	=	1,00567764 x 1,00567764 x 1,00567764 x 1,00507272 x 1,00507272 x 1,00507272 x 1,00482804 x 1,00482804 x 1,00482804 x 1,00452722 x 1,00452722 x 1,00452722 = 1,06201146

$$\text{Taxa TJLP} = (1,06201146 - 1) \times 100 = 6,20\%$$

Taxa TJLP para o ano-calendário de 2019 = 6,20%

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

CÁLCULO LINEAR ALTERNATIVO TRIMESTRES DE 2019

Jan/Fev/Mar	=	$7,03 : 12 \times 3 =$	1,76%
Abr/Mai/Jun	=	$6,26 : 12 \times 3 =$	1,56%
Jul/Ago/Set	=	$5,95 : 12 \times 3 =$	1,49%
Out/Nov/Dez	=	$5,57 : 12 \times 3 =$	<u>1,39%</u>
Total			6,20%

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

CÁLCULO LINEAR ALTERNATIVO PROPORCIONAL 2019

- ✓ Empresa do Lucro Real, que iniciou as atividades em 10 de junho de 2019:

Jun	$6,26 : 12 : 30 \times 20 =$	0,348%
Jul/Ago/Set	$5,95 : 12 \times 3 =$	1,490%
Out/Nov/Dez	$5,57 : 12 \times 3 =$	<u>1,390%</u>
Total.....		3,228%

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

EXEMPLO DE CÁLCULO 2019

(+) Capital	R\$	20.800.300,00	
(+) Reservas de capital	R\$	2.802.600,00	
(+) Reservas de lucros	R\$	3.800.400,00	
(=) Patrimônio líquido	R\$	<u>27.403.300,00</u>	= Base de cálculo

$$\text{JUROS} = 27.403.300,00 \times 6,20\% = 1.699.004,60$$

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

LIMITAÇÃO

- a) Os lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores totalizam R\$ 3.800.400,00;
- b) A empresa poderá contabilizar como despesa dedutível em 31/12/2019 o total dos juros calculados pela TJLP, R\$ 1.699.004,60;
- c) Visto que não excedeu o limite de 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros ($3.800.400,00 : 2 = 1.900.200,00$).

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

- ✓ Ficarão sujeitos à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário (código DARF 5706).

BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA TRIBUTADA PELO LUCRO REAL

- ✓ O IR Fonte será considerado antecipação do devido na declaração de rendimentos; ou
- ✓ Poderá ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração de capital próprio, a seu titular, sócios ou acionistas .

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA TRIBUTADA PELO PRESUMIDO OU ARBITRADO

- ✓ O Imposto Retido na Fonte será considerado antecipação do imposto devido no período de apuração.

BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA, PESSOA JURÍDICA NÃO TRIBUTADA PELO REAL, PRESUMIDO OU ARBITRADO, INCLUSIVE ISENTAS DO IRPJ

- ✓ O Imposto de Renda Retido na Fonte será considerado como de tributação definitiva.



JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS

- ✓ O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei 6.404, de 1976, sem prejuízo do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

INCORPORAÇÃO DOS JUROS CREDITADOS AO CAPITAL

A IN SRF 41, de 22.04.98, dispõe da seguinte forma sobre a utilização dos juros creditados para integralização em aumento de capital:

- ✓ Para efeito do disposto no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95, considera-se creditado individualmente, o valor dos Juros sobre o Capital Próprio, quando a despesa for registrada, na escrituração contábil da Pessoa Jurídica, em contra partida a conta ou subconta de seu passivo exigível, representativa de direito de crédito do sócio ou acionista da sociedade ou do titular da empresa individual;
- ✓ A utilização do valor creditado, líquido do imposto incidente na fonte para integralização de aumento de capital na empresa, não prejudica o direito à dedutibilidade da despesa, tanto para efeito do Lucro Real quanto da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- ✓ A Instrução Normativa RFB 1.700, de 14.03.2017, artigo 75, § 5º, confirma esse entendimento.

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS



PREJUÍZOS FISCAIS

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS

- ✓ Artigos 579 a 586 do Decreto 9.580, de 2018 (Novo RIR).

Disposições Gerais:

- ✓ Para fins de determinação do lucro real, o lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais em até, no máximo, 30% (trinta por cento).
- ✓ A compensação poderá ser total ou parcial, em um ou mais períodos de apuração, à opção do contribuinte ;

Mudança de Controle Societário e de Ramo de Atividade:

- ✓ A pessoa jurídica não poderá compensar seus próprios prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL, se entre a data da apuração e da compensação houver ocorrido, cumulativamente, modificação de seu controle societário e do ramo de atividade.
- ✓ Aplica-se essas regras à CSLL.

Arts. 579, 580 e 584 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 203, 204, 207 e 209, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PREJUÍZOS FISCAIS

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS

Operações de Incorporação, Fusão e Cisão

- ✓ A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL da sucedida.
- ✓ No caso de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá compensar os seus próprios prejuízos e bases de cálculo negativas da CSLL, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido.
- ✓ A PJ cindida deverá baixar, os saldos, na parte “B” do e-Lalur e do e-Lacs, proporcionalmente ao patrimônio líquido transferido na cisão.

Sociedade em Conta de Participação - SCP

- ✓ O prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurado por SCP somente poderão ser compensados com o lucro real e base positiva da CSLL decorrente da mesma SCP.
- ✓ É vedada a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL e resultados positivos entre duas ou mais SCP ou entre estas e o sócio ostensivo.

Arts. 585 e 586 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 210 e 211, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PREJUÍZOS FISCAIS

Atividade Rural

- ✓ O prejuízo apurado pela pessoa jurídica na exploração da atividade rural poderá ser compensado com o resultado positivo obtido na mesma atividade em períodos de apuração posteriores, sem considerar o limite para compensação, de 30% do referido resultado positivo, ou seja do lucro líquido ajustado (Art. 583, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 213 e 263 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).
- ✓ O prejuízo fiscal da atividade rural determinado no período de apuração poderá ser compensado com lucro real das demais atividades, apurado no mesmo período, sem limite (mesmo tratamento aplicável para CSLL).

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

- ✓ A partir de 1º de janeiro de 1996, os prejuízos não operacionais apurados pelas pessoas jurídicas, somente poderão ser compensados, nos períodos de apuração subsequentes ao de sua operação com lucros da mesma natureza, **observado o limite máximo de 30%** do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do imposto de renda.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PREJUÍZOS FISCAIS

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

CONCEITO

- ✓ Consideram-se não operacionais os resultados decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo não circulante imobilizado, investimento e intangível, ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda.
- ✓ O resultado não operacional será igual à diferença, positiva ou negativa entre valor pelo qual o bem ou direito houver sido alienado e o seu valor contábil, assim entendido o que estiver registrado na escrituração do contribuinte, diminuído, se for o caso, da depreciação, amortização ou exaustão acumulada e das perdas estimadas no valor de ativos.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PREJUÍZOS FISCAIS

RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS NEGATIVOS E LUCRO REAL NEGATIVO

- ✓ Somente será exigida a separação em prejuízos não operacionais e em prejuízos das demais atividades, se no período forem verificados, cumulativamente, resultados não operacionais negativos e Lucro Real negativo (Prejuízo Fiscal).

Neste caso, a pessoa jurídica deverá comparar o prejuízo não operacional com o prejuízo fiscal apurado na demonstração do Lucro Real, observado o seguinte:

- a) se o prejuízo fiscal for maior, todo o resultado não operacional negativo será considerado prejuízo fiscal não operacional e a parcela excedente será considerada prejuízo fiscal das demais atividades; e
- b) se todo o resultado não operacional negativo for maior ou igual ao prejuízo fiscal, todo o prejuízo fiscal será considerado não operacional.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PREJUÍZOS FISCAIS

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

- ✓ Os prejuízos não operacionais e os decorrentes das demais atividades da pessoa jurídica deverão ser controlados de forma individualizada por espécie, na parte B do e-Lalur, para compensação com lucros de mesma natureza apurados nos períodos subsequentes.
- ✓ O valor do prejuízo fiscal não operacional a ser compensado em cada período de apuração subsequente não poderá exceder o total dos resultados não operacionais positivos apurados no período de compensação.
- ✓ No período de apuração em que for apurado resultado não operacional positivo, todo o seu valor poderá ser utilizado para compensar os prejuízos fiscais não operacionais de períodos anteriores, ainda que a parcela do lucro real admitida para compensação não seja suficiente ou que tenha sido apurado prejuízo fiscal.
- ✓ Na hipótese prevista acima, a parcela dos prejuízos fiscais não operacionais compensados com os lucros não operacionais que não puder ser compensada com o lucro real, seja em virtude do limite 30%, ou de ter ocorrido prejuízo fiscal no período, passará a ser considerada prejuízo das demais atividades, devendo ser promovidos os devidos ajustes na parte B do e-Lalur.

PREJUÍZOS FISCAIS

Exemplo:

Para demonstrar a separação entre o prejuízo fiscal não operacional e prejuízo fiscal operacional apurado na demonstração do Lucro Real, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO

SITUAÇÕES	LUCRO REAL	PREJUÍZO NÃO OPERACIONAL	PREJUÍZO FISCAL NÃO OPERACIONAL	PREJUÍZO FISCAL OPERACIONAL
A	2.500,00	(2.000,00)	-	-
B	(500,00)	(420,00)	(420,00)	(80,00)
C	(800,00)	(1.000,00)	(800,00)	-

- ✓ Na situação “A”, a pessoa jurídica apresenta Lucro Real de R\$ 2.500,00 e prejuízo não operacional de R\$ 2.000,00. Pelo fato do Lucro Real ter sido positivo, não há que se falar em prejuízo fiscal não operacional.
- ✓ Já na situação B, o prejuízo fiscal apurado na demonstração do Lucro Real (R\$ 500,00) sendo maior que o prejuízo não operacional (R\$ 420,00), implica que todo o prejuízo não operacional (R\$ 420,00) será considerado prejuízo fiscal não operacional, e que a parcela excedente (R\$ 80,00) será considerada prejuízo fiscal das demais atividades.
- ✓ Finalmente na situação C, o resultado não operacional negativo (prejuízo não operacional R\$ 1.000,00) é maior que o prejuízo fiscal apurado na demonstração do Lucro Real (R\$ 800,00), logo todo prejuízo fiscal será considerado prejuízo fiscal não operacional.

Nota: Os prejuízos não operacionais e os decorrentes das atividades operacionais da pessoa jurídica deverão ser controlados em folhas específicas, individualizadas por espécie, na parte B do e-Lalur, para compensação com lucros de mesma natureza apurados nos períodos subsequentes.

PREJUÍZOS FISCAIS

Pessoa Jurídica do Presumido que Retorna ao Lucro Real

Na hipótese da pessoa jurídica optante pela tributação com base no lucro presumido retornar à tributação com base no lucro real, os saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL, remanescentes da tributação com base no lucro real não utilizados, poderão vir a ser compensados, observadas as normas pertinentes à compensação.

Art. 212, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES



CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES

Na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, poderão ser deduzidas as seguintes doações:

- ✓ I - as doações efetuadas a projetos culturais aprovados nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991;
- ✓ II - as doações efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal, **até o limite de 1,5%** do lucro operacional;

Na hipótese do inciso II acima, somente podem ser deduzidas as doações a entidade que, cumulativamente: (a) comprove finalidade não lucrativa; (b) aplique seus excedentes financeiros em educação; e (c) assegure a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de atividades.

Arts. 377 a 379, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 139 a 141 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

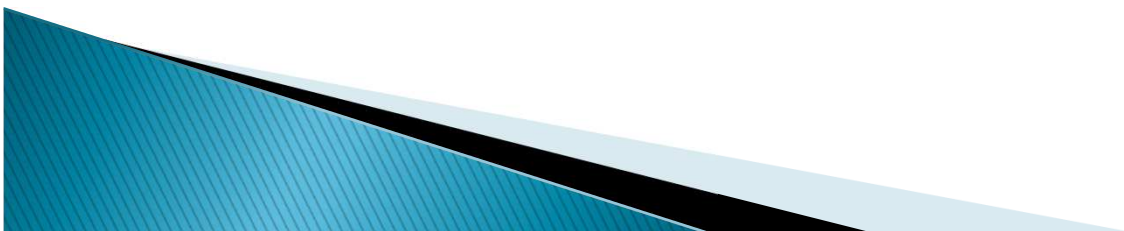
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES

Na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, poderão ser deduzidas as seguintes doações:

- ✓ III - as doações, **até o limite de 2%** do lucro operacional da PJ, a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestam serviços gratuitos em benefício de empregados da PJ doadora e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuam. (Destaca-se, que a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União);
- ✓ Considerar o Lucro operacional, antes de computada a doação;
- ✓ Cabe ressaltar, que no inciso III acima, enquadram-se também, as OsciP qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei 9.790, de 1999. Nesta hipótese, a dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OsciP renovada anualmente pelo órgão competente da União, mediante ato formal.

Arts. 377 a 379, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 139 a 141 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS



PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, para determinação do lucro real e do resultado ajustado, observado o seguinte:

I - em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;

II - sem garantia, de valor:

- até R\$ 15.000,00 por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- acima de R\$ 15.000,00 até R\$ 100.000,00 por operação, vencidos há mais de um ano, mantida a cobrança administrativa; e
- superior a R\$ 100.000,00 por operação, vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

Arts. 347 a 351, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 71 e 72 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, para determinação do lucro real e do resultado ajustado, observado o seguinte:

III - com garantia, vencidos há mais de 2 (dois) anos, de valor:

- até R\$ 50.000,00 por operação, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
- superior a R\$ 50.000,00 por operação, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e

IV - contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar.

LUCRO REAL

Decreto 9.580, RIR/2018), a partir do artigo 257, Título VIII

LUCRO REAL

CONCEITO

- ✓ Regime de apuração, no qual a base de cálculo do imposto sobre a renda e da CSLL é apurada segundo registros contábeis e fiscais, sistematicamente com observância das Leis comerciais e fiscais. Neste contexto, o artigo 258 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) define que Lucro Real, é o lucro líquido do período de apuração, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento.
- ✓ Cabe destacar ainda, que a apuração do lucro real é formalizada na parte “A” dos Livros Eletrônicos de Apuração do Lucro Real e da CSLL (e-Lalur e e-Lacs, Bloco M da ECF), mediante adições e exclusões ao Lucro Líquido do período-base e compensações de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, autorizadas pela legislação do imposto de renda, e da CSLL.

LUCRO REAL

RESULTADO AJUSTADO

- ✓ Resultado ajustado é o lucro líquido do período de apuração antes da provisão para a CSLL, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação da CSLL (§ 1º, artigo 61, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).
- ✓ Destaca-se, que a determinação do lucro real e do resultado ajustado será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (§ 2º, artigo 61, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

LUCRO REAL

AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO – Adições

Na determinação do lucro real e do resultado ajustado serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração:

- ✓ I - os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação do IRPJ ou da CSLL, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real ou do resultado ajustado; e
- ✓ II - os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, devam ser computados na determinação do lucro real ou do resultado ajustado;
- ✓ O Anexo I da IN RFB 1.700, de 2017, substituído pelo Anexo I, da IN RFB 1.881, de 03.04.2019, apresenta uma lista não exaustiva das adições ao lucro líquido do período de apuração.

Art. 260, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 62 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO – Exclusões

Na determinação do lucro real e do resultado ajustado poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração:

- ✓ I - os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação do IRPJ ou da CSLL e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração; e
- ✓ II - os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, não sejam computados no lucro real ou no resultado ajustado;
- ✓ O Anexo II da IN RFB 1.700, de 2017, substituído pelo Anexo II, da IN RFB 1.881, de 03.04.2019, apresenta uma lista não exaustiva das exclusões do lucro líquido do período de apuração.

Art. 261, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 63 e 64 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO – Compensações

IRPJ

- ✓ O lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões prescritas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores em até, no máximo, 30%.

CSLL

- ✓ O lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões prescritas ou autorizadas pela legislação da CSLL, poderá ser reduzido pela compensação de bases de cálculo negativas da CSLL de períodos de apuração anteriores em até, no máximo, 30%..

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no Lucro Real, em cada ano-calendário, as Pessoas Jurídicas:

- a) cuja receita total, acrescida dos demais resultados e dos ganhos de capital, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses (Esse limite passou a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, por força do artigo 7º da Lei 12.814, de 2013);
- b) cujas atividades sejam de instituições financeiras e assemelhadas, tais como bancos comerciais, bancos de investimento e de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no Lucro Real, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

- c) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- d) que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- e) que no decorrer do ano-calendário tenham efetuado pagamento do IRPJ e CSLL mensal pelo regime de estimativa;
- f) que autorizada pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais de isenção ou redução do imposto de renda;

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no Lucro Real, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

- g) que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio;
- h) que tenham sido constituídas como sociedades de propósito específico, formadas por microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto no art. 56 da Lei Complementar 123, de 2006 (§ 2º, inciso IV); e
- i) que emitam ações nos termos estabelecidos no art. 16, § 2º da Lei 13.043, de 2014.

Art. 257, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 59 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Notas:

- 1) A pessoa jurídica que, em relação ao mesmo ano-calendário, incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração pelo Lucro Real, conforme alínea “d” deverá apurar o IRPJ e a CSLL sob o regime de apuração pelo Lucro Real Trimestral a partir, inclusive, do trimestre da ocorrência do fato. (Ato Declaratório Interpretativo SRF 5, de 31.10.2001);
- 2) Não se aplica a regra da alínea “d” à pessoa jurídica que auferir receita da exportação de mercadorias e da prestação direta de serviços no exterior;
- 3) Também, não é considerada a prestação direta de serviços àquela realizada no exterior por intermédio de filiais, sucursais, agências, representações, coligadas, controladas e outras unidades descentralizadas da pessoa jurídica que lhes sejam assemelhadas; e
- 4) As pessoas jurídicas e as sociedades em conta de participação que se encontram nas situações descritas nas alíneas “a”, “d”, “e”, e “f” acima, poderão optar, durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido (Lei 9.964, de 10 de abril de 2000).

LUCRO REAL

Apuração Trimestral ou Anual

- ✓ Apuração do lucro real trimestral; ou
- ✓ Apuração do lucro real anual.



LUCRO REAL

APURAÇÃO DO LUCRO REAL TRIMESTRAL

- ✓ A partir de janeiro de 1997, a regra obrigatória é a apuração do IR e da CSLL por períodos trimestrais, exceto nos casos de incorporação, fusão, cisão ou extinção da pessoa jurídica que a apuração das bases de cálculo será efetuada na data do evento;
- ✓ Lucro Real Trimestral, será apurado com observância da legislação comercial e fiscal, e cada período de apuração trimestral será considerado **definitivo**.



LUCRO REAL

PRAZOS DE RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS

Lucro Real Trimestral

- ✓ O IRPJ e a CSLL apurados ao final de cada trimestre serão pagos em quota única até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração;
- ✓ À opção da pessoa jurídica, o IRPJ e a CSLL poderão ser pagos em até 3 (três) quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos 3 (três) meses subsequentes ao do encerramento do período de apuração;
- ✓ Nenhuma quota poderá ser inferior a R\$ 1.000,00; e
- ✓ O IRPJ ou CSLL inferior a R\$ 2.000,00 deverá ser pago em quota única.

LUCRO REAL

LUCRO REAL TRIMESTRAL

O imposto apurado em cada trimestre de 2020 com pagamento em quota única, apresenta os seguintes vencimentos:

Recolhimento em Quota única	
Período de Apuração	Vencimento
1º Trimestre	30/04/2020
2º Trimestre	31/07/2020
3º Trimestre	30/10/2020
4º Trimestre	29/01/2021

LUCRO REAL

LUCRO REAL TRIMESTRAL/ PARCELADO EM QUOTAS

O imposto de cada trimestre de 2020 pode ser parcelado em quotas, observado o seguinte:

Recolhimento parcelado		
Período de apuração	Quota	Vencimento
1º Trimestre	1	30/04/2020
	2	29/05/2020
	3	30/06/2020
2º Trimestre	1	31/07/2020
	2	31/08/2020
	3	30/09/2020
3º Trimestre	1	30/10/2020
	2	30/11/2020
	3	30/12/2020
4º Trimestre	1	29/01/2021
	2	26/02/2021
	3	31/03/2021

LUCRO REAL

PREENCHIMENTO DO DARF – REAL TRIMESTRAL

Empresas com Balanços Trimestrais

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real que apuram o imposto por períodos trimestrais, deverão preencher o DARF **relativo ao imposto de cada trimestre**, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas Obrigadas ao Lucro Real <ul style="list-style-type: none">▪ Instituições Financeiras Balanços Trimestrais	1599
Demais Empresas <ul style="list-style-type: none">▪ Balanço Trimestral	0220
Empresas Não Obrigadas ao Lucro Real <ul style="list-style-type: none">▪ Balanço Trimestral	3373

LUCRO REAL

APURAÇÃO DO LUCRO REAL ANUAL

- ✓ As Pessoas Jurídicas que optarem pelo pagamento do IRPJ e da CSLL por estimativa, deverão apurar Lucro Real e o Resultado Ajustado em 31 de dezembro de cada ano-calendário, exceto nas hipóteses de incorporação, fusão, cisão ou extinção, que a apuração deverá ser realizada na data desses eventos.
- ✓ A periodicidade de apuração e pagamento adotada pela pessoa jurídica para o IRPJ determina a periodicidade de apuração e pagamento da CSLL.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (CONCEITO)

- ✓ Consiste em determinar o IRPJ e a CSLL devidos mensalmente com base na receita bruta e acréscimos, ou mediante o levantamento de balanços ou balancetes intermediários de suspensão ou redução na forma da legislação comercial e fiscal vigente.



LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL (REGIME DE PAGAMENTO POR ESTIMATIVA)

- ✓ O IRPJ e CSLL, pagos mensalmente, são **considerados como antecipação** dos valores devidos em dezembro de cada ano-calendário.

MANIFESTAÇÃO DE OPÇÃO PELA APURAÇÃO ANUAL

A opção pelo pagamento mensal por estimativa será manifestada:

- ✓ com o pagamento do IRPJ sobre a receita bruta e acréscimos, correspondente ao mês de janeiro do ano-calendário, ainda que intempestivo, ou
- ✓ mediante o levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução.

LUCRO REAL

ENQUADRAMENTO NO BALANÇO ANUAL

Poderão enquadrar-se às Pessoas Jurídicas que:

- ✓ Pagarem o IRPJ e CSLL, em cada mês, com base na receita bruta e acréscimos; ou
- ✓ Pagarem o IRPJ e CSLL mediante o levantamento de balanços ou balancetes mensais de redução ou suspensão do imposto.

LUCRO REAL

VANTAGENS DO REGIME DE ESTIMATIVA

- ✓ Regra geral, é a melhor forma de pagamento do IRPJ e CSLL (Calculando com base na receita bruta, ou mediante levantamento de balanços ou balancetes intermediários de redução ou suspensão);
- ✓ Os prejuízos fiscais e/ou base de cálculo negativa da CSLL, relativos a determinado período de apuração, estarão absorvidos por resultados positivos de períodos de apuração subsequentes;
- ✓ O Imposto de Renda, adicional e CSLL são considerados **antecipações**.

LUCRO REAL

LUCRO REAL ANUAL (PAGAMENTO ESTIMADO)

Os prazos para pagamento do imposto com base na receita bruta e acréscimos, ou com suporte nos balanços ou balancetes para 2020, são os seguintes:

Período de apuração	Vencimento
Janeiro	28/02/2020
Fevereiro	29/03/2020
Março	30/04/2020
Abril	29/05/2020
Maio	30/06/2020
Junho	31/07/2020
Julho	31/08/2020
Agosto	30/09/2020
Setembro	30/10/2020
Outubro	30/11/2020
Novembro	30/12/2020
Dezembro	29/01/2021

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

A base de cálculo estimada do IRPJ, em cada mês, será determinada mediante a aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta definida pelo art. 12 do Decreto 1.598/77, auferida na atividade, deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos:



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo (IRPJ)

I - Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,6%
II - Receita auferida: a) na prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, <u>desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).</u> b) na prestação de serviços de transporte de carga; c) nas atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda; e d) na atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra; e e) na revenda de mercadorias, venda de produtos, e outras atividades que se enquadrem neste item.	8,0%

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS) Base de Cálculo (IRPJ)

III - Receita auferida: a) na prestação dos demais serviços de transporte; e b) nas atividades desenvolvidas por Instituições Financeiras e equiparadas (alínea “b”, inciso III, § 1º do Artigo 33, IN RFB 1.700, de 2017);	16%
IV - Receita auferida: a) na prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada; b) na intermediação de negócios; c) na administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; d) na construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais; e) na construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais; f) pelas factorings; g) Na coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte.	32%

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo (IRPJ)

IV - Receita auferida:	
h) na exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, em atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos;	32%
i) na prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e	
j) na prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada acima.	

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

Para fins de aplicação do percentual de 8% sobre a receita bruta auferida na atividade de que trata a alínea “a” do Inciso II acima:

- a) na prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da (ANVISA) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (alínea “a”, inciso II, § 1º do artigo 33, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Entende-se como atendimento às normas da ANVISA, entre outras, a prestação de serviços em ambientes desenvolvidos de acordo com o item 3 - Dimensionamento, Quantificação e Instalações Prediais dos Ambientes da Parte II - Programação Físico-Funcional dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde da Resolução RDC 50, de 21.02.2002, cuja comprovação deve ser feita mediante alvará da vigilância sanitária estadual ou municipal. (§ 3º do artigo 33, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

- ✓ O percentual de 8% sobre a receita bruta auferida na atividade de que trata a alínea “a” do Inciso II acima descrita **não se aplica**, inclusive (§ 4º do artigo 33, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).
 - a) à pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade simples;
 - b) aos serviços prestados com utilização de ambiente de terceiro; e
 - c) à pessoa jurídica prestadora de serviço médico ambulatorial com recursos para realização de exames complementares e serviços médicos prestados em residência, sejam eles coletivos ou particulares (home care).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

AVP – Ajuste a Valor Presente

- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, **incluem-se na receita bruta;**
- ✓ Os valores decorrentes do referido ajuste a valor presente, apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento da receita bruta, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo estimada.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

Prestação de Serviços de Limpeza e Locação de Mão de Obra

- ✓ A receita bruta auferida pela pessoa jurídica decorrente da prestação de serviços em geral, como limpeza e locação de mão de obra, ainda que sejam fornecidos os materiais, está sujeita à aplicação do percentual de 32% (§ 3º, artigo 34, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

Pessoas Jurídicas Exclusivamente Prestadoras de Serviços em Geral

- ✓ As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, mencionados nas alíneas “b”, “c”, “d”, “f” “g” e “j” do inciso IV, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00, poderão utilizar, na determinação da parcela da base de cálculo do IRPJ estimada, o percentual de 16%.
- ✓ A pessoa jurídica que houver utilizado o percentual de 16% para o pagamento mensal do imposto, cuja receita bruta acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite de R\$ 120.000,00, ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto postergado, apurada em relação a cada mês transcorrido, cabendo destacar, que, a diferença deverá ser paga até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrer o excesso. Quando paga até o prazo previsto, a diferença apurada será recolhida sem acréscimos.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

Pessoas Jurídicas Exclusivamente Prestadoras de Serviços em Geral

Inaplicabilidade da redução do percentual de 32% para 16%:

- ✓ Cursos de informática (Solução de consulta 17 SRRF – 2ª RF/2002);
- ✓ Assessoria de comunicação, produção e realização de eventos (Solução de consulta 292 SRRF – 2ª RF/2001);
- ✓ Desenvolvimento de software de engenharia, arquitetura e agronomia (Solução de consulta 234 SRRF – 8ª RF/2001).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

Pessoas Jurídicas Exclusivamente Prestadoras de Serviços em Geral

Possibilidade de redução do percentual de 32% para 16%:

- ✓ Cursos livres de idiomas (Solução de divergência 14 COSIT/2003);
- ✓ Corretoras de seguros (Soluções de consultas 193 SRRF, 9ª RF/2004 e 72 SRRF, 7ª RF/2006);
- ✓ Desenvolvimento de softwares, exceto os citados no tópico anterior.
- ✓ Serviços de terraplanagem (Solução de consultas 4 SRRF, 2ª RF/2003 e 438 SRRF, 8ª RF/2008).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Situações Especiais de Base de Cálculo

Atividades Imobiliárias

- ✓ Nas atividades imobiliárias, deverá ser considerado como receita bruta o montante efetivamente recebido, relativo às unidades imobiliárias vendidas.

Instituições Financeiras e Equiparadas

- ✓ Nas atividades desenvolvidas por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta, o percentual para recolhimento do imposto estimado será de 16% sobre a receita bruta auferida, ajustada pelas deduções e adições previstas no artigo 36 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Situações Especiais de Base de Cálculo

Contratos de Longo Prazo

- ✓ Nos casos de contratos com prazo de execução superior a um ano, de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços a serem produzidos, será computada na receita bruta parte do preço total da empreitada, ou dos bens ou serviços a serem fornecidos, determinada mediante a aplicação, sobre esse preço total, da percentagem do contrato ou da produção executada em cada mês, nos termos da Instrução Normativa SRF 21, de 13.03. 1979.

Contratos de Curto Prazo

- ✓ No caso de construções ou fornecimentos contratados com base em preço unitário de quantidades de bens ou serviços produzidos em prazo inferior a um ano, a receita deverá ser incluída na base de cálculo mensal, no mês em que for completada cada unidade.

Fornecimento de Bens ou Serviços a Pessoa Jurídica de Direito Público

- ✓ A receita decorrente de fornecimento de bens e serviços para pessoa jurídica de direito público ou empresas sob seu controle, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias, nos casos de empreitada ou fornecimento contratado nas condições previstas nos arts. 478 e 479 do Decreto 9.580, RIR/2018, será reconhecida no mês do recebimento.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Situações Especiais de Base de Cálculo

Contrato de Concessão de Serviços Públicos

- ✓ No caso de contrato de concessão de serviços públicos, a receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura cuja contrapartida for ativo intangível representativo de direito de exploração não integrará as bases de cálculo mensal, exceto na hipótese de levantamento de balanços ou balancetes de suspensão ou redução;
- ✓ No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida na fase de construção cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento. Considera-se efetivamente recebida a parcela do total da receita bruta da fase de construção calculada pela proporção definida no § 3º do art. 168, IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Acréscimos à Base de Cálculo

Receitas Financeiras de Variações Monetárias

- ✓ As receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação das bases de cálculo estimadas, quando da liquidação da correspondente operação. No que couber, observadas, as disposições contidas nos artigos 151 a 160 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.
- ✓ À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias acima poderão ser consideradas segundo o regime de competência, o qual será aplicado a todo o ano-calendário.

Aplicação Financeira de Renda Fixa e Ganhos em Renda Variável - CSLL

- ✓ Os rendimentos e ganhos líquidos produzidos por aplicação financeira de renda fixa e de renda variável serão acrescidos à base de cálculo estimada da CSLL.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Acréscimos à Base de Cálculo

Serão acrescidos às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na receita bruta, inclusive:

I - os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;

II - os ganhos auferidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão organizado;

III - a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica, deduzida dos encargos necessários à sua percepção;

IV - os juros equivalentes à taxa Selic para títulos federais relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Acréscimos à Base de Cálculo

Serão acrescidos às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na receita bruta, inclusive:

V - os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física;

VI - as receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;

VII - os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens e direitos; e

VIII - a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos entregues para a formação do referido patrimônio.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Acréscimos a Base de Cálculo

AVP – Ajuste a Valor Presente

Ganhos de capital e demais receitas não compreendidas na atividade

- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, **incluem-se nas receitas** decorrentes de ganho de capital e demais receitas não compreendidas na atividade (itens I a VIII acima);
- ✓ Os valores decorrentes do referido ajuste a valor presente, apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento das receitas acima mencionadas, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo estimada.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Acréscimos a Base de Cálculo

Ganho de Capital

- ✓ O ganho de capital, nas alienações de bens do ativo não-circulante imobilizados, investimentos e intangíveis, ainda que reclassificados para o ativo circulante com intenção de venda, e de ouro não considerado ativo financeiro, corresponderá à diferença positiva verificada entre o valor da alienação e o respectivo valor contábil.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Acréscimos a Base de Cálculo – Ganho de capital

Valor Contábil

Para efeitos de apuração do ganho de capital, considera-se valor contábil:

I - Investimentos do ativo não circulante:

- a) participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição, o valor de aquisição;
- b) participações societárias avaliadas pelo valor de patrimônio líquido, a soma algébrica dos seguintes valores:

- 1. valor de patrimônio líquido pelo qual o investimento estiver registrado;

- 2. mais ou menos valia e do ágio por rentabilidade futura (goodwill), ainda que tenham sido realizados na escrituração societária do contribuinte;

II - Aplicações em ouro, não considerado ativo financeiro, o valor de aquisição;

III - Demais bens e direitos do ativo não-circulante imobilizado, investimentos ou intangível, o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão acumulada e das perdas estimadas no valor de ativos;

IV - Outros bens e direitos não classificados no ativo não-circulante imobilizado, investimentos ou intangível, considera-se valor contábil o custo de aquisição.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Acréscimos a Base de Cálculo - Ganho de Capital

Valor Contábil – Cômputo do AVP

Para fins de apuração do ganho de capital, poderão ser considerados no valor contábil, e na proporção deste, os respectivos valores decorrentes dos efeitos do ajuste a valor presente de que trata o inciso III do caput do art. 184 da Lei 6.404, de 1976.

Nesta hipótese, para obter a parcela a ser considerada no valor contábil do ativo, a pessoa jurídica terá que calcular inicialmente o quociente entre:

- (1) o valor contábil do ativo na data da alienação, e
- (2) o valor do mesmo ativo sem considerar eventuais realizações anteriores, inclusive mediante depreciação, amortização ou exaustão, e a perda estimada por redução ao valor recuperável.

A parcela a ser considerada no valor contábil do ativo corresponderá ao produto dos valores decorrentes do ajuste a valor presente com o quociente obtido na forma acima descrita.

Para fins da neutralidade tributária, deverá ser considerada no valor contábil eventual diferença entre o valor do ativo na contabilidade societária e o valor do ativo mensurado de acordo com os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007 observada na data da adoção inicial da Lei 12.973, de 2014.

Esses ajustes serão efetuados independentemente das determinações relativas à evidenciação por meio de subcontas.

LUCRO REAL

EXEMPLO:

1. Venda de veículo em 02.01.2020 no valor de R\$ 140.000,00, observado os seguintes dados:
2. Data de aquisição: 02.01.2018
3. Custo de aquisição.....R\$ 200.000,00
4. Ajuste a valor presente.....R\$ 40.000,00
5. Valor contábil na data da aquisição.....R\$ 160.000,00
6. Depreciação (40% - 20% a.a).....R\$ 64.000,00
7. Valor contábil na data da alienação (R\$ 160.000,00 – R\$ 64.000,00).....R\$ 96.000,00

SOLUÇÃO:

(a) Cálculo do quociente

$$\frac{\text{Valor contábil na data da alienação}}{\text{Valor contábil na data da aquisição}} = \frac{\text{R\$ 96.000,00}}{\text{R\$ 160.000,00}} = 0,6$$

(b) Parcela a ser considerada no valor contábil do ativo (veículo)

$$\diamond \text{ AVP} \times \text{Q} = \text{R\$ 40.000,00} \times 0,6 = \text{R\$ 24.000,00}$$

(c) Valor contábil do veículo acrescido do AVP = R\$ 96.000,00 + R\$ 24.000,00 = **R\$ 120.000,00**

(d) Apuração do Ganho de Capital

$$\diamond \text{ Valor da alienação} - \text{Valor contábil} = \text{R\$ 140.000,00} - \text{R\$ 120.000,00} = \text{R\$ 20.000,00}$$

$$\text{Ganho de Capital} = \text{R\$ 20.000,00}$$

(e) Valor a ser acrescido ao lucro estimado: **R\$ 20.000,00**

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Acréscimos a Base de Cálculo

Ganho de Capital na venda a longo prazo (Não Circulante)

- ✓ O ganho de capital auferido na venda de bens do ativo não circulante imobilizado, investimentos e intangíveis para recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário seguinte ao da contratação deverá integrar a base de cálculo do imposto sobre a renda mensal, podendo ser computado na proporção da parcela do preço recebida em cada mês (Art. 503, Decreto 9.580, de 2018 - RIR, e § 14, Art. 39, IN RFB 1.700, de 2017).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Valores Não Integrantes da Base de Cálculo

Não integram as bases de cálculo do IRPJ e CSLL mensal estimada com base na receita bruta:

I - as receitas provenientes de atividade incentivada, na proporção do benefício de isenção ou redução do tributo a que a pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real ou resultado ajustado fizer jus;

II - as recuperações de créditos que não representem ingressos de novas receitas;

III - a reversão de saldo de provisões, exceto as mencionadas nos incisos I a IV do art. 70, IN RFB 1.700, de 2017;

IV - os lucros e dividendos decorrentes de participações societárias não avaliadas pelo MEP, em empresas domiciliadas no Brasil;

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Valores Não Integrantes da Base de Cálculo

V - os lucros, rendimentos e ganhos de capital decorrentes de participações societárias em empresas domiciliadas no exterior;

VI - as parcelas referentes aos ajustes de preços de transferência;

VII - a contrapartida do ajuste por aumento do valor de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;

VIII - O ganho proveniente de compra vantajosa, que integrará as bases de cálculo estimadas no mês em que houver a alienação ou baixa do investimento; e



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Valores Não Integrantes da Base de Cálculo

IX - as receitas de subvenções para investimento e as receitas relativas a prêmios na emissão de debêntures, desde que os registros nas respectivas reservas de lucros sejam efetuados até 31 de dezembro do ano em curso, salvo nos casos de apuração de prejuízo; e

X - os juros sobre o capital próprio auferidos.

Rendimentos e Ganhos em Renda Fixa e Renda Variável

Os rendimentos e ganhos líquidos produzidos por aplicação financeira de renda fixa e de renda variável **não integrarão** a base de cálculo estimada do IRPJ.

Entretanto, esses rendimentos e ganhos, serão considerados na determinação da base de cálculo estimada do IRPJ quando não houverem sido submetidos à incidência na fonte ou ao recolhimento mensal previstos nas regras específicas de tributação a que estão sujeitos.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Valores Não Integrantes da Base de Cálculo

Avaliação a Valor Justo - AVJ

O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não integrará a base de cálculo estimada no período de apuração:

I - relativo à avaliação com base no valor justo, caso seja registrado diretamente em conta de receita; ou

II - em que seja reclassificado como receita, caso seja inicialmente registrado em conta de patrimônio líquido.

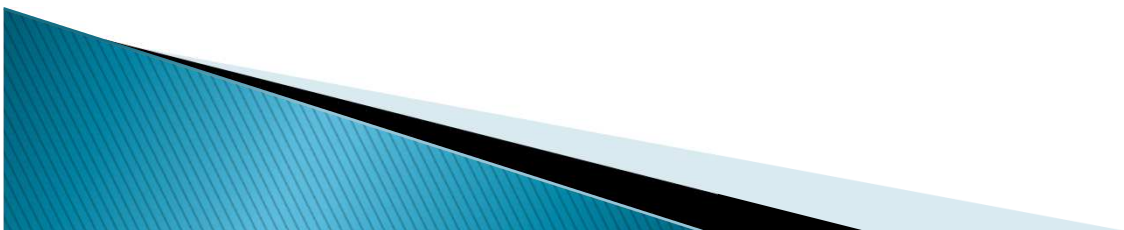
- ✓ Na apuração dos ganhos de capital, o aumento ou redução no valor do ativo registrado em contrapartida a ganho ou perda decorrente de sua avaliação com base no valor justo não será considerado como parte integrante do valor contábil;
- ✓ O disposto acima não se aplica caso o ganho relativo ao aumento no valor do ativo tenha sido anteriormente computado na base de cálculo do tributo..

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Determinação do Imposto Devido

- ✓ O imposto devido em cada mês será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo;
- ✓ É devido mensalmente o adicional do imposto sobre a renda, à alíquota de 10%, sobre a parcela da base de cálculo apurada que exceder a R\$ 20.000,00.



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Deduções do Imposto

Para efeito de pagamento, a pessoa jurídica poderá deduzir, do imposto devido no mês:

I - os valores dos benefícios fiscais de dedução do imposto, excluído o adicional, observados os limites e prazos previstos na legislação de regência, relativos:

- a) às despesas de custeio do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- b) às doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente e do idoso;
- c) às doações e patrocínios a título de apoio a ações de prevenção e o combate ao câncer no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon);
- d) às doações e patrocínios a título de apoio a ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência promovidas no Âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD);

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Deduções do Imposto

- e) às doações e patrocínios realizados a título de apoio a atividades culturais ou artísticas;
- f) aos investimentos, aos patrocínios e à aquisição de quotas de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines), realizados a título de apoio a atividades audiovisuais;
- g) às doações e patrocínios realizados a título de apoio a atividades desportivas e paradesportivas;
- h) à remuneração da empregada ou do empregado paga no período de prorrogação da licença-maternidade ou da licença-paternidade;

II - o imposto sobre a renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Deduções do Imposto

- ✓ Com relação ao subitem II acima, em nenhuma hipótese poderá ser deduzido o IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável ou pago sobre ganhos líquidos.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

- ✓ Mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação específica, aplicam-se à CSLL os mesmos períodos de apuração e formas de pagamento do IRPJ.

Dedução da CSLL devida no mês

- ✓ Para fins de cálculo do valor a pagar a pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL devida no mês a CSLL retida na fonte sobre as receitas que integraram a respectiva base de cálculo.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CSLL

Base de Cálculo da CSLL

Compreende a soma dos seguintes valores:

- ✓ O valor resultante da aplicação, sobre a receita bruta da atividade, dos percentuais fixados no artigo 20 da Lei 9.249/95 e suas alterações (Regulamentado pelo artigo 34, IN RFB 1.700, de 14.03.2017);
- ✓ Os ganhos de capital, demais receitas e os resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

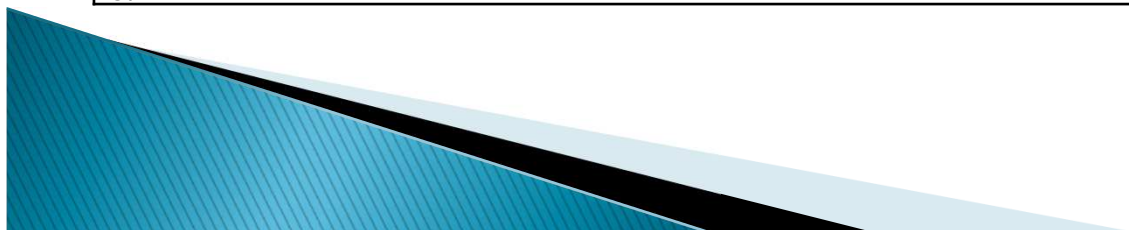
CSLL – Percentuais aplicáveis sobre a receita bruta mensal

I - Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	12%
II - Receita auferida: a) na prestação de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, patologia clínica, imagenologia, radiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, exames por métodos gráficos, procedimentos endoscópicos, radioterapia, quimioterapia, diálise e oxigenoterapia hiperbárica, <u>desde que a prestadora desses serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).</u> b) na prestação de serviços de transporte de carga; c) nas atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda; e d) na atividade de construção por empreitada com emprego de todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra; e e) na revenda de mercadorias, venda de produtos, e outras atividades que se enquadrem neste item.	12%

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS) CSLL – Percentuais aplicáveis sobre a receita bruta mensal

III - Receita auferida: a) na prestação dos demais serviços de transporte; e b) nas atividades desenvolvidas por Instituições Financeiras e equiparadas. Texto Legal: § 2º, Art. 34 e Art. 36, IN RFB 1.700, de 2017	12%
IV - Receita auferida: a) na prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada; b) na intermediação de negócios; c) na administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; d) na construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais; e) na construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais; f) pelas factorings; g) na coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte.	32%



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CSLL – Percentuais aplicáveis sobre a receita bruta mensal

IV - Receita auferida:	
h) na exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, em atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos;	32%
i) na prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e	
j) na prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada acima.	



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CSLL

Acréscimos à Base de Cálculo da CSLL

- ▶ Serão acrescidos às bases de cálculo da CSLL, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na receita bruta, relacionados no tópico do IRPJ;
- ▶ Observar as Situações Especiais de Base de Cálculo relacionadas no tópico do IRPJ.



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Alíquota

- ✓ A alíquota básica da CSLL é de 9%.

Instituições Financeiras e equiparadas, e cooperativas de crédito

- ✓ Alterações nas alíquotas a partir de setembro de 2015, vide Capítulo da CSLL.
- ✓ A partir de 1º de março de 2020, a alíquota da CSLL será de 20%, conforme disposições contidas no artigo 32 combinado com artigo 36, I, da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019.

Bônus de 1% a partir de 2003

- ✓ PJs adimplentes com os tributos e contribuições administrados pela RFB nos últimos 5 anos, poderão beneficiar-se de bônus de adimplência fiscal mediante aplicação de 1% sobre a Base de Cálculo da CSLL. No caso da estimativa, o bônus será deduzido no ajuste anual.

BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

- ✓ A pessoa jurídica pode **suspender ou reduzir** o pagamento do imposto, desde que demonstre que o valor do imposto devido, calculado com base no lucro real do período em curso, é igual ou inferior à soma do imposto de renda devido por estimativa, correspondente aos meses do mesmo ano-calendário, anteriores àquele a que se refere o balanço ou balancete.
- ✓ Permite ao contribuinte planejar sua carga tributária no decorrer do ano-calendário.



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

- ✓ Deverão ser levantados de acordo com as disposições contidas na legislação comercial e fiscal;
- ✓ As empresas que fizerem a opção por levantar os balanços ou balancetes de suspensão ou redução devem consolidar as receitas e despesas dos meses abrangidos no período em curso;
- ✓ O resultado apurado em cada balanço ou balancete de suspensão ou redução deverá ser ajustado por todas as adições exigidas, exclusões e compensações admitidas pela legislação;
- ✓ Adições relativas aos lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, e as parcelas referente aos ajustes de preços de transferência, somente no balanço de dezembro.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Prejuízos fiscais

- ✓ Limitado a 30% do lucro líquido do período de apuração, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda (art. 15 da Lei 9.065/95);
- ✓ Prejuízos não operacionais verificados em períodos de apuração definitiva em que a PJ apurar prejuízo fiscal, somente poderão ser compensados nos períodos seguintes com lucros da mesma natureza.



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Conceito do imposto devido no período em curso

- ✓ O resultado da aplicação da alíquota do imposto sobre o lucro real, acrescido do adicional e diminuído, quando for o caso, dos incentivos fiscais de dedução e de isenção ou redução.

Alíquota

- ✓ O imposto devido será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o Lucro Real do período de apuração, sem prejuízo da incidência do adicional.

Adicional

- ✓ Sujeita-se à incidência de adicional de 10% a parcela do Lucro Real, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Deduções do imposto

Para determinação do valor do IRPJ a pagar no mês a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido no período em curso:

- ✓ I - o valor do IRPJ devido por estimativa em meses anteriores do ano-calendário, seja com base na receita bruta e acréscimos ou em balanço ou balancete de redução;
- ✓ II - o IRPJ pago ou retido na fonte sobre as receitas auferidas no mês, que integraram a respectiva base de cálculo; e
- ✓ III - o IRPJ pago ou retido na fonte sobre as receitas auferidas nos meses anteriores do período em curso, inclusive o pago separadamente sobre ganhos líquidos de renda variável, que não tenham sido deduzidos no pagamento por estimativa daqueles meses.
- ✓ IV - os Incentivos fiscais de dedução do imposto.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Conceito de imposto de renda pago:

Considera-se imposto pago, para efeito de comparação com o imposto apurado no balanço ou balancete, a soma dos valores correspondentes ao imposto de renda:

- ✓ Pago mensalmente com base na receita bruta e acréscimos, e/ou balanço ou balancete de redução.
- ✓ Retido na fonte sobre receitas que integram a base de cálculo do imposto, inclusive aqueles relativos aos Juro sobre Capital Próprio;
- ✓ Pagos sobre ganhos líquidos de renda variável;
- ✓ Retido por órgãos públicos (art. 64 da Lei 9.430/96, alterado pelo art. 34 da Lei 10.833/03).

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

CSLL

- ✓ Mesmas regras de apuração e pagamento adotadas para o IRPJ;
- ✓ Alíquota 9%.

Instituições Financeiras equiparadas, e cooperativas de crédito

- ✓ Alterações nas alíquotas a partir de setembro de 2015, vide Capítulo da CSLL;



LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Falta ou insuficiência do pagamento mensal:

- ✓ Sujeitará o contribuinte aos acréscimos legais (0,33% ao dia limitado a 20% + juros Selic);
- ✓ A falta de pagamento do IRPJ e CSLL apurados por estimativa, sujeita-se a multa isolada de 50% sobre o valor não recolhido);
- ✓ As infrações às regras de determinação do lucro real ou do resultado ajustado, verificadas nos procedimentos de redução ou suspensão do IRPJ e CSLL a pagar, ensejarão a aplicação de multa de ofício.

PAGAMENTOS MENSAIS COM BASE NA RECEITA BRUTA, OU COM BASE NOS BALANÇOS OU BALANCETES DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

A Pessoa Jurídica que exercer opção pelo pagamento do IRPJ e da CSLL por estimativa, poderá efetuar os pagamentos mensais com base na Receita Bruta, ou, com base em balanços/balancetes de redução ou suspensão, efetuado o cálculo, dos dois o menor, assim demonstrado:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
<i>IR devido mensalmente (1)</i>	100	100 ➔	100	100 ➔	100	100 ➔
<i>IR devido lucro real acumulado (2)</i>	0 (5) ➔	150	150 ➔	300	250 ➔	500
<i>IR a pagar (3)</i>	0	100	50	100	0	100
<i>IR acumulado</i>	0	100	150	250	250	350

PAGAMENTOS MENSAIS COM BASE NA RECEITA BRUTA, OU COM BASE NOS BALANÇOS OU BALANCETES DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

A Pessoa Jurídica que exercer opção pelo pagamento do IRPJ e da CSLL por estimativa, poderá efetuar os pagamentos mensais com base na Receita Bruta, ou, com base em balanços/balancetes de redução ou suspensão, efetuado o cálculo, dos dois o menor, assim demonstrado:

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	AJUSTE
<i>IR devido mensalmente (1)</i>	0 (4) →	100	100	100	100 →	100	-
<i>IR devido lucro real acumulado (2)</i>	500	400 →	0 (5) →	0 (5) →	500 →	550 →	550
<i>IR a pagar (3)</i>	0	50	0	0	100	50 (6)	0
<i>IR acumulado</i>	350	400	400	400	500	550	550

PAGAMENTOS MENSAIS COM BASE NA RECEITA BRUTA, OU COM BASE NOS BALANÇOS OU BALANCETES DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

LEGENDA:

- (1) IR devido com base na Receita Bruta;
- (2) IR calculado com base no lucro real correspondente ao período de **01.01.2019** até o mês-base para cálculo do imposto mensal com base em balanço / balancete suspensão ou redução;
- (3) IR a pagar até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração, com base na receita ou balanço/balancete dos dois o menor;
- (4) Mês em que a pessoa jurídica não teve receita de qualquer espécie;
- (5) Prejuízo fiscal apurado, na forma do art. 35 da Lei 8.981/95;
- (6) Valor relativo estimativa do mês de dezembro de 2019, a ser recolhida até 31.01.2020.

➔ **Melhor opção para o contribuinte**

LUCRO REAL

PREENCHIMENTO DO DARF – ESTIMADO MENSAL

As pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento do imposto de renda e contribuição social na forma do Lucro Estimado mensal, deverão preencher o DARF com os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
EMPRESAS OBRIGADAS AO LUCRO REAL	
▪ Instituições Financeiras/Estimado	2319
▪ Demais Empresas/Estimado	2362
EMPRESAS NÃO OBRIGADAS AO LUCRO REAL	
▪ Lucro Estimado	5993
▪ Ganhos em Aplicações de Renda Variável	3317

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL (AJUSTE)

- ✓ Apuração definitiva em 31 de dezembro do ano-calendário na forma da legislação comercial e fiscal vigente;



LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

ALÍQUOTA E ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA

- ✓ O imposto devido será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o Lucro Real, sem prejuízo da incidência do adicional.

ADICIONAL

- ✓ A parcela do Lucro Real, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração anual ou trimestral, sujeita-se à incidência de adicional do imposto de renda à alíquota de 10%.

Nota:

- 1) A alíquota do adicional é única para todas as pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras, sociedades seguradoras e assemelhadas;
- 2) A partir de janeiro de 1996, as Pessoas Jurídicas que explorem atividades Rurais, sujeitam-se também a incidência do adicional do Imposto de Renda; e
- 3) O valor do adicional será pago integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Deduções do Imposto

Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído ou compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ devido os valores referentes:

I - aos benefícios fiscais de dedução do imposto, excluído o adicional, observados os limites e prazos previstos na legislação de regência, relativos:

- a) às despesas de custeio do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- b) às doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente e do idoso;
- c) às doações e patrocínios a título de apoio a ações de prevenção e o combate ao câncer no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon);
- d) às doações e patrocínios a título de apoio a ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência promovidas no Âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD);

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Deduções do Imposto

Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído ou compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ devido os valores referentes:

- e) às doações e patrocínios realizados a título de apoio a atividades culturais ou artísticas;
 - f) aos investimentos, aos patrocínios e à aquisição de quotas de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines), realizados a título de apoio a atividades audiovisuais;
 - g) às doações e patrocínios realizados a título de apoio a atividades desportivas e paradesportivas;
 - h) à remuneração da empregada ou do empregado paga no período de prorrogação da licença-maternidade ou da licença-paternidade;
- II - aos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Deduções do Imposto

Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído ou compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ devido os valores referentes:

III - ao imposto sobre a renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real; e

IV - ao imposto sobre a renda calculado por estimativa, e efetivamente pago mensalmente.



LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL OU TRIMESTRAL

Deduções do Imposto - Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT

- ✓ A pessoa jurídica tributada com base no lucro real trimestral ou anual, que tiver PAT aprovado pelo Ministério do Trabalho, pode deduzir do imposto devido o valor equivalente a 15% do total das despesas de custeio efetuadas no período de apuração, observado que a dedução não pode exceder, a 4% do imposto de renda devido, antes do adicional;
- ✓ A dedução também se aplica ao imposto determinado com base no lucro estimado, calculado com base na receita bruta e acréscimos, ou com base no balanço ou balancete de suspensão ou redução; e
- ✓ Eventuais excessos podem ser transferidos para dedução nos dois anos-calendário subsequentes (Decreto 9.580/2018, art. 642).

LUCRO REAL

INCENTIVOS FISCAIS DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO

Limites individual e global dos Incentivos Fiscais

INCENTIVO	LIMITE INDIVIDUAL	LIMITE COLETIVO	COMPENSAÇÃO DO EXCESSO
Atividades Culturais e Artísticas (PRONAC) arts. 25 e 26 Lei nº 8.313/91	4%	-	Não é permitida.
Atividades Culturais e Artísticas (PRONAC) art. 18 Lei nº 8.313/91 alterado pela Lei 9.874/99	4%		
Atividades audiovisuais (Lei 8.685, de 1993)	4%		
Aquisição de quotas dos FUNCINES	3%		
Atividades Culturais e Artísticas (PRONAC) arts. 25 e 26 Lei nº 8.313/91	4%	4%	Não é permitida.
Atividades Culturais e Artísticas (PRONAC) art. 18 Lei nº 8.313/91 alterado pela Lei 9.874/99	4%		
Atividades audiovisuais (Lei 8.685, de 1993)	4%		

LUCRO REAL

INCENTIVOS FISCAIS DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO

Limites individual e global dos Incentivos Fiscais

INCENTIVO	LIMITE INDIVIDUAL	LIMITE COLETIVO	COMPENSAÇÃO DO EXCESSO
Programa de Alimentação do Trabalhador	4%	-	Dois anos-calendário
Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente	1%	-	Não é permitida.
Fundo Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso	1%	-	Não é permitida.
Projetos Desportivos e Paradesportivos	1%	-	Não é permitida.
PRONON	1%	-	Não é permitida.
PRONAS/PCD	1%	-	Não é permitida.

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Tratamento da diferença apurada em 31 de dezembro

Os saldos do IRPJ e da CSLL apurados em 31 de dezembro, será:

- ✓ **Se positivos**, serão pagos em quota única, até o último dia útil do mês de março do ano subsequente (acrescidos de juros calculados à taxa Selic, a partir de fevereiro e de 1%);
- ✓ **Se negativos**, poderão ser objeto de restituição ou de compensação nos termos do art.74 da Lei 9.430, de 1996;
- ✓ o prazo para pagamento da diferença acima, não se aplica ao imposto estimado relativo ao mês de dezembro, que deverá ser pago até último dia útil do mês de janeiro.

LUCRO REAL

SALDOS NEGATIVOS DE IRPJ OU DE CSLL

Pedido de restituição e a declaração de compensação (PER/DCOMP)

- ✓ Na hipótese de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL, o pedido de restituição e a declaração de compensação serão recepcionados pela RFB **somente depois da confirmação da transmissão da ECF**, na qual se encontre demonstrado o direito creditório, de acordo com o período de apuração;
- ✓ A restrição aplica-se, inclusive, aos casos de apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação;
- ✓ É vedada a compensação e será considerada não declarada quando tiver por objeto, os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL.

Hipótese de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL apurado trimestralmente

- ✓ Na hipótese de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL apurado trimestralmente, a restrição acima mencionada será aplicada somente depois do encerramento do respectivo ano-calendário.

Inciso XVI, Art. 76 e 161A, da IN RFB 1717, de 2017 com reação incluída pela IN RFB 1765, de 30.11.2017.

LUCRO REAL

PREENCHIMENTO DO DARF – REAL AJUSTE ANUAL

Declaração de Ajuste Empresas do Estimado (Apuração Anual)

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real enquadradas no regime de estimativa, deverão preencher o DARF **relativo à diferença** apurada em 31 de dezembro, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas Obrigadas ao Lucro Real	
➔ Instituições Financeiras – Quota única	2390
➔ Demais empresas – Quota única	2430
Empresas Não Obrigadas ao Lucro Real	
▪ Quota Única	2456

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CSLL

ASPECTOS GERAIS



CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

- ✓ Aplica-se à Contribuição Social sobre o Lucro (Lei 7.689 de 1988) as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e, no que couberem, as referentes à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

CONTRIBUINTES

- ✓ São contribuintes da CSLL todas as pessoas jurídicas domiciliadas no País e as que lhe são equiparadas pela legislação do IRPJ, observado o disposto na Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988 e as alterações posteriores.

ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E DE FALÊNCIA

- ✓ Sujeitam-se às mesmas normas de incidência da CSLL aplicáveis às demais Pessoas Jurídicas.



CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

SOCIEDADES EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

- ✓ Apurados com observância das normas fiscais aplicáveis às demais Pessoas Jurídicas. É do sócio ostensivo a responsabilidade pela apuração dos resultados e recolhimento da CSLL pela SCP.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

PERÍODO DE APURAÇÃO

- ✓ No dia 31 de dezembro do ano-calendário, no caso de apuração da CSLL com base no Lucro Real Anual, modalidade em que a Pessoa Jurídica deverá efetuar o pagamento mensal da CSLL sobre a base de Cálculo Estimada;
- ✓ Nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, no caso de apuração da CSLL com base no Lucro Real (resultado ajustado trimestral), no Lucro Presumido ou no Lucro Arbitrado trimestral.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

BASE DE CÁLCULO

- ✓ A Base de Cálculo da CSLL, será determinada segundo a legislação vigente na data de ocorrência do respectivo fato gerador, com base no Lucro Real (que é o resultado ajustado trimestral ou anual), Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado, correspondente ao período de apuração.



CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

BASE DE CÁLCULO

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

A base de cálculo da CSLL, em cada mês, será determinada observando as disposições contidas no artigo 34 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (mediante a aplicação dos percentuais de 12% ou 32% sobre a receita bruta, deduzida das devoluções, das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos).

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NOS BALANÇOS)

A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento mensal da CSLL, em cada mês, mediante o levantamento de balanços ou balancetes de redução ou suspensão, com observância da legislação comercial e fiscal.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

BASE DE CÁLCULO

A Base de Cálculo da CSLL corresponderá à soma dos seguintes valores:

- ✓ 12% da receita bruta auferida no período de apuração, exceto na prestação de serviços em geral;
- ✓ 32% da receita bruta auferida no período, referente a prestação de serviços em geral; e
- ✓ Os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

ALÍQUOTAS

- ✓ As alíquotas aplicáveis, para pessoas jurídicas em geral e instituições financeiras, são as seguintes:

Pessoas Jurídicas em Geral:

- ✓ 9% (nove por cento) para os fatos geradores ocorridos a partir de 2003 por força da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Instituições Financeiras:

- ✓ A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da CSLL é de 15%, no caso de instituições financeiras, Pessoas Jurídicas de seguros privados e de capitalização, referidas nos incisos I a XII do § 1º do art. 1º, da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

ALÍQUOTAS

- ✓ As alíquotas aplicáveis, para pessoas jurídicas em geral e instituições financeiras, são as seguintes:

Instituições Financeiras:

- ✓ A partir de 1º de março de 2020, a alíquota da CSLL será de 20%, conforme disposições contidas no artigo 32 combinado com artigo 36, I, da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019.

ALÍQUOTAS DA CSLL - (LEI 13.169/2015)

Em decorrência das alterações incluídas na Lei 7.689, de 1988, pela Lei 13.169 de 06.10.2015, as Instituições Financeiras e Equiparadas, as Cooperativas de Crédito, e Demais Pessoas Jurídicas, devem adotar as seguintes alíquotas e procedimentos:

CONTRIBUINTE	ALÍQUOTA	VIGÊNCIA
Bancos de qualquer espécie, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, associações de poupança e empréstimo, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização.	20%	1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 (a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%)
Cooperativas de crédito	17%	1º de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 (a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%)
Demais Pessoas jurídicas	9%	Incidência por período indeterminado

ALÍQUOTAS DA CSLL - (LEI 13.169/2015)

Instituições Financeiras e Equiparadas

- ✓ Considerando que a nova alíquota para as instituições financeiras e equiparadas, passou a vigorar a partir de 1º de setembro de 2015, no curso do ano-calendário, a Receita Federal do Brasil, editou a Instrução Normativa RFB 1.591, de 05 de novembro de 2015, regulamentando as alterações introduzidas na legislação da CSLL pela Lei 13.169, de 2015. Destaca-se que referida norma da RFB, definiu os procedimentos relativos a proporcionalidade que devem observar os contribuintes na aplicação das alíquotas para esse ano-calendário de 2015.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CSLL

Deduções - Apuração Trimestral

Para efeitos de determinação do saldo da CSLL a pagar ou a ser restituída ou compensada, a pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL devida os valores referentes:

- ✓ I - aos incentivos fiscais de isenção da CSLL, calculados com base no lucro da exploração;
- ✓ II - à CSLL paga ou retida na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do resultado ajustado; e
- ✓ III - ao bônus de adimplência fiscal, observando o regramento contido nos artigos 271 a 276 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

Nota: No caso da apuração do lucro real trimestral e lucro presumido, o bônus será calculado em relação aos 4 (quatro) trimestres do ano-calendário, entretanto, somente será utilizado mediante dedução da CSLL devida no último trimestre do ano-calendário.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CSLL

Deduções - Apuração Anual

Para efeitos de determinação do saldo da CSLL a pagar ou a ser restituída ou compensada, a pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL devida no ajuste em 31 de dezembro, os valores referentes:

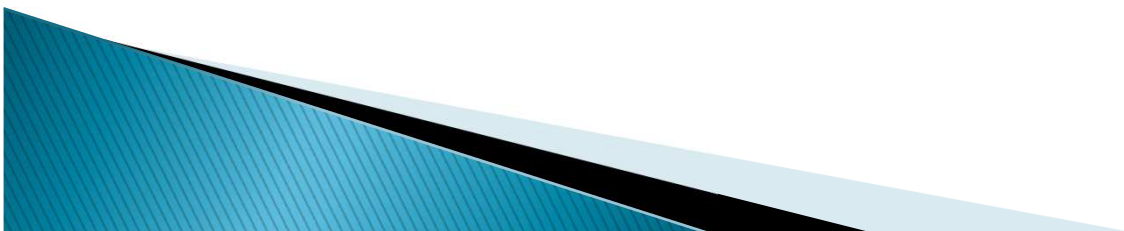
- I - aos incentivos fiscais de isenção da CSLL, calculados com base no lucro da exploração;
- II - à CSLL paga ou retida na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do resultado ajustado;
- III - à CSLL calculada por estimativa, e efetivamente paga mensalmente;
- IV - ao bônus de adimplência fiscal, observando o regramento contido nos artigos 271 a 276 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

PREENCHIMENTO DO DARF

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – ESTIMADO	
EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO REAL	
• Instituições Financeiras/Estimado	2469
• Demais Empresas/Estimado	2484
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – AJUSTE ANUAL	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
• Quota Única	6758
DEMAIS EMPRESAS	
• Quota Única	6773
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – BALANÇOS TRIMESTRAIS	
• Instituições Financeiras Balanço Trimestral	2030
• Demais Empresas Balanço Trimestral	6012
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – PRESUMIDO OU ARBITRADO	
• Pessoas Jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido ou Arbitrado	2372

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS



DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

O artigo 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, dispõe sobre a distribuição de lucros ou dividendos nos seguintes termos:

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

§ 1º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados, a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista. (Renumerado pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014)

§ 2º A não incidência prevista no caput inclui os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei 6.404/ 1976, ainda que a ação seja classificada em conta de passivo ou que a remuneração seja classificada como despesa financeira na escrituração comercial. (Incluído pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014)

§ 3º Não são dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no art. 15 da Lei 6.404/ 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial (Incluído pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014) .

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Lei 12.973/2014 - Mantém isenção contida no art. 10 da Lei 9249/95

- ✓ A Lei 12.973, manteve o caput do artigo 10, da Lei nº 9.249/95, sem alterações.

Lucros ou Dividendos Calculados Com Base nos Resultados Apurados de 2008 a 2013

- ✓ Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31.12.2013 pelas PJ tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007, não ficarão sujeitos à incidência do IRRF, nem integrarão a base de cálculo do IR e da CSLL do beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no País ou no exterior (Art. 72, Lei 12.973, 2014, combinado com o artigo 28 da IN RFB 1.397, de 16.09.2013, alterada pela IN RFB 1.492, de 2014).

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Manifestação do Fisco sobre resultados apurados no ano de 2014

O fisco se manifestou por meio do artigo 26 da IN RFB 1.397, de 2013, alterada pela 1.492, de 2014 no sentido de que, os lucros ou dividendos a serem considerados isentos são os obtidos com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007;

O parágrafo único do artigo 28 da IN RFB 1397/2013, com redação dada pela IN RFB 1.492, de 17.09.2014, estabelece que **a parcela excedente** de lucros ou dividendos calculados com base nos resultados **apurados no ano de 2014** deverá:

- ✓ I - estar sujeita à incidência do IRRF calculado de acordo com a Tabela Progressiva Mensal e integrar a base de cálculo do Imposto sobre a Renda na Declaração de Ajuste Anual do ano-calendário do recebimento, no caso de beneficiário pessoa física residente no País;
- ✓ II - ser computada na base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da CSLL, para as pessoas jurídicas domiciliadas no País;
- ✓ III - estar sujeita à incidência do IRRF calculado à alíquota de 15%, no caso de beneficiário residente ou domiciliado no exterior; e
- ✓ IV - estar sujeita à incidência do IRRF calculado à alíquota de 25%, no caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Disposições da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (Artigo 238)

- ✓ Não estão sujeitos ao imposto sobre a renda os lucros e dividendos pagos ou creditados a sócios, acionistas ou titular de empresa individual, observado o disposto no Capítulo III da Instrução Normativa RFB 1.397, de 16 de setembro de 2013;
- ✓ Ou seja, reafirma o tratamento tributário dado pela IN RFB 1.397, de 2014 em relação a distribuição de lucros;
- ✓ Abrange inclusive os lucros ou dividendos atribuídos a sócios ou acionistas residentes ou domiciliados no exterior;

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Disposições da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (§ 2º, artigo 238)

Pessoa Jurídica Tributada Pelo Presumido ou Arbitrado

No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado poderão ser pagos ou creditados, sem incidência de imposto do IRRF:

I - o valor da base de cálculo do imposto, diminuído do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS a que estiver sujeita a pessoa jurídica;

II - a parcela de lucros ou dividendos **excedentes** ao valor determinado no item I, desde que a empresa demonstre, através de escrituração contábil feita com observância da lei comercial, que o lucro efetivo é maior que o determinado segundo as normas para apuração da base de cálculo do imposto pela qual houver optado, ou seja, o lucro presumido ou arbitrado.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Disposições da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (§ 3º, artigo 238)

Lucros Antecipados

- ✓ A parcela dos rendimentos pagos ou creditados a sócio ou acionista ou ao titular da pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a título de lucros ou dividendos distribuídos, **ainda que por conta de período-base não encerrado**, que exceder ao valor apurado com base na escrituração, será imputada aos lucros acumulados ou reservas de lucros de exercícios anteriores, ficando sujeita a incidência do imposto sobre a renda calculado segundo o disposto na legislação específica, com acréscimos legais;
- ✓ Inexistindo lucros acumulados ou reservas de lucros em montante suficiente, a parcela excedente será submetida à tributação nos termos do art. 61 da Lei 8.981, de 1995;
- ✓ Ressalvado o disposto no primeiro § acima, a distribuição de rendimentos a título de lucros ou dividendos que não tenham sido apurados em balanço sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda, nos termos do art. 61 da Lei 8.981, de 1995;
- ✓ Na hipótese de antecipação de lucros, recomenda-se incluir no contrato social, disposição expressa permitindo a distribuição de lucros com suporte em balanços intermediários.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Obrigatoriedade de Apresentação da ECD

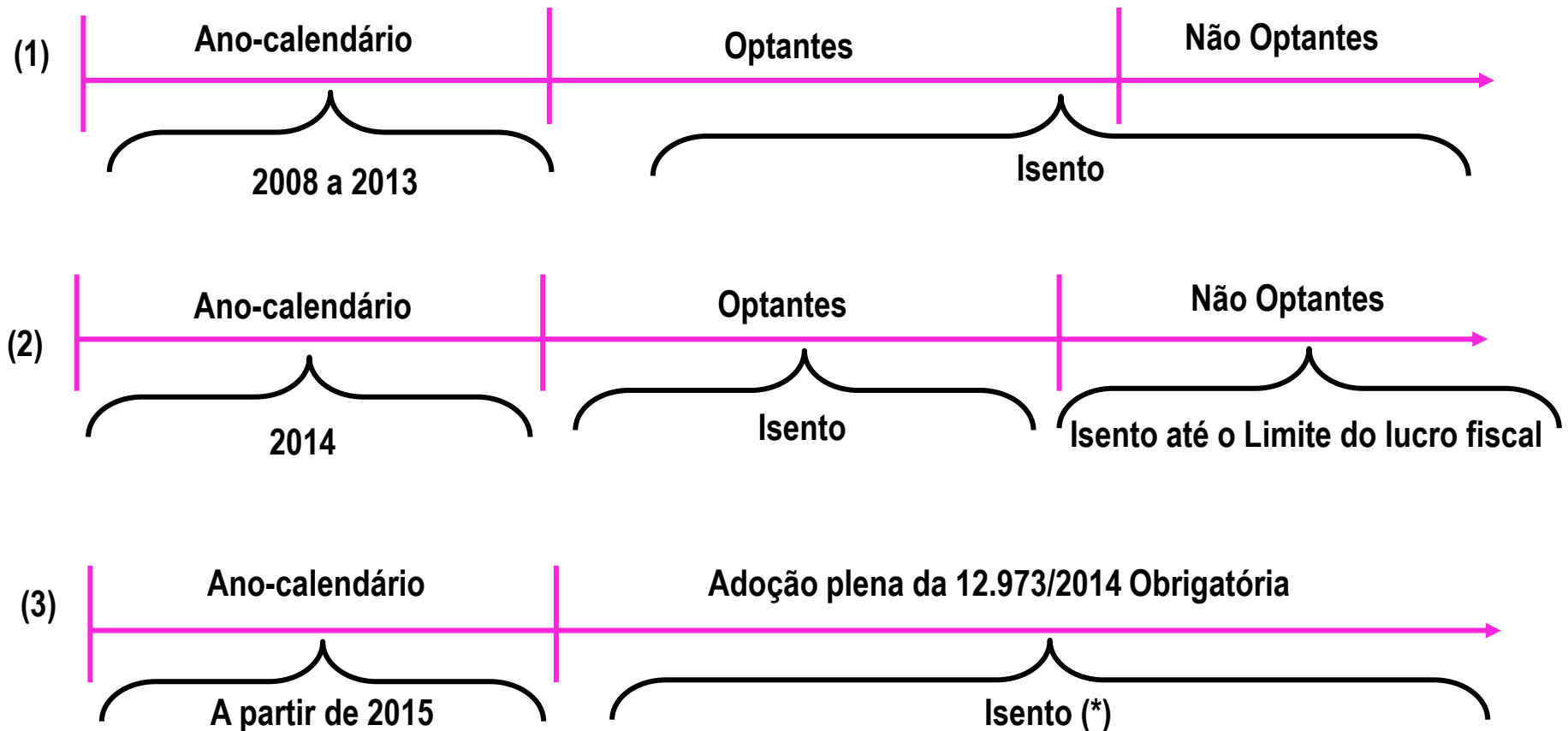
- ✓ Está obrigada a apresentar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º.01.2014, as PJs tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do IRRF, parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuído do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS a que estiver sujeita a pessoa jurídica;

Adimplência Fiscal

- ✓ Para que a pessoa jurídica possa distribuir lucros ou dividendos deve estar adimplente, com relação aos tributos federais, conforme dispõe o Art. 32 da Lei 4.357, de 1964 (Art. 1.018, Decreto 9.580, de 2018 - RIR).

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

RESUMO - LUCROS E DIVIDENDOS



Optantes e não optantes
Pela adoção antecipada
Da Lei 12.973/2014

(*) IN RFB 1.700, de 14.03.2017, art. 238 indica a observação do disposto no capítulo III da IN RFB 1.397, de 16.09.2013. Entretanto, vale ressaltar que a partir de 2015, existe somente o lucro societário, considerando o fim do RTT.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

SIMPLES NACIONAL

Isenção do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário

- ✓ Consideram-se isentos do Imposto de Renda na Fonte e na Declaração de Ajuste do Beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou EPP optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, alugueis ou serviços prestados.

Decreto 9.580, de 2018, Art. 35, Inciso IV, alínea “b”, Art. 14, L. Complementar 123, de 2006 e Art. 145 da Resolução CGSN 140, de 22.05.2018

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

SIMPLES NACIONAL

- ✓ A isenção fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais abaixo relacionados, sobre a receita bruta mensal ou anual, **subtraído do valor devido** na forma do Simples Nacional no período **relativo ao IRPJ**.

PERCENTUAIS SOBRE A RECEITA BRUTA (art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995)	
Atividade	%
Revenda de combustíveis derivados de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural	1,6
Venda e revenda de mercadorias Serviços hospitalares Venda de produtos ou industrialização por encomenda Atividade imobiliária (loteamento de terrenos, incorporação, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda) Transporte de cargas Atividade rural Outras atividades não caracterizadas como de prestação de serviços	8
Serviços de transportes, exceto de cargas	16
Demais serviços	32

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

SIMPLES NACIONAL

Exemplo: Hipótese em que uma EPP obteve receita anual nos 12 meses anteriores de R\$ 1.200.000,00, e no período de apuração manteve a mesma receita, utilizando-se a tabela do anexo I, Resolução CGSN 140, de 22.05.2018, a alíquota do Simples Nacional aplicável é 10,7%, entretanto, a alíquota efetiva é 8,83%. Com essas informações fazer o cálculo relativo a distribuição:

Cálculo do Simples Nacional:

No Ano: $(1.200.000,00 \times 8,83\% \text{ Alíquota Efetiva}) = 105.960,00$

No Mês: $(100.000,00 \times 8,83\% \text{ Alíquota Efetiva}) = 8.830,00$

Valor do IRPJ no Simples Nacional (tabela do anexo I - alíquota efetiva do IRPJ - 0,49%):

No Ano: $(1.200.000,00 \times 0,49\%) = 5.880,00$

No Mês: $(100.000,00 \times 0,49\%) = 490,00$

Limite para Distribuição:

No Ano: $(1.200.000,00 \times 8\%) = (96.000,00 - 5.880,00) = 90.120,00$

No Mês: $(100.000,00 \times 8\%) = (8.000,00 - 490,00) = 7.510,00$

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

SIMPLES NACIONAL

PESSOA JURÍDICA QUE MANTÉM ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

- ✓ O limite de distribuição de lucros acima descrito não se aplica na hipótese de a Pessoa Jurídica manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior ao referido limite;
- ✓ No caso da Pessoa Jurídica que mantenha escrituração contábil feita com observância das Leis comerciais, poderá distribuir o Lucro Apurado no encerramento do período base sem incidência de Imposto de Renda na Fonte e na Declaração de Ajuste dos Beneficiários.



REVISANDO PROCEDIMENTOS

Estruturação e apresentação das Demonstrações Contábeis

COMPONENTES	APLICÁVEL À SOCIEDADE		
	SIM	NÃO	OBS.
Estruturação e Apresentação das Demonstrações Contábeis			
✓ Aplicação das normas			
• Critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das DC			
• Conjunto completo de Demonstrações contábeis			
• Redução ao valor recuperável de Ativos - <i>Impairment</i>			
• AVP e AVJ			
• Operações de arrendamento mercantil			
• Imobilizado e Intangível			
• Investimento em controlada e em coligada			
• Estoques (CPC 16 e 29)			
• Subvenções para investimentos			
• PCLD (Perdas Esperadas CPC 48)			
• Notas explicativas (CTG 07)			

REVISANDO PROCEDIMENTOS

Estruturação e apresentação das Demonstrações Contábeis

COMPONENTES	APLICÁVEL À SOCIEDADE		
	SIM	NÃO	OBS.
✓ Aspectos Fiscais			
• Multas por infrações fiscais			
• Juros sobre capital próprio			
• Isenções			
• Incentivos Fiscais de Dedução do Imposto			
• Doações			
• Antecipação de lucros			
• Perda no recebimento de créditos			
• Contratos de longo e curto prazo			
• Venda de bens ou serviços para o poder público			
• Venda de ativo imobilizado a prazo			
• Despesas operacionais indedutíveis			
• Compensação de prejuízos fiscais			
• Compensação de base negativa de CSLL			
• Aplicação em incentivos fiscais – FINAM FINOR			
• Lucros auferidos no exterior			
• Valores diferidos de períodos anteriores			
• Excesso de incentivos fiscais			

REVISANDO PROCEDIMENTOS

Estruturação e apresentação das Demonstrações Contábeis

COMPONENTES	APLICÁVEL À SOCIEDADE		
	SIM	NÃO	OBS.
✓ Atividades rurais			
• Depreciação acelerada			
• Compensação de prejuízos			
• Compensação de base negativa CSLL			
• Reversão da depreciação acelerada incentivada			
✓ Sociedade em conta de participação			
✓ Tributos com questionamento judicial			
✓ Devolução de bens aos sócios, ou nos casos de fusão, cisão e incorporação			

APÊNDICE – Temas Específicos



Apêndice Temas Específicos

- ✓ Doações e Subvenções para Investimentos;
- ✓ ECD; e
- ✓ ECF.



DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS



SUBVENÇÕES E DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Recepção do CPC 07 pelo Regulador CFC

- ✓ Resolução CFC 1.143, de 21.11.2008 (Revogada pela Resolução 1.305), aprova NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais, aplicação aos exercícios encerrados a partir de 2008;
- ✓ Resolução CFC 1.329, de 16.11.2011, altera siglas de NBC T 19.4 para NBC TG 07;
- ✓ Resolução CFC 1.305, de 25.11.2010, altera texto da NBC TG 07, aplica-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010;
- ✓ Alterada e consolidada em 11.12.2013 como NBC TG 07 (R1), aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2013;
- ✓ Alterada e consolidada em 24.11.2017 como NBC TG 07 (R2), aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2018.

SUBVENÇÕES E DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

Registro Contábil

- ✓ Até 31 de dezembro de 2007 as subvenções para investimento eram registradas na contabilidade em conta de Reserva de Capital (Patrimônio Líquido);
- ✓ A partir de 1º de janeiro de 2008, registro em conta de resultado (Lei 11.941/2009, art. 18, texto substituído pelo art. 30 da Lei 12.973, de 2014 + CPC 07).

SUBVENÇÕES E DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS

SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

RIR/2018, Art. 523 (Art. 30 da Lei 12.973, de 2014)

- ✓ As subvenções para investimento, e as doações, feitas pelo Poder Público, **não serão computados** na determinação do lucro real e do resultado ajustado, desde que sejam registrados em reserva de lucros (art. 195A, Lei 6.404, de 1976), que somente poderá ser utilizada para aumento de capital, ou absorção de prejuízos;
- ✓ Na hipótese de apuração de prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, não puder ser constituída a reserva de lucros, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Art. 198, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

SUBVENÇÕES E DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

RIR/2018, Art. 523 (Art. 30 da Lei 12.973, de 2014)

Destinação Diversa - Tributação

As subvenções para investimento e as doações, feitas pelo Poder Público, serão tributadas caso seja dada destinação diversa daquela prevista no RIR (ou seja, registradas em reserva de lucros, que somente poderá ser utilizada para aumento de capital, ou absorção de prejuízos), inclusive nas seguintes hipóteses:

- ✓ I - capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos;
- ✓ II - restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos 5 (cinco) anos anteriores à data da doação ou da subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou da subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitada ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos; ou
- ✓ III - integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Art. 198, IN RFB 1.700 de 14.03.2017

SUBVENÇÕES E DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Controle na parte “B” do e-Lalur e do e-Lacs

- ✓ O valor que constituir exclusão na parte “A” do e-Lalur e do e-Lacs, em decorrência do disposto no artigo 523 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR), será controlado na parte “B”, para ser adicionado quando descumpridas às condições estabelecidas.

Interpretação 12.973 x IN 1.700

- ✓ Art. 30, Lei 12.973, de 2014
- ✓ §§ 7º e 8º, artigo 198 da IN RFB 1.700, DE 2017, com alteração da IN RFB 1.881, de 2019

ECD – ESCRITA CONTÁBIL DIGITAL



ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Obrigatoriedade

- ✓ Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas.

Caput, Artigo 3º, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Pessoas Jurídicas Dispensadas

A obrigatoriedade de apresentação da ECD, não se aplica:

- ✓ I - às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional (MEs e EPPs);
- ✓ II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;
- ✓ III - às pessoas jurídicas inativas, conforme definido pela legislação vigente;
- ✓ IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil; e
- ✓ V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que cumprirem o disposto no parágrafo único do artigo 45 da Lei 8.981, de 20.01.1995 (redação dada pela IN RFB 1.856, de 13.12.2018).

§ 1º, Artigo 3º, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Pessoas Jurídicas Dispensadas

Exceção MEs e EPPs - Com Investidor Anjo

- ✓ A dispensa de apresentação da ECD, não se aplicam às MEs e EPPs, descritas nos incisos I e V acima, que tenham recebido aporte de capital na forma prevista nos artigos 61A a 61D da Lei Complementar 123, de 2006.

§ 2º, Artigo 3º, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Prazo para apresentação

- ✓ A ECD deve ser transmitida anualmente ao Sped, **até o último dia útil do mês de maio** do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

SCP – Sociedade em conta de participação

- ✓ A Sociedade em Conta de Participação (SCP) enquadrada nas hipóteses de obrigatoriedade de apresentação da ECD deve apresentá-la como livros próprios (Redação dada pela IN RFB 1.894, de 16.05.2019).

Pessoas jurídicas do segmento de construção civil

- ✓ As pessoas jurídicas do segmento de construção civil dispensadas de apresentar a Escrituração Fiscal Digital denominada EFD ICMS/IPI - ficam obrigadas a apresentar o livro Registro de Inventário na ECD, como livro auxiliar.

§§ 3º e 4º do Art. 3º e Art. 5º, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Hipóteses de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação

Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora, observados os seguintes prazos:

- ✓ I - se a operação for realizada no período compreendido entre janeiro a abril, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de maio daquele ano; e
- ✓ II - se a operação for realizada no período compreendido entre maio a dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.
- ✓ Essa regra, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§§ 3º e 4º, Artigo 4º, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Autenticação dos livros

- ✓ A autenticação dos livros e documentos que integram a ECD das empresas mercantis e afins, será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra autenticação;

Pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio

- ✓ A autenticação exigível para fins tributários de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio pode ser feita pelo Sped por meio da apresentação da ECD (Redação incluída pela IN RFB 1.856, de 13.12.2018);
- ✓ A autenticação dos livros contábeis digitais das pessoas jurídicas não sujeitas ao registro do comércio será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra forma de autenticação, nos termos do Decreto 9.555, de 06.11.2018 (Redação incluída pela IN RFB 1.856, de 13.12.2018).

Artigo 6º e 6ºA, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Hipótese de substituição da ECD

- ✓ A ECD autenticada somente pode ser substituída caso contenha erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamento contábil extemporâneo, conforme previsto nos itens 31 a 36 da ITG 2000 (R1) - Escrituração Contábil, do CFC, publicada em 12.12.2014.
- ✓ Na hipótese de substituição da ECD, sua autenticação será cancelada e deverá ser apresentada ECD substituta, à qual deve ser anexado o Termo de Verificação para Fins de Substituição que passará a integrá-la.
- ✓ Substituição da ECD só pode ser feita até o fim do prazo de entrega relativo ao ano-calendário subsequente.

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Hipótese de substituição da ECD

O referido termo de verificação para fins de substituição da ECD deve conter:

- ✓ a identificação da escrituração substituída;
- ✓ a descrição pormenorizada e identificação clara dos erros;
- ✓ a autorização expressa para o CFC acessar às informações pertinentes às modificações;
- ✓ a descrição dos procedimentos pré-acordados executados pelos auditores independentes quando estes julgarem necessário;
- ✓ a assinatura do profissional da contabilidade que assina os livros contábeis substitutos, e
- ✓ a assinatura do auditor independente, no caso de demonstrações contábeis auditadas.

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Apresentação da ECD dispensa apresentação de algumas obrigações acessórias

A apresentação da ECD via Sped supre:

- I - em relação às mesmas informações, a exigência contida na Instrução Normativa SRF 86, de 22 de outubro de 2001, e na Instrução Normativa MPS/SRP 12, de 20 de junho de 2006;
- II - a obrigatoriedade de escriturar o Livro Razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário, prevista no art. 14 da Lei 8.218, de 29 de agosto de 1991; e
- III - a obrigatoriedade de transcrever no Livro Diário o Balancete ou Balanço de Suspensão ou Redução do Imposto, de que trata o art. 35 da Lei 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Artigo 8º, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Penalidades – Falta de apresentação, ou contendo incorreções e omissões

- ✓ Aplicam-se à pessoa jurídica que deixar de apresentar a ECD nos prazos fixados no art. 5º ou que apresentá-la com incorreções ou omissões as multas previstas no art. 12 da Lei 8.218, de 1991, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, inclusive aos responsáveis legais (Redação dada pela IN RFB 1.856, de 13.12.2018).

Artigo 11, IN RFB 1.774, de 22.12.2017

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL



ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

OBRIGATORIEDADE

- ✓ Estão obrigadas a apresentar a ECF – Escrituração Contábil Fiscal, todas as pessoas jurídicas (sejam elas tributadas pelo Lucro Real, Presumido ou Arbitrado), inclusive imunes e isentas, de forma centralizada pela matriz.

PESSOAS JURÍDICAS SÓCIAS OSTENSIVAS DE SCP

- ✓ Transmitir a ECF da sócia Ostensiva; e
- ✓ Separadamente a ECF, para cada SCP.

DISPENSA DE APRESENTAÇÃO

A obrigatoriedade de apresentação da ECF - Escrituração Contábil Fiscal, não se aplica:

- a) as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional;
- b) aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e
- c) às pessoas jurídicas inativas de que trata a IN RFB 1.605, de 22.12.2015.

Art. 1º, IN RFB 1.422, de 2013

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

INFORMAÇÕES QUE COMPÕEM A ECF

O sujeito passivo deverá informar, na ECF, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do IRPJ e da CSLL, especialmente quanto:

- à recuperação do plano de contas contábil e saldos das contas, para pessoas jurídicas obrigadas a entregar a ECD;
- à recuperação de saldos finais da ECF do período imediatamente anterior, quando aplicável;
- à associação das contas do plano de contas contábil recuperado da ECD com plano de contas referencial;
- **ao detalhamento dos ajustes do lucro líquido na apuração do Lucro Real, no e-Lalur, mediante tabela de adições e exclusões;**
- **ao detalhamento dos ajustes da base de cálculo da CSLL, no e-Lacs, mediante tabela de adições e exclusões;**
- aos registros de controle de todos os valores a excluir, adicionar ou compensar em exercícios subsequentes, inclusive prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL; e
- aos registros, lançamentos e ajustes que forem necessários para a observância de preceitos da lei tributária relativos à determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando não devam, por sua natureza exclusivamente fiscal, constar da escrituração comercial, ou sejam diferentes dos lançamentos dessa escrituração.

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

INFORMAÇÕES QUE COMPÕEM A ECF

O sujeito passivo deverá informar, na ECF, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do IRPJ e da CSLL, especialmente quanto:

→ à apresentação do Demonstrativo de Livro Caixa, a partir do ano-calendário 2016, para as pessoas jurídicas optantes pela sistemática do lucro presumido que se utilizem da prerrogativa prevista no parágrafo único do art. 45 da Lei 8.981, de 20.01.1995, e cuja receita bruta no ano seja superior a R\$ 1.200.000,00, ou proporcionalmente ao período a que se refere (Incluído pela IN RFB 1595, de 01.12.2015).

→ **Parágrafo único do art. 45 da Lei 8.981, de 20.01.1995,**

Art. 45. A pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido deverá manter:

I - escrituração contábil nos termos da legislação comercial;

II-

III -

§ Único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica à pessoa jurídica que, no decorrer do ano-calendário, mantiver livro Caixa, no qual deverá estar escriturado toda a movimentação financeira, inclusive bancária.

Inciso VIII, Artigo 2º, IN RFB 1.422, de 2013

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA ECF

- ✓ A ECF será transmitida anualmente ao SPED **até o último dia útil do mês de julho** do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira (Incluído pela IN RFB 1.633, de 03.05.2016).
- ✓ O prazo para entrega da ECF será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia fixado para entrega da escrituração.

ASSINATURA DIGITAL

- ✓ A ECF deverá ser assinada digitalmente mediante utilização de certificado digital válido.

Artigo 3º, IN RFB 1.422, de 2013

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

HIPÓTESE DE EXTINÇÃO, CISÃO, FUSÃO OU INCORPORAÇÃO

- ✓ Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECF deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras, **até o último dia útil do 3º mês subsequente ao do evento;**
- ✓ A obrigatoriedade de entrega da ECF, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento;
- ✓ Para os eventos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo será até o último dia útil do mês de julho do referido ano, mesmo prazo da ECF para situações normais relativas ao ano-calendário anterior (Incluído pela IN RFB 1633, de 03.05.2016).

§§ 2º ao 4º do Artigo 3º, IN RFB 1.422, de 2013

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

ECF Retificadora

- ✓ A retificação da ECF poderá ser realizada em até 5 anos e dar-se-á mediante apresentação de nova ECF, independentemente de autorização pela autoridade administrativa;
- ✓ A retificadora terá a mesma natureza da ECF retificada, substituindo-a integralmente, e passará a ser a ativa na base de dados do Sped.
- ✓ Não será admitida retificação de ECF que tenha por objetivo mudança do regime de tributação, salvo para fins de adoção do lucro arbitrado, nos casos determinados pela legislação.

Artigos 6ºA a 6ºD, IN RFB 1.422, de 2013,
Incluídos pela IN RFB 1.770, de 18.12.2017

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

ECF Retificadora

- ✓ Na hipótese da ECF retificadora alterar os saldos das contas da parte B do e-Lalur ou do e-Lacs, a PJ deverá verificar a necessidade de retificar as ECF dos anos-calendário posteriores;
- ✓ A PJ deverá entregar a ECF retificadora sempre que apresentar ECD substituta;
- ✓ No caso de lançamentos extemporâneos em ECD que alterem a base de cálculo do IRPJ ou da CSLL da ECF de ano calendário anterior, a PJ deverá efetuar o ajuste apresentando ECF retificadora relativa ao respectivo ano-calendário, mediante adições ou exclusões ao lucro líquido, ainda que a ECD recuperada na ECF retificada não tenha sido alterada.

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

FALTA DE APRESENTAÇÃO DA ECF, OU CONTENDO INCORREÇÕES E OMISSÕES

Pessoas Jurídicas tributas pelo Lucro Real:

- ✓ A não apresentação da ECF pelos contribuintes que apuram o IRPJ, pela sistemática do Lucro Real, nos prazos fixados, ou a sua apresentação com incorreções ou omissões, acarretará aplicação, ao infrator, das multas previstas no art. 8º-A do Decreto Lei 1.598, de 1977, com a redação da pela Lei 12.973, de 2014.

Aplicação da Multa, quando não houver lucro líquido

- ✓ Na aplicação da multa, quando não houver lucro líquido, antes do IR e da CSLL, no período de apuração a que se refere a escrituração, deverá ser utilizado o último lucro líquido, antes do IR e da CSLL informado, atualizado pela taxa SELIC, até o termo final de encerramento do período a que se refere a escrituração (Incluído pela IN RFB 1.574, de 24.07.2015).

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

FALTA DE APRESENTAÇÃO DA ECF, OU CONTENDO INCORREÇÕES E OMISSÕES

Demais Pessoas Jurídicas:

- ✓ A não apresentação da ECF pelos contribuintes que apuram o IRPJ, por qualquer sistemática que não o Lucro Real, nos prazos fixados, ou a sua apresentação com incorreções ou omissões, ficam sujeitos à aplicação das multas previstas no art. 12 da Lei 8.218, de 29.08.1991 (redação dada pela IN RFB 1.821, de 30.07.2018).

Artigo 6º, IN RFB 1.422, de 2013

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

**Manual de
Orientação do
Leiaute – ECF
Disponível no site
RFB/SPED**

Capítulo I
Informações Gerais

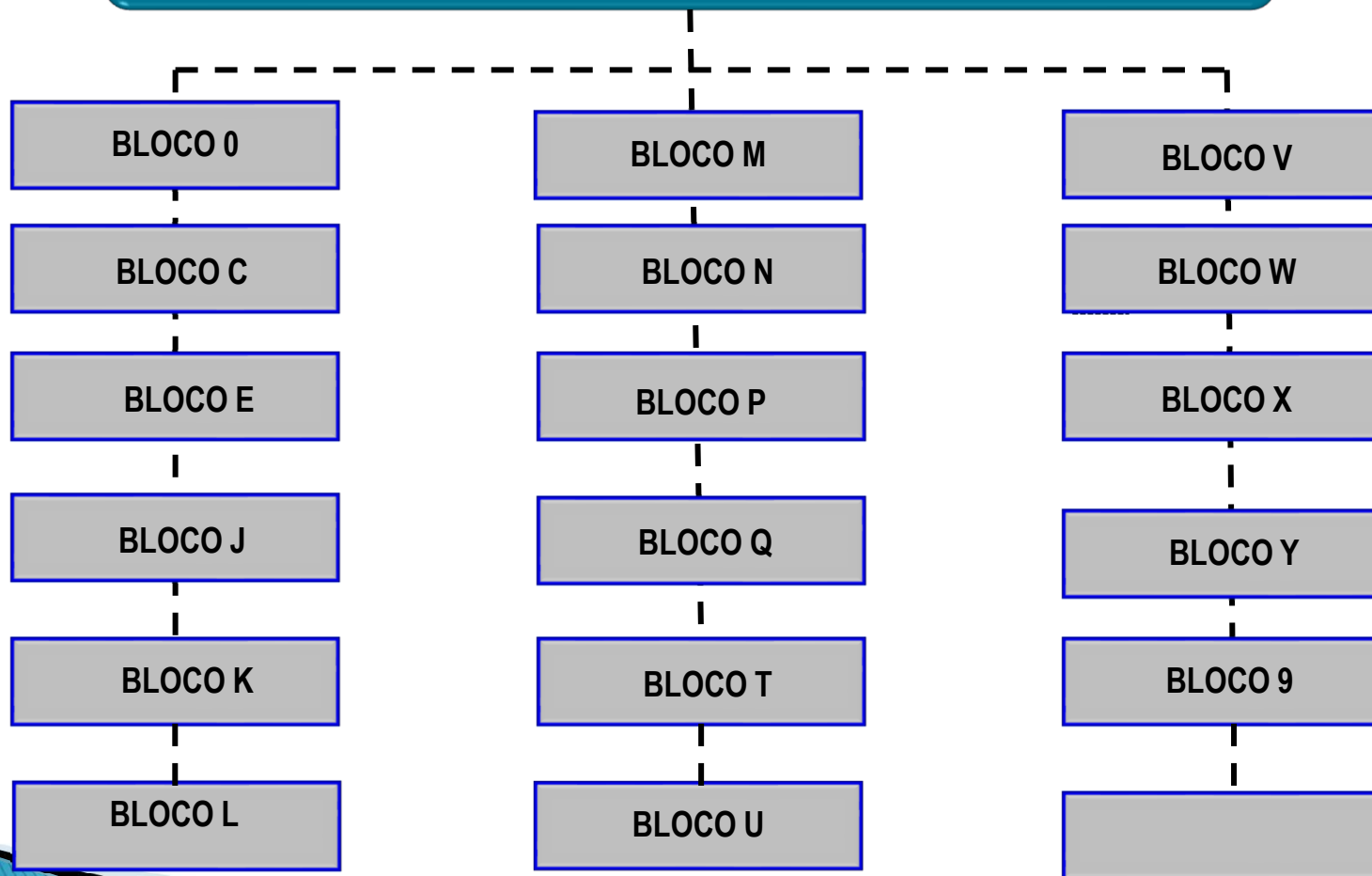
Capítulo II
Dados Técnicos

Capítulo III
Regras de Validação

Capítulo IV
Blocos e Registros

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

ESTRUTURA – BLOCOS E REGISTROS



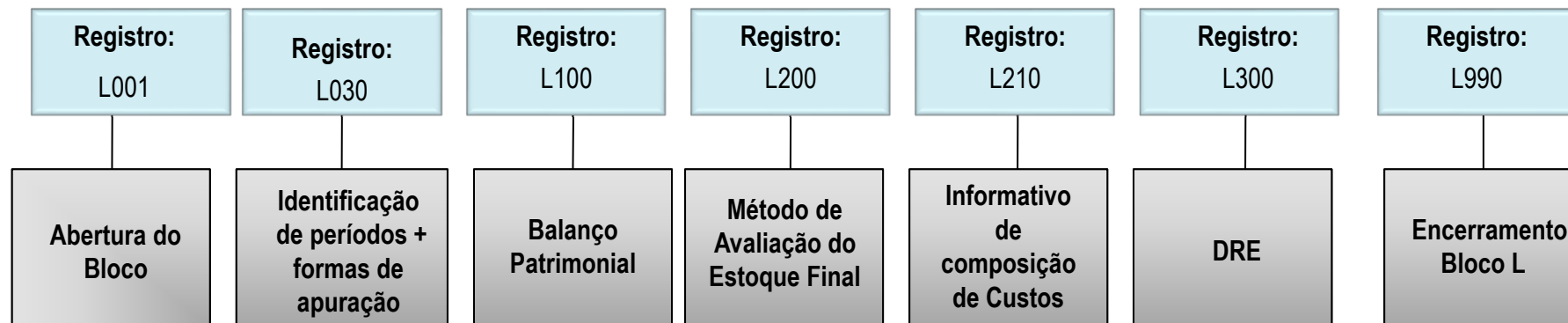
ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

ESTRUTURA – BLOCOS E REGISTROS

BLOCO 0	Abertura: Identificação e Referências	BLOCO M	e-Lalur e e-Lacs	BLOCO V	Declaração DEREX
BLOCO C	Informações recuperadas da ECD	BLOCO N	Cálculo do IRPJ e CSLL	BLOCO W	Declaração País- a-País
BLOCO E	Informações recuperadas da ECF e ECD anterior	BLOCO P	Lucro Presumido	BLOCO X	Informações Econômicas
BLOCO J	Plano de Contas e Mapeamento	BLOCO Q	Demonstrativo do Livro Caixa	BLOCO Y	Informações Gerais
BLOCO K	Saldo de Contas Contábeis e Referenciais	BLOCO T	Lucro Arbitrado	BLOCO 9	Encerramento do Arquivo Digital
BLOCO L	Lucro Líquido - L. Real	BLOCO U	Imunes e Isentas		

ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

BLOCO L – LUCRO LÍQUIDO



Quem sabe o que está buscando
e onde quer chegar encontra os
caminhos e o jeito de caminhar.

Thiago de Melo

